

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 182

Brasília, quarta-feira, 27 de agosto de 2025

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 67ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 65ª Sessão Ordinária.....	4
Ata Circunstanciada da 66ª Sessão Ordinária.....	26
Ata Circunstanciada da 67ª Sessão Ordinária.....	41
Ata Circunstanciada da 18ª Sessão Extraordinária ..	81



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Paula Belmonte

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Dayse Amarílio e Deputada Jaqueline Silva

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016

Atualizado em 8/1/2025, em conformidade com os ATOS DO PRESIDENTE Nº 420, 421 e 601, DE 2024 e ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2025.

Seção 3

Ata Sucinta da 67ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 67ª (SEXAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 21 DE AGOSTO DE 2025**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputada Paula Belmonte
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas e 29 minutos
TÉRMINO: 19 horas e 20 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Paula Belmonte)

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– A Deputada Paula Belmonte procede à leitura do expediente sobre a mesa.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Paula Belmonte)

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.173, de 2025, de autoria da Deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – FDCA.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Paula Belmonte)

– Agradece a presença de todos e declara encerradas a presente comissão geral e a sessão que a originou.

Observação: O registro de presença dos parlamentares está dispensado, conforme o disposto no art. 131, § 4º, do Regimento Interno da CLDF, e no art. 1º, § 2º, II, do Ato da Mesa Diretora nº 49, de 2025.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS E VALADARES

Chefe do Setor de Ata e Súmula - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS E VALADARES - Matr. 24308, Chefe do Setor de Ata e Súmula - Substituto(a)**, em 23/08/2025, às 11:34, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2281638** Código CRC: **947BD7C0**.

Ata Circunstanciada da 65ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H52

TÉRMINO ÀS 18H51

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Suspendo os trabalhos por 20 minutos.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Reabro os trabalhos.

Suspendo os trabalhos por mais 25 minutos.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Boa tarde a todas e a todos. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Conforme deliberado na reunião com todos os deputados, teremos um único item de pauta, em princípio.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, sei que acabamos de chegar a uma deliberação. Aproveitando que o doutor Márcio Wanderley se faz presente neste plenário, solicito inversão de pauta para já votarmos a indicação dele à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Ele está aqui aguardando. Solicito que essa votação não fique para a semana que vem. Não garantimos a que horas vai terminar esta sessão. Ele precisa seguir os trabalhos com a Procuradoria.

Solicito que façamos inversão de pauta e votemos logo a indicação do doutor Márcio Wanderley à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Depois, faremos seguir os trabalhos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Max Maciel, isso já foi discutido. Eu preciso da orientação do líder do governo com relação a isso. São 2 itens de interesse do governo. Solicito que o líder do governo se manifeste com relação a isso.

Conforme foi deliberado, faremos o comunicado de líderes. Na sequência, passaremos à ordem do dia. São 2 itens. Só precisamos definir a ordem deles.

Eu gostaria de saber a posição do líder do governo. (Pausa.)

Fui informado de que devemos manter a pauta da maneira como ela está. O primeiro item será o extrapauta, referente à aquisição do Banco Master. O segundo item de pauta será a indicação do procurador Márcio Wanderley, que votarei com o maior gosto.

Márcio, quero manifestar e registrar toda a minha alegria e a minha felicidade. Se Deus quiser, sairemos daqui ainda hoje com a aprovação da sua indicação. Não tenho dúvida nenhuma de que a Procuradoria tem servidores, procuradores e analistas preparadíssimos. Se a Procuradoria for gerida por você, sem dúvida nenhuma, haverá um grande ganho.

Fica o nosso registro de agradecimento por todo o trabalho que você fez à frente da

consultoria. Parabéns! Temos orgulho de contar com servidores da sua capacidade. Agora, você irá servir exatamente seus colegas, seus pares. Estou vendo amigos, como o Neto, o Helder. Cumprimento o Valenza – é um prazer em tê-lo conosco – e todos os nossos amigos procuradores presentes. Desculpem-me, não consigo enxergar todos, mas deixo, mais uma vez, o nosso registro.

Conforme orientação do líder do governo, a pauta está mantida. Vamos iniciar o comunicado de líderes.

Peço a colaboração de todos os colegas deputados. Não existe a possibilidade – ao menos na minha gestão – de qualquer colega ser atropelado em seu direito de falar. Porém, eu gostaria que houvesse também a contribuição. Da mesma maneira que respeito todos os colegas, eu gostaria de que a presidência também fosse respeitada com o cumprimento do tempo.

Já fui deputado de oposição com muito prazer, num governo que acabou com Brasília – eu era o líder do governo. Tenho muito prazer em registrar isso. Sempre respeito a oposição e hoje não será diferente. Apenas pedimos a colaboração quanto ao tempo regimental de cada colega.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Presidente, quero apenas destacar a importância da reunião de hoje. Pela manhã, realizamos uma audiência pública, na qual sabatinamos o doutor Márcio Wanderley, indicação que foi aprovada. Logo após, houve a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou o nome do novo procurador-geral do Distrito Federal, doutor Márcio Wanderley.

Quero parabenizá-lo e cumprimentar todos os procuradores do Distrito Federal, pela importância que eles têm para o Distrito Federal na arrecadação e em todo o trabalho realizado.

Também quero destacar a atuação e a presença do presidente do BRB, doutor Paulo Henrique, que tem trabalhado de forma exemplar para o Distrito Federal. Em 2019, recebemos uma indicação sobre a possível extinção do Banco Regional de Brasília, que depois se tornou Banco de Brasília.

Na época, durante o nosso primeiro mandato – a primeira gestão de vários colegas parlamentares também –, recebemos essa proposta de extinção do então Banco Regional de Brasília. Analisamos com muito cuidado a possibilidade de não extinguir o banco. O Paulo Henrique, atual presidente do BRB, apresentou uma proposta para salvar o banco, que estava sucateado, endividado, entre outros problemas. O Paulo Henrique, com toda a sua equipe, apresentou uma proposta de recuperação. Hoje, há várias agências espalhadas por todo o Distrito Federal e por todo o país, que fazem uma representação gigantesca.

Há um pedido a ser feito ao Paulo Henrique e até mesmo ao Governo do Distrito Federal para a possível anistia àqueles que realmente têm as suas complicações.

Mais uma vez, o Paulo Henrique veio a esta casa apresentar resposta a todos sobre a possibilidade da compra desse novo Banco Master, que trará para o Distrito Federal uma marca nacional.

Ficamos bastante felizes com o que ele apresentou a todos os deputados. Os deputados fizeram ao Paulo Henrique 5, 10, 20 perguntas, e ele, com muita sabedoria, inteligência e conhecimento da causa econômica do Distrito Federal, apresentou todas as possíveis condições de que o banco realmente fará muito bem a todos os brasilienses.

Quero deixar claro, presidente, o quanto significa para nós, nesta casa, votarmos hoje um projeto de suma importância como esse.

Essa é a minha participação, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, daqui a pouco será discutido e debatido esse projeto que trata da aquisição do Banco Master. Nós sustentamos, desde o primeiro momento, que o projeto tinha que passar pela Câmara Legislativa.

Nós acionamos a consultoria desta casa, que deu um parecer memorável, sobre a necessidade de o projeto passar por aqui. O governo não quis atender àquela determinação. Houve outro parecer da Procuradoria da Câmara Legislativa dizendo que o projeto não deveria passar pela casa, mas nós sustentamos que deveria passar. O Ministério Público foi à justiça. Agora há a garantia de que o projeto tem que passar por aqui. Se ele não passasse por esta casa, deputado Wellington Luiz, a Câmara Legislativa estaria abrindo mão de direitos, de poder.

O projeto chegou a esta casa – como dizemos lá no interior do Maranhão – pior do que a encomenda. O projeto, da maneira como estavam redigidos o primeiro e o segundo artigo, transformava o BRB em um grande bazar, sem precisar de autorização de ninguém. Inclusive, ativos no exterior poderiam ser comprados sem passar pela avaliação do Poder Legislativo. Que ativos seriam comprados no exterior?

Eu, o deputado Ricardo Vale e o deputado Gabriel Magno – da bancada do Partido dos Trabalhadores – acionamos o que temos de melhor na Câmara Legislativa, que é o nosso assessor Willemann. Ele não gosta que digamos isso, mas ele é altamente respeitado. Preparamos uma emenda, suprimindo o art. 1º e o art. 2º, deixando o atual projeto limitado a essa única aquisição do Banco Master por parte do BRB.

Conversamos com o líder do governo e com o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, que está aqui, e a nossa emenda foi acatada. Acabou o bazar. Volta a ser o BRB. A emenda está acatada e será aprovada, mas, com a honestidade que me é peculiar, deputado Ricardo Vale, eu disse para o secretário Gustavo Rocha: “Muito bem. Vocês acataram a emenda, mas, mesmo assim, nós vamos contra”. É questão de princípio votar contra essa aquisição que está sendo feita. Portanto, a nossa posição é no sentido de votar contra o projeto. Vamos provar, lá na frente, que nós estávamos corretos na votação que faremos hoje, daqui a pouco.

O presidente Paulo Henrique me falava: “O banco está crescendo, vai crescer mais, estamos dando até uma boa participação nos lucros para os servidores”. Ele disse que alguns vão receber até R\$20 mil de participação nos lucros. E isso demonstra a importância que tem um ente público, à diferença do ente privado. Enquanto o BRB vai dar essa participação nos lucros, porque o pessoal trabalha bastante e merece, verifiquem o que os bancos privados estão fazendo com os funcionários. Vejam o Itaú, o BMG e outros bancos que estão por aí, vejam a exploração a que os bancários são submetidos.

Presidente deputado Wellington Luiz, que bom que o governo acatou nossas emendas e limitou o projeto! Mas, mesmo assim, a orientação é para que a nossa bancada vote contra.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, que cumpriu rigorosamente o tempo previsto.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, deputados, eu estou há pouco tempo no Legislativo – há 6 anos e 8 meses, 7 anos em dezembro. Não é novidade que os projetos chegam com uma gordura, para serem limpados aqui. Os projetos de lei já chegam com essa gordura para depois o governo dizer que está resolvendo o problema. É um fato, é uma estratégia política. O projeto chegou muito ruim, para ser votada uma coisa horrorosa, mas foi tirada uma coisinha ou outra. Isso não resolve o problema do projeto.

Eu queria dizer para vocês que, na Câmara Legislativa, eu nunca votei em um escândalo e uma lambança desse tamanho. O que nós estamos votando hoje é um projeto sobre o qual nós não temos qualquer informação. Qualquer deputado que disser que vai votar com documentos comprobatórios, com tabelas, com números não está falando a verdade, porque isso não foi juntado no processo.

Não foram passados para a Câmara Legislativa todos os documentos e toda a transparência em relação a essa operação financeira. O que nós sabemos é aquilo que saiu na imprensa, o que nós sabemos é o que vimos no PowerPoint do presidente Paulo Henrique, que ele apresentou ali agora para os deputados. São as informações. Por mais credibilidade que o PowerPoint do presidente tenha, por mais credibilidade que a fala de um secretário tenha, o Legislativo não pode funcionar dessa forma.

A função do Legislativo não é carimbar aquilo que o Executivo quer. Pensem comigo, deputados, cada deputado e deputada que está aqui foi eleito pela população do Distrito Federal, para olhar com precisão, seriedade os processos legislativos. Nós não estamos nesta casa para votar aquilo

que o governo quer, nós temos que votar com dados, com transparência.

Isso tem um impacto enorme para a população do Distrito Federal. Esses, deputados, são os nossos chefes. O nosso chefe não é o governador; por melhor que seja, o nosso chefe não é o presidente da Câmara Legislativa; o nosso chefe é o povo do Distrito Federal. Esse é o nosso chefe. Não há como votar um projeto como este, às cegas, sem informação, sem dados, de um banco – eu não preciso dizer isso – que não tem credibilidade. Não há quem defenda o Banco Master, em razão da agressividade e da falta de transparência com que ele atuou no mercado. Todo mundo fala dos ativos podres, do capital fictício que esse banco apresenta. Agora o BRB está trazendo isso para a nossa Brasília, para a nossa cidade.

Se essa operação der errado, quem vai pagar a conta não é o Ibaneis, não é a Celina, não é o presidente Paulo Henrique. Se essa operação der errado, quem vai pagar a conta é a população.

Nós temos que saber disso! O nosso banco é público e tem que atender ao interesse público, que é o interesse do povo do Distrito Federal.

Eu estou verdadeiramente envergonhado por votar essa matéria hoje. Para vocês terem noção, esse projeto foi protocolado na Câmara Legislativa na quinta-feira. A decisão judicial para que ele tramitasse nesta casa não tinha sido sequer publicada. Ela foi publicada no domingo. O projeto foi protocolado na Câmara Legislativa, e hoje nós vamos deliberar sobre esse tema sem saber o que estamos votando!

Os deputados vão subir e vão dizer que o BRB é lindo, que o BRB dá crédito para as pessoas, que o BRB está em tal e tal cidades. Isso é palavra – palavra! Não há documento comprobatório de que essa operação é boa para o interesse público e para a população do Distrito Federal. Isso é inaceitável!

Nós precisamos nos levantar como parlamentares, como órgão de fiscalização, como órgão que realmente trabalha pelo interesse da população desta cidade. Obviamente isso é complexo, mas não temos condição sequer de avaliar o mérito da matéria, porque todos os números que nós conhecemos são os números falados pelos gestores e representantes do GDF. Nada foi comprovado.

Eu realmente tenho vergonha, nesses 7 anos de Câmara Legislativa, de votar uma matéria como essa a toque de caixa, sem transparência, sem informação. Eu não voto!

Essa estratégia de tirar os artigos que já vieram para cair, para votar o projeto, dizendo que assim é melhor, não cola! Não a essa operação! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix, que, mais uma vez, cumpre rigorosamente o tempo.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, tenho a honra de passar a palavra ao deputado Pepa e parabenizar o deputado como nosso líder na cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Boa tarde a todos e a todas.

Presidente, eu gostaria de registrar que hoje a cidade-mãe do Distrito Federal faz 166 anos: “Planaltina, cidade pioneira, velho berço de um novo porvir, foi em ti que a nação brasileira viu Brasília nascer a sorrir”.

É lá que está a Pedra Fundamental, o centro do Brasil, o primeiro patrimônio do Distrito Federal. É lá que está o Morro da Capelinha, onde a fé é demonstrada. É lá que está o Vale do Amanhecer, com toda a sua espiritualidade. É lá que acontece a Festa do Divino Espírito Santo e a Cruzada Evangelística.

Planaltina é uma cidade acolhedora, com seus casarios do tempo colonial. Hoje buscamos o melhor para o seu dia a dia: melhor saúde, melhor saneamento e melhor estrutura para sua população. Essa é a Planaltina que completa 166 anos, a região norte em expansão. Parabéns, Planaltina, pelos seus 166 anos!

É com muita honra que, desde que cheguei ao Distrito Federal, moro no mesmo bairro, Vila Vicentina, o segundo bairro mais antigo de Planaltina. Parabéns à cidade que me acolheu e sempre me respeitou!

Obrigado a todos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pepa. Parabéns! Na sua pessoa, parabenizo todos os moradores de Planaltina, cidade realmente maravilhosa, cuja história se confunde com a história do Distrito Federal.

Quero agradecer as palavras proferidas a mim pelo apoio à Polícia Penal. Obrigado. Parabéns! Precisamos muito de vocês. Conheço o sistema penitenciário como poucos. A chegada de vocês será um alento. Não é tudo, porque precisamos contratar pelo menos 600 servidores. Mas serão 150 neste ano, e lutaremos, conforme acordado ontem, em reunião, pelos demais. Isso é importante para garantir segurança tanto ao sistema prisional quanto à população do Distrito Federal. Muito obrigado pela presença de cada um de vocês.

Vamos trabalhar também para que os aprovados no concurso do BRB sejam chamados. Vocês merecem. Muito obrigado pela lembrança.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Que Deus nos abençoe!

Acredito que este plenário, desde que iniciamos as votações do segundo semestre, nunca esteve tão cheio. Quero parabenizar todos os presentes, as pessoas que estão defendendo, sim, o BRB, que é um banco nosso, de Brasília e do Brasil. Precisamos garantir transparência nesse projeto.

Presidente, vossa excelência falou da Polícia Penal, e quero também ressaltar a importância desses profissionais. Gostaríamos que não houvesse necessidade desse trabalho para termos uma sociedade mais segura, mas vocês são fundamentais para manter a segurança de todos nós.

Há pessoas presentes pedindo também a nomeação para o Iprev, um instituto que cuida dos servidores aposentados do nosso Distrito Federal. Infelizmente, como presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência, nós verificamos que, na gestão do Iprev, houve prejuízos aos servidores do Distrito Federal por falta de transparência e de boas opções para os investimentos dos servidores aposentados, que contribuíram para o Distrito Federal.

A compra do BRB, que pretendem realizar agora – digo a todos os servidores públicos e para os aposentados –, trará um impacto. O Iprev detém 16% das ações do BRB. Então, se essa compra não der certo, quem vai pagar a conta serão os servidores e os aposentados. Não tivemos tempo hábil para conversar e entender esse projeto.

Eu fiz mais de 70 perguntas, deputada Dayse Amarílio, ao presidente do BRB, quando ele esteve aqui, e não obtivemos respostas. Agora o projeto chega à casa por determinação da justiça, não por iniciativa do governo, para que houvesse participação popular. A participação popular, de fato, não ocorreu. Trata-se de uma imposição judicial. Este projeto não está aqui porque entenderam que nós deveríamos participar, mas porque a justiça determinou. E, quando chega o momento de participarmos – nós, população –, o que acontece é uma tentativa de aprovação “goela abaixo”.

Eu tinha várias perguntas para fazer, mas cada parlamentar teve apenas 10 minutos para se manifestar, pois não haveria tempo hábil antes da votação. Nós não podemos aceitar isso! Está em risco, sim, o direito dos servidores, mas está em risco, principalmente, o banco que traz benefícios para o Distrito Federal e que é a cara de Brasília.

Registro minha indignação por ter que votar um projeto no escuro. Mesmo que meu voto seja contrário, não estará correto deliberarmos sem o devido debate, sem transparência e sem os esclarecimentos necessários. Deixo registrado, presidente, que não estou confortável em votar um projeto que não foi amplamente discutido nas comissões competentes desta casa.

Aproveito os minutos que me restam, presidente, para trazer outro assunto importantíssimo. Há algumas semanas, foi falado aqui sobre a adultização das nossas crianças, mas quero abordar a questão da sexualização infantil. Não podemos permitir que isso aconteça, principalmente quando vemos que quem promove essa sexualização e lucra com ela são, muitas vezes, os próprios pais. Não há justificativa para isso.

Na semana passada, houve um evento da Procuradoria Especial da Mulher sobre feminicídio. Neste ano, 13 mulheres foram assassinadas no Distrito Federal. Muitas crianças e muitos jovens relataram casos de sexualização dentro da própria família. Esse é um tema que a Câmara Legislativa precisa debater e enfrentar. Adultização é sinônimo de sexualização, e nós somos contra qualquer tipo de mecanismo que traga vulnerabilidade às nossas crianças. Criança tem que ser criança.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Agradeço o cumprimento de seu tempo de fala, assim como as suas palavras, principalmente no que diz respeito às nossas crianças.

Obrigado, deputada. Parabéns.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes neste plenário, hoje cheio. Boa tarde a quem está nas galerias, em luta por um DF mais justo, por um DF mais democrático. (Palmas.)

Nós vamos viver agora, presidente, uma página triste e lamentável da história política da capital da República. Vamos viver um misto de arrogância, um misto de desprezo ao debate democrático e um misto de entrega do patrimônio público desta cidade.

Eu inicio lamentando e repudiando profundamente a fala de agora há pouco do governador Ibaneis no ato da federação União Brasil e PP. Quero saudar os parlamentares que fazem parte dessa federação, mas repudiar profundamente a fala do governador Ibaneis.

Vou abrir aspas para a fala do governador Ibaneis. “Nós não estamos vivendo uma plena democracia no Brasil. O que nós estamos vivendo tem um pouco de ditadura do judiciário.” Fecho aspas.

É um absurdo o governador da capital do país, que tirou uma soneca no dia 8 de janeiro e permitiu a tentativa de golpe de Estado, dizer agora que nós não vivemos uma democracia. Quem não gosta de democracia é o governador Ibaneis. Não gosta! Tentou atacar a democracia várias vezes, tenta fazer acordo político com os golpistas, tenta se aliar aos entreguistas que estão querendo vender o Brasil aos Estados Unidos.

Agora, ele desrespeita esta casa legislativa, que aprovou com uma proposta de emenda à lei orgânica com os votos dos parlamentares, num processo absurdo de tentar salvar o amigo do governador, que é sócio do Banco Master. Este que é o debate central hoje.

O governador Ibaneis utiliza seu cargo e sua influência para colocar o BRB – patrimônio desta cidade, cuja Lei Orgânica diz estar a serviço do desenvolvimento econômico, social e ambiental do DF – a serviço de salvar um amigo, sócio de um banco todo enrolado. Trata-se de um banco falido, que recorre a mecanismos de alavancagem no mercado, a empréstimos cuja garantia é feita por terrenos e a processos duvidosos e que está sendo investigado criminalmente pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

O que será votado hoje, meus caros colegas e quem está assistindo a esta sessão, é a autorização desta casa para um processo conduzido sem nenhum estudo, sem o cumprimento da lei por parte do governo, sem dados técnicos e sem mudanças na lei orçamentária, como prevê a legislação, mas sim explicado por um *slide*, por um arquivo de Powerpoint do presidente do BRB.

Eu quero até saudar o Paulo Henrique por ter vindo a esta casa, mas a portas fechadas. Eu queria que o presidente do BRB estivesse aqui numa audiência pública para também prestar esclarecimentos para a sociedade. Nós estamos falando de um banco cujo maior acionista é o povo do Distrito Federal.

Nós estamos confiando em um arquivo de Powerpoint. Não temos informações, pelo contrário: o que nós temos de informação concreta é que o Banco Master está envolvido com os piores tipos de negócio no mercado financeiro e está sendo investigado agora criminalmente pela Polícia Federal.

É desta democracia que parece que o governo Ibaneis gosta: a democracia do trator, da falta de diálogo, de usar um banco público para salvar os interesses privados dos amigos. Parece que é essa a democracia.

Eu lamento e repudio profundamente a declaração do governador e a sua intransigência de querer aprovar isso sem nenhuma explicação para a sociedade do Distrito Federal. Nós pedimos 1 semana a mais, para termos acesso aos dados, às informações, e dialogar com a cidade. Este é um Distrito Federal que está vivendo o caos da saúde, o caos da educação, o caos da segurança, o caos da assistência social. Nós vamos votar contra o projeto e vamos continuar defendendo esta cidade, o BRB, os seus servidores e o povo do Distrito Federal.

O PT, hoje, presidente, vota contra essa vergonha e esse absurdo de entregar o BRB para salvar um amigo enrolado do governador.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Quero, publicamente, agradecer a presença ao nosso secretário-chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, reconhecido, inclusive pela oposição, como o mais importante interlocutor do Palácio do Buriti. Obrigado, Gustavo! Você tem desempenhado um papel importantíssimo nesta casa. Da mesma maneira, agradeço ao presidente do BRB, doutor Paulo Henrique. Obrigado pela presença. Eu me senti contemplado com as suas respostas.

Então, na sua pessoa, agradeço a todos os membros do Banco de Brasília presentes para ajudar na construção de uma solução para esse projeto. Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Encerramos o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Conforme acordado, passaremos à ordem do dia.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, não há acordo para o sobrestamento. Eu gostaria que vossa excelência consultasse todos os líderes sobre o tema, por favor.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Presidente, reforço o pedido para a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 1.882/2025, que diz respeito ao BRB.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, como temos esse cuidado de que não seja gerada uma judicialização, quero apenas deixar registrado que estou com a consultoria legislativa desta casa, feita pela Patricia Duboc e pelo Alexandre Lopes. Nela consta que é preciso se observar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, que estabelece exigências para a deliberação de projetos dessa natureza. “Os projetos que solicitam autorização para que as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal participem de capital de outras empresas somente podem ser deliberados se acompanhados de estudos que comprovem a viabilidade técnica, econômica e financeira da parte.”

Já que recebemos alguns dados oficiais às 16 horas e 30 minutos, os quais têm mais de 30 páginas, venho solicitar novamente, com base nesse artigo, que retiremos esse projeto de pauta, para que possamos apreciá-lo, presidente. Seria essa a minha solicitação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Conforme acordado, há pouco, na reunião dos deputados, pela maioria e não por unanimidade, ficou deliberada a análise do projeto que trata da questão do BRB. Portanto, o projeto está mantido como item extrapauta.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, não sei se vossa excelência quer deliberar sobre o encaminhamento do deputado Fábio Félix, referente à consulta aos líderes sobre o sobrestamento dos vetos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sim, mas vossa excelência pode falar.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, baseio-me no art. 146, § 3º, combinado com o art. 163 do nosso Regimento Interno. O projeto chegou na quinta-feira e foi distribuído às comissões no mesmo dia. Foi aberto o processo de emenda antes mesmo de ter sido publicado o prazo de emendas, mas o projeto só foi lido hoje, presidente. Houve o acordo no Colégio de Líderes – nós votamos contrariamente à apreciação da matéria –, mas estamos alertando que o projeto não seguiu o rito regimental. O projeto foi apresentado na quinta-feira e distribuído para as comissões no mesmo dia, o que é contrário ao que versa o nosso Regimento Interno, com base no art. 146, § 3º, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Diversas vezes ocorreram situações semelhantes, em que houve a discussão e a deliberação por parte dos deputados e em que, por se tratar de um projeto de regime de urgência, nos foi permitido fazer a discussão e a votação do projeto.

O deputado Fábio Félix pediu que consultássemos os líderes com relação ao sobrestamento.

Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

Consulto o líder do MDB, deputado Iolando, se há acordo para sobrestar os 151 vetos.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Presidente, de acordo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando, que está de acordo, com 6 deputados.

Consulto o deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – De acordo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consulto o deputado Chico Vigilante, líder do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, havia 13 pessoas assistindo a nós por meio da TV Câmara Distrital. Agora há 40 pessoas, mas acho que há muito mais, além do pessoal que está na galeria.

É importante falar como funciona esta casa. Se a maioria delibera pela apreciação de um projeto, ele vai à votação. Nós da oposição somos 6 deputados. Portanto, só conseguimos barrar alguma coisa aqui quando conseguimos o apoio da maioria. É assim que funcionam as coisas e isso nunca foi diferente.

Vossa excelência sabe que eu não tenho por prática expor deputados. Já estou na casa há muito tempo. Mas vou pedir que a nossa bancada siga no sentido de derrubar todos os vetos para poder votar o projeto.

É importante que fique claro que não tiramos qualquer gordurinha do projeto. Nós tiramos, presidente deputado Wellington Luiz, algo fundamental, que estava disposto no art. 1º e no art. 2º do projeto. Se isso fosse mantido na lei – e o governo tem maioria para mantê-lo –, nunca mais passaria por esta casa nada com relação ao BRB. Portanto, só foi possível tirá-lo do projeto em função da credibilidade das negociações que fazemos, deputado Ricardo Vale. Por isso que o tiramos.

Nós vamos seguir no sentido da derrubada de todos os vetos para, depois, votarmos os projetos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Sua excelência não está de acordo com o sobrestamento.

Consulto o deputado Roosevelt, líder do PL.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – De acordo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Roosevelt está de acordo com o sobrestamento dos vetos.

Consulto o deputado Fábio Félix sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, se esta fosse somente uma casa de maioria estabelecidas, não haveria um regimento interno. Há o Regimento Interno da

Câmara Legislativa do Distrito Federal, o qual precisa ser seguido. Por isso, nestes momentos, nós também somos ouvidos. É importante que todos os líderes sejam ouvidos, inclusive os das minorias nesse processo. Hoje eu sou líder – estou líder – do bloco PSOL-PSB, representado por mim, pelo deputado Max Maciel e pela deputada Dayse Amarílio.

Eu acho que temos que deliberar sobre os vetos. Em seguida, nós deliberaremos sobre a matéria – até porque ela chegou na quinta-feira à Câmara Legislativa. Nenhum documento comprobatório sobre o tema foi enviado ao Poder Legislativo. Então, podemos deliberar sobre ela posteriormente.

Nós não estamos de acordo para superar o sobrestamento decorrente dos vetos para deliberarmos neste momento. Também estamos respeitando o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Ainda bem que o Legislativo possui esse instrumento.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

O deputado Fábio Félix declarou que não há acordo.

Consulto o deputado João Cardoso, líder do bloco A Força da Família, sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 151 vetos e apreciarmos as demais matérias da ordem do dia.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Há acordo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado João Cardoso informa que há acordo.

Consulto a deputada Paula Belmonte sobre existência do referido acordo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder.) – Senhor presidente, acredito que há oposição e há independência. Eu não estou defendendo o governo ou a oposição. Acho que precisamos manter a transparência e cumprir o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Por isso, não há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos para votarmos o projeto. Antes de votarmos o projeto, é necessário derrubarmos os vetos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

A deputada Paula Belmonte declarou que não há acordo.

Consulto o deputado Hermeto sobre existência do referido acordo.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – A liderança do governo já está sabendo, está ciente.

Presidente, eu queria falar rapidamente sobre algo. Quando o PT foi governo – eu lembro que foi de 2011 a 2014 –, ele tinha maioria na Câmara Legislativa. O deputado Chico Vigilante era líder do governo, do PT. Eles também faziam dessa forma. Quando vinha um projeto interessante, cuja votação interessava ao Agnelo, ele fazia isso. Eu acho que o governo do PT foi o que teve a grande maioria nesta casa. Deputado Fábio Félix, por favor, dê uma olhadinha para mim. Ele fazia da mesma forma que estamos fazendo agora.

Eu tenho um sonho, deputado Fábio Félix. Um dia o PSOL vai governar o DF – o que vai demorar uns 50 anos, se Deus quiser – e o senhor vai estar aqui, porque é jovem, defendendo a mesma situação como nós estamos fazendo agora.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

O deputado Fábio Félix foi citado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, como eu fui citado, eu tenho o direito regimental de falar por 1 minuto. Eu aproveito esse tempo, porque estou nesta casa com um objetivo: discutir política pública e os problemas da cidade.

Toda vez que o deputado Hermeto – ou qualquer deputado que me citar – me der um presente regimental como este, que é o direito a falar por 1 minuto, eu vou usá-lo, porque hoje nós estamos num dia de alerta.

Eu queria aproveitar para dizer algo àquelas 40, 50, 13 – ou quantas forem – pessoas que estão assistindo a esta sessão: nós estamos nesta casa para alertar a população sobre a gravidade da matéria em deliberação neste momento. Nós não estamos aqui hoje de brincadeira.

Não se trata de esquerda, direita, base, oposição, governo futuro ou governo presente. O governador, independentemente do partido, não é proprietário do Legislativo ou do nosso patrimônio público, do BRB.

Nós precisamos votar com responsabilidade sobre esse tema. Não importa qual é o governo de plantão ou a bandeira. Não podemos achar natural o tratoração. Os projetos chegam da noite para o dia e os parlamentares os votam às cegas, sem um documento, sem uma planilha, sem uma comprovação sobre o tema. Isso não é natural, presidente.

Aproveito esta oportunidade de fala para contraditar o argumento do deputado Hermeto. Esperamos governar muito em breve e fazer um governo muito melhor do que o atual, que está destruindo a saúde pública do Distrito Federal: o governo do Ibaneis Rocha.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Consulto o deputado Gabriel Magno sobre existência do referido acordo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, como líder da Minoria, líder da oposição nesta casa, informo que não há acordo para superar o sobrestamento dos vetos.

Quero dizer algo ao nobre líder do governo. Muito em breve, deputado Hermeto – e concedo-lhe o direito de resposta se vossa excelência o quiser –, o PT, o PSOL, o PSB, o PCdoB, o PV, a Rede e o Cidadania voltarão a governar esta cidade para salvar o Distrito Federal do caos instituído pelo governo Ibaneis-Celina, que promove uma destruição completa dos serviços públicos da nossa cidade.

Portanto, a Minoria é contrária à superação do sobrestamento dos vetos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pela contagem, houve 7 votos contrários e 14 votos favoráveis ao sobrestamento. Portanto, vamos dar continuidade ao processo de votação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Primeiramente apreciaremos um item extrapauta.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para questão de ordem.) – Tenho 2 questões de ordem preliminares, com base no Regimento Interno, para que vossa excelência delibere antes de iniciarmos a discussão da matéria.

A primeira delas se refere ao art. 295 do Regimento Interno, que trata da publicação no DCL. O art. 295 dispõe: "Até que entre em vigor o ato da Mesa disciplinando o funcionamento do Sistema de Publicações Legislativas, o dever de publicação previsto neste Regimento Interno deve ser cumprido integralmente por meio do Diário da Câmara Legislativa".

No caso do Projeto de Lei nº 1.882/2025, não houve publicação integral do texto no Diário da Câmara Legislativa, o que configura violação direta ao comando regimental. Sem a publicação da proposição principal, não é possível garantir a devida publicidade e transparência do processo legislativo.

Diante disso, presidente, requeiro, como questão de ordem, que a presidência determine a retirada do Projeto de Lei nº 1.882/2025 da pauta, até que seja feita a publicação integral da proposição, em estrita observância ao art. 295 do Regimento Interno, porque, neste caso, a formalidade não foi cumprida quanto às publicações e ao processo administrativo.

Não há consenso nesta casa sobre esta matéria, então, o Regimento existe, nesses momentos, para a defesa das minorias.

A segunda questão, já mencionada pelo deputado Max Maciel – e a presidência também não deliberou sobre ela –, refere-se ao art. 163, § 1º, do Regimento Interno, que trata da supressão do prazo de emendas. Tanto o art. 163, § 1º, quanto o art. 158, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa tratam da questão do prazo de emendas e da distribuição. É importante que vossa

excelência leve isso em consideração.

O art. 158, § 1º, estabelece: "Não são dispensáveis, na tramitação em regime de urgência, as seguintes exigências:

I – publicação da proposição principal;

II – pareceres das comissões ou de relator designado, exceto na hipótese do art. 189, § 1º;

III – quórum para deliberação;

IV – cumprimento dos interstícios e prazos definidos neste Regimento Interno para matéria urgente, inclusive o prazo de emendas a que se refere o art. 163".

Diante disso, presidente, requeiro, como questão de ordem, que o Projeto de Lei nº 1.882/2025 seja retirado de pauta até que se complete integralmente o prazo regimental para a apresentação de emendas. Caso contrário, presidente, o ato legislativo que estamos consignando e finalizando hoje poderá ser considerado ilegal futuramente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Esta não é uma situação nova, já foi tratada diversas vezes. Respeito e agradeço a manifestação do nobre deputado Fábio Félix, mas indefiro as 2 questões de ordem. Reitero o meu respeito ao posicionamento do deputado. Obviamente existem instrumentos – os quais jamais cassaremos – que podem ser utilizados pelos deputados.

Obrigado, deputado.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas emendas de plenário. A CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à vice-presidente da CDESCTMAT, deputada Paula Belmonte, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Designo o deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero submeter uma solicitação à deliberação da mesa: nós apresentamos um requerimento para que a matéria tramite também pela Comissão de Assuntos Sociais, que, pelo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, dá pareceres sobre o processo de funcionamento do serviço público e das estatais. Peço que a CAS seja mais uma das comissões de mérito que aprecie a matéria. Peço a vossa excelência, antes da leitura do parecer da CDESCTMAT, que permita que a CAS também apresente parecer para apreciação em plenário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consultarei a assessoria. Enquanto isso, daremos continuidade ao processo, já que não haverá prejuízo, uma vez que a CAS poderá se manifestar depois, se assim for o entendimento.

Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDESCTMAT ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.882/2025, com a Emenda nº 1, substitutiva, e na forma do substitutivo apresentado por meio da Emenda nº 5. As Emendas nºs 2, 3 e 4 foram canceladas.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Respondendo à consulta feita pelo deputado Gabriel Magno, fui informado pela assessoria de que não há previsão regimental para acolher a solicitação. Portanto, indefiro a tramitação na CAS.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu preciso que as emendas sejam lidas para que eu verifique se estão como apresentamos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação do deputado Chico Vigilante. Solicito que as emendas sejam lidas.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Emenda nº 5, substitutivo, de autoria do deputado Hermeto, ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de Tecnologia da Informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

Dá-se ao projeto de lei a seguinte redação:

Autoriza a aquisição pelo Banco de Brasília S.A. de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master S.A.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica autorizada a aquisição pelo Banco de Brasília S.A. de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master S.A.

§ 1º Para a aquisição, o BRB – Banco de Brasília contratará empresa especializada para avaliação da participação que será objeto de aquisição, observada a Lei nº 13.303/2016.

§ 2º O percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta no BRB – Banco de Brasília, para fazer frente a eventuais passivos contingentes, ficando o Banco de Brasília, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação:

O principal objetivo da presente emenda é a supressão dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.882/2025 e dar nova redação. Desta forma, com a nova redação, acrescidos os §§ 1º e 2º, fica garantida a segurança jurídica da operação apresentada pelo BRB, ficando assim o projeto restrito à aquisição do Banco Master, como descrito no art. 1º. O presente substitutivo contempla a Emenda nº 1.

Presidente, peço autorização para ler a Emenda nº 1, substitutiva.

Autoria: bancada do Partido dos Trabalhadores.

Emenda ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

Suprimam-se do Projeto de Lei nº 1.882/2025 os arts. 1º e 2º.

Em consequência, dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

Autoriza a aquisição pelo Banco de Brasília S.A. de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master S.A.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a

adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF”.

O parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.882/2025, com a Emenda nº 1, substitutiva, e na forma do substitutivo apresentado na Emenda nº 5. As Emendas nºs 2, 3 e 4 foram canceladas. É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Designo o deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF”.

Votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.882/2025, com acatamento da Emenda nº 1, na forma do substitutivo apresentado na Emenda nº 5. As Emendas nºs 2, 3 e 4 foram canceladas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Iniciaremos a discussão dos pareceres. Vou conceder a cada deputado 3 minutos para discutir.

Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, não compreendo por que vossa excelência está sendo tão rígido com o tempo hoje. Há dias em que há muito mais matérias para votar e vossa excelência nos dá 5, 6 minutos. Hoje há 1 matéria para votação. Os deputados estão felizes porque poderão ficar aqui até mais tarde, não há problema nenhum! Vossa excelência está sempre aqui. Segure aqui alguns que às vezes ficam pouco tempo conosco. Seria bom que eles ficassem mais tempo. Vossa excelência normalmente dá 5, 7, 8 minutos para discutirmos.

Quanto aos pareceres apresentados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal ofereceu a esta casa 3 estudos para analisarmos. Cabe ao deputado levar ou não em consideração aquilo que os estudos técnicos da consultoria da casa falam. Mas eles são conhecidos por todos os deputados. Eles estão assinados pelo consultor Alexandre e pela consultora Patricia Duboc.

Eles analisam diferentes aspectos. O primeiro deles, o qual já mencionei e quero reforçar, é a falta de transparência nos dados. Nós fizemos um requerimento de informação com 10 perguntas ao BRB. Sabe como o BRB respondeu a esta casa? “Não! Temos sigilo bancário!” Respondeu de forma genérica, não analítica. Isso é uma inversão de valores, como se o órgão fiscalizado pudesse dizer para a casa fiscalizadora qual parte ele quer que seja fiscalizada. Isso não pode acontecer. (Palmas.) Quem tem de dizer qual parte vai ser fiscalizada é o Poder Legislativo.

Se há sigilo bancário, se há algum tipo de sigilo, o banco precisa justificar, sustentar dentro da lei aquilo que está falando. Senão, esta casa pode fechar; pode fechar, porque, se nós não temos condição de receber uma resposta de um requerimento de informação com dados que subsidiem a votação dessa matéria, pode fechar a casa legislativa.

Nós não temos informações. Eu vou reiterar isso, porque não é qualquer coisa. Nós estamos votando hoje... População que está assistindo à nossa sessão, eu estou nesta casa em respeito aos meus eleitores, porque o meu chefe – apesar de o presidente ser um bom presidente na condução dos trabalhos conosco – é o meu eleitor. Eu estou presente em respeito a ele. Eu não tenho condição de votar essa matéria, porque eu não tenho um documento do BRB que comprove que essa operação é boa para o DF.

Nós não temos sequer um documento do BRB que fale sobre esse assunto. O deputado que votar essa operação hoje – nós estamos votando uma operação financeira – e disser que ela é boa

para o DF com base em provas e não em palavras estará faltando com a verdade, porque nós não sabemos de fato se ela é boa para esta cidade.

Esta casa, mais uma vez, presidente, está sendo desrespeitada sem as informações necessárias para votar a matéria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

A urgência, deputado, deve-se a 2 sessões que teremos daqui a pouco: uma neste plenário e outra em Planaltina.

É sempre bom ouvir os nobres colegas, até porque, mesmo sendo contrários, sempre contribuem. E, por diversas vezes, nós vimos a oposição contribuir para aprimorar projetos. Eu sou sempre favorável a ouvir os nobres colegas.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu estou completamente abismada com a situação e desconfortável para votar essa matéria.

Eu volto à questão da pressa, inclusive por razões regimentais, porque nós não tivemos acesso às informações nem à discussão da assessoria técnica desta casa.

Eu queria deixar registradas para todo mundo que está assistindo à nossa sessão a importância e a relevância do que nós estamos votando, porque o BRB é um patrimônio do Distrito Federal.

Não adianta falar que nós temos bola de cristal, porque nós não sabemos nem o que estamos votando mesmo. Se o BRB quebrar, eu tenho a certeza de que vai ter de ser aportado dinheiro, por exemplo, do Tesouro para que nós salvemos o banco. Precisamos ter consciência do que estamos fazendo. Nós deputados vamos passar por esta casa; o BRB é um patrimônio do Distrito Federal.

Querida deixar registrado que não se faz aqui uma discussão, pelo menos de minha parte, ideológica. Eu acho que não há uma questão de ser base ou oposição, mas é o dever desta casa para que nós tenhamos consciência do que estamos votando.

Eu estou extremamente desconfortável com essa situação. Nunca imaginei nós votarmos um projeto desse sem saber o que estamos votando e estar tudo bem, estar tudo tranquilo.

Querida dizer, presidente, que, na decisão judicial – falo disso porque nós só estamos aqui pela decisão judicial –, são definidos 2 pontos importantes, que são uma questão mais jurídica e de técnica legislativa mesmo: passar pela CLDF e passar pelos acionistas. Depois da autorização deles, nós teríamos acesso a um relatório. Esse relatório nós não temos, nem os acionistas tiveram ainda esse prazo de votação. Para deixar claro para quem está assistindo à nossa sessão, nós recebemos apenas algumas informações técnicas sobre a vantagem às 16 horas e 30 minutos e não tivemos tempo para analisar nenhuma das 30 páginas, porque nós já estamos debatendo o projeto.

Por último, eu deixo um pensamento para o Distrito Federal: eu queria perguntar o porquê da pressa de votar esse projeto, porque eu não vejo a mesma pressa para apresentar uma solução ou um contingenciamento para o colapso da saúde que nós estamos vivendo no Distrito Federal. Para isso, ninguém tem pressa. As pessoas estão morrendo nas filas sem chance de diagnóstico. Ninguém tem pressa para mostrar um plano de nomeações, mesmo quando nós temos um colapso. Hoje, muitos profissionais da enfermagem, adoecidos, têm trabalhado com 5, com 6 vezes mais pacientes do que comportam, o que coloca até mesmo em risco a vida dessas pessoas. Cadê a pressa? Não precisaria esperar o contingenciamento em setembro para fazer as nomeações, porque isso, sim, é urgente. Quanto à urgência, saúde poderia ser uma excepcionalidade. Cadê a urgência para a saúde? Agora, temos pressa para votarmos algo sem saber o que estamos votando?!

Então, deixo esse pensamento. Todo deputado fala que saúde é importante. Quero ver o mesmo compromisso desta casa para pensar na saúde do Distrito Federal. Deixo este desafio e esta inconformidade, nesta tarde. Realmente, estou muito indignada porque não estamos discutindo a coisa mais importante no Distrito Federal hoje: a saúde.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, estamos deliberando sobre uma

matéria que o governador passou 4 meses dizendo que não precisava passar pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dizia isso por entender muito de leis. Isso mostra, como eu já disse, o completo desprezo que o governador tem pelo Poder Legislativo.

No entanto, ele estava equivocado. Saiu a decisão judicial. A matéria precisa passar por esta casa. Parece que ele não entende muito de leis ou, na sua arrogância, só entende quando é conveniente para seus interesses privados.

Quero dizer para quem está assistindo a esta sessão: esta casa quer autorizar o BRB a comprar um banco todo enrolado e falido que ninguém quer comprar! Não houve proposta dos grandes bancos. Aliás, até surgiram propostas de R\$1 e de R\$2. O deputado Chico Vigilante até ofereceu R\$2 para comprar o Banco Master e ia virar banqueiro. Mas ninguém quis o Banco Master! Ninguém quis! O mercado financeiro não se movimentou.

Em qualquer mecanismo de busca sobre o Banco Master, estão as reportagens de todos os meios de comunicação da imprensa brasileira. Todos! Todas as reportagens mostram que o Banco Master é envolvido em negócio fraudulento, é investigado pela Polícia Federal, é metido em rolo, tem dívidas sem nenhum lastro financeiro, faz alavancagem e até mesmo colocou o Banco Central para apertar as regras do uso do Fundo Garantidor de Créditos, pois, para ficar rico e bilionário, seu dono utilizou práticas não justas! Esse é o Banco Master!

Coincidentemente, parece que é amigo do governador! Ele resolveu pegar o que é público para ajudar um amigo! São R\$2 bilhões! O que esta casa vai votar é a autorização para o BRB usar R\$2 bilhões para comprar parte de um banco todo enrolado que ninguém quer comprar. O que paira sobre esse banco é só notícia de mau negócio e de índole, visto que está sendo investigado criminalmente.

Nós estamos discutindo o mérito. Nem o BRB nem o governo conseguiram apresentar um papel, um documento que diga e prove que o Distrito Federal vai ganhar. É uma operação que custa R\$2 bilhões! É isso que está em jogo e que esta casa quer autorizar. Vão gastar R\$2 bilhões em um banco que ninguém quer, que está todo enrolado e que parece ter relações políticas e pessoais, infelizmente, com o Palácio do Buriti.

Presidente, por isso, vamos votar contrariamente a essa compra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente deputado Wellington Luiz, em sua pessoa, quero saudar os pares presentes. Agradeço a condução de vossa excelência em respeito às nossas falas e às nossas ações. Como sempre dizemos, vossa excelência cumpre acordos. É importante reforçar isso.

Parece redundante, mas digo que é importante fazermos este debate diante de tudo que analisamos.

Não está na pauta central da população do Distrito Federal a urgência de autorização, por esta casa, para que o BRB compre o Master. Isso não é o que o povo do Distrito Federal espera da Câmara Legislativa diante da conjuntura atual – e eu falei isso mais cedo à imprensa –, em que há um problema crônico na saúde pública. Faltam médicos na atenção primária. Estamos vendo professores precarizados na ponta e educadores sociais sendo escravizados dentro das escolas, pois eles acumulam uma série de tarefas, recebem apenas R\$400 por mês de ajuda de custo e cumprem carga horária, às vezes, de 8 horas por dia. A compra do Banco Master não é a pauta central da população do Distrito Federal.

Estamos tratando da compra, ou da possibilidade de compra, pelo BRB. É verdade, presidente, o que muitos vão dizer: o BRB é uma empresa de economia mista, o Governo do Distrito Federal é acionista majoritário e o banco usa recursos próprios. Porém, é importante destacar que a Lei Orgânica determina que, quando se trata de investimento – ainda que a instituição seja um banco de economia mista do qual o Distrito Federal seja acionista majoritário –, ele tem que estar previsto na Lei Orçamentária Anual, e isso não está previsto na LOA de 2025. Isso precisa estar normatizado. Caso contrário, abre-se uma série de brechas e de precedentes.

Recebemos o projeto – e falamos sobre isto com o presidente Paulo Henrique –, mas ele não veio acompanhado do estudo de análise de risco, de uma avaliação. Esse estudo não chegou! Estamos

aqui – os parlamentares que vão votar a proposta – e, presidente, salvo engano, segundo o Regimento, a votação deve ser por maioria simples. Já deixo registrado o pedido para que a votação seja nominal.

Veja bem: como posso votar um projeto se não recebi o relatório que deveria balizar a importância da proposta, deputada Paula Belmonte? Esse relatório vai chegar depois que o projeto tiver passado por esta casa. E se houver alguma brecha? E se houver algum problema?

Estamos envolvendo a Câmara Legislativa num debate. Porém, lá na frente, quando essa transação der errado, quem pagará será o povo trabalhador do Distrito Federal. Grande parte dos serviços passa pelo BRB, e valorizamos esse banco, o qual é um banco nosso, é um banco público, e queremos que ele tenha força.

O que pedimos foi tempo, prazo para nos sentarmos e debatermos a proposta. Os acionistas ainda teriam quase 1 ano para fazer a ratificação. Por que não esperarmos os acionistas fazerem essa ratificação e os relatórios chegarem a esta casa, para conseguirmos fazer uma boa votação? Fica registrado o que está acontecendo hoje no Distrito Federal: R\$2 bilhões, que poderiam, obviamente, ser investidos pelo próprio banco em outras áreas, estamos entregando a um banco cuja compra ninguém no sistema financeiro está disputando no Cade – apenas o BRB está.

Ele é um banco tão bom que apenas o BRB está interessado em comprar os seus ativos, enquanto os outros grandes bancos nem sequer querem participar do processo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel. Acolho a solicitação de vossa excelência para que a votação seja nominal.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, acho importante pontuar para as pessoas que estão assistindo à sessão que, desde que saiu a notícia de que o BRB estaria comprando o Master, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores e a deputada federal Erika Kokay buscamos todos os mecanismos para que se realizasse um levantamento, uma investigação sobre essa compra. Fomos ao Banco Central do Brasil, porque ele tem poder, dispõe de servidores técnicos e de conhecimento para fazer essa investigação, e pedimos que ele interviesse na situação. O presidente Galípolo nos informou que escalou o que havia de melhor no Banco Central para investigar esse caso. Depois, fomos ao Cade e levamos a mesma preocupação em relação a essa compra. Estivemos também no Ministério da Fazenda, no departamento responsável por essa área. Portanto, a nossa bancada e a deputada federal Erika Kokay fizeram tudo o que poderia fazer.

Insistimos que o projeto teria de ser submetido à Câmara Legislativa. O projeto chegou a esta casa. Cada um votará com a sua consciência. Eu mesmo estou de atestado e fiz questão de vir aqui para votar contra isso. Publicizei que votarei contra. Eu disse para o governo que, mesmo que tenha sido acaçada a emenda, deputado Ricardo Vale – o que eu acho que foi fundamental –, nós votaríamos contra. É uma questão de princípios.

Se lá na frente ficar comprovado que esse foi um bom negócio mesmo e que o banco cresceu tanto quanto estão dizendo que vai crescer, nós vamos aplaudir; mas, se der errado, vai ficar patenteado aqui que nós alertamos para isso.

Esse é o papel do parlamentar. Ninguém é dono da verdade absoluta. Esse é o nosso papel como deputados, pelo menos em razão do tempo em que estamos aqui e com a experiência que temos nesta Câmara Legislativa.

Portanto, eu vou votar contra. A nossa bancada vai votar contra.

Nós respeitamos o jogo democrático. Nós respeitamos o Poder Legislativo. Nós não queremos enfraquecer ainda mais este Poder. Não existe democracia sem Poder Legislativo. Todo mundo tem que ter isso em mente.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir.) – Presidente, aqui não existe oposição e nem posição. Hoje, eu me sinto constrangida, como parlamentar, de virmos votar um projeto que não foi discutido por esta casa. Esta é a casa do povo, a representação do povo, e nós não tivemos oportunidade de discutir esse projeto.

Pode ser que esse seja um projeto bom, mas nenhum parlamentar aqui tem convicção disso, porque não há documento! Nós estamos votando uma coisa sem documento. Quando recebemos uma carta de alguma entidade, dando apoio a esse projeto, ela está apoiando o quê?

Eu quero saber quais são os números que existem, porque não há números, deputado Hermeto. Não há!

O presidente passou agora um documento que não traz segurança jurídica e muito menos financeira! Os parlamentares estão votando no escuro, na confiança.

Nós estamos falando de um banco que atende o Distrito Federal, atende os servidores do Distrito Federal e atende os aposentados. Uma parte dos acionistas do banco são os aposentados do Distrito Federal. E, se não der certo, quem vai se dar mal somos nós.

Para termos uma ideia do que estamos votando, há 4 meses, quando o presidente do BRB veio aqui falar desse projeto, seriam colocados R\$2 bilhões. Como foi falado aqui, já haviam sido comprados R\$8 bilhões da carteira de crédito. Nós estamos falando de colocar dinheiro vivo lá no banco. Os acionistas do banco tiveram que colocar mais R\$2 bilhões para que se pudesse dar continuidade a esse projeto!

É uma vergonha para o Distrito Federal! É uma vergonha para os servidores do Distrito Federal! Principalmente, isso mancha ainda mais este governo que está aqui, que não cuida da saúde, que não cuida da educação, que não cuida da mobilidade, e que agora está vendendo o BRB. É uma vergonha, porque daqui a pouco virá a securitização. Ela virá, sim, e falam em R\$42 bilhões de dívida ativa.

Eu acho muito prudente, presidente, o senhor fazer uma votação nominal, para que cada um fique com a sua digital, para conhecermos a cara de quem está entregando o BRB, porque não há nenhum papel que possa respaldar uma votação como esta.

Eu falo isso porque, graças a Deus, foi dito aqui que existem 6 deputados de oposição. Cadê os outros? Eu não sou de oposição nem da base e falo, com muita tranquilidade: não há dados, não há informação para votarmos e, principalmente, para que se compre um banco que pode trazer prejuízo para o Distrito Federal.

O BRB...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Para concluir, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir.) – ... não está aqui para expansão, para estar presente no Brasil inteiro, ele está aqui para o desenvolvimento econômico das pessoas. Cadê os investimentos do BRB na microempresa, nas empresas do Distrito Federal, na casa própria das pessoas? É disso que nós precisamos! Nós precisamos disso do BRB, e não da sua expansão, para que depois ele possa se tornar privatizado, sem a devida transparência e sem o devido documento legal.

Presidente, quero só registrar mais uma vez: eu fiz a convocação do presidente do BRB na primeira tentativa; nessa segunda tentativa nós fizemos a convocação e fizemos...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Para concluir, deputada, por gentileza.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir.) – ... como combinado com esta presidência, mais de 70 perguntas técnicas. E nós não recebemos a resposta depois de 4 meses. Por que nós não recebemos a resposta?

(O microfone é desligado.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Deputado Max Maciel, gostaria de tirar uma dúvida. Eu acolhi o pedido de vossa excelência para a votação nominal. Seria para os pareceres ou para o projeto?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Para o projeto. Ok, obrigado, deputado.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 22 deputados presentes. Houve 7 manifestações contrárias: deputado Max Maciel, deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix, deputada Paula Belmonte, deputado Ricardo Vale e deputada Dayse Amarílio.

Foram aprovados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.882/2025.

Conforme solicitado pelo deputado Max Maciel, a votação será nominal.

Cada deputado que quiser discutir terá 3 minutos.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu já falei em muitos aspectos sobre esse tema hoje. É óbvio que a minha ideia, primeiramente, era convencer meus pares. Mas me parece que o jogo já está jogado com relação a essa matéria. Eu lamento, eu lamento muito. Lamento porque eu acredito na democracia, eu acredito na posição política das pessoas, eu acredito no Legislativo, que o Legislativo tem que ser de participação, que tem que votar a partir de ideias, de dados. Eu acredito nisso. E eu lamento muito que estejamos votando essa matéria dessa forma no dia de hoje.

Eu queria dialogar com os meus colegas parlamentares e com quem está assistindo à nossa sessão sobre as ilegalidades desse projeto de lei, porque há uma série de ilegalidades também, do ponto de vista formal. Já foi alertado aqui que o governador tentou comprar o Banco Master sem passar pela Câmara Legislativa. Perdeu. Perdeu na justiça. Agora ele está tentando comprar o Banco Master – isso já foi falado mil vezes – em uma operação, uma negociação sem transparência nenhuma, nesta casa hoje.

Ele está tentando fazer isso sem cumprir a legislação do DF, porque é preciso que haja previsão no Orçamento de Investimento; e não há previsão. Há uma ausência de dotação específica desse caso na LOA de 2025. Então, o projeto não cumpre o requisito. É preciso que haja previsão na LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o ano de 2025, Lei nº 7.549/2024. E não há previsão. É mais uma ilegalidade desse processo. É preciso que haja a declaração do ordenador de despesas conforme o Decreto nº 43.130/2022. Isso tudo foi levantado pela consultoria da casa. Não há previsão dos requisitos formais para votação dessa matéria.

Dada a ausência dos documentos comprobatórios e motivadores dessa aquisição, dessa operação, é impossível o exame da matéria. O que estamos fazendo aqui é um exame biônico. O que estamos fazendo é uma análise fictícia.

Quero que a população que está assistindo a esta sessão saiba que o que estamos analisando hoje é ficção. O que esta casa está fazendo, presidente, infelizmente – e eu lamento muito estar vivendo isso no dia de hoje –, é pura ficção.

É lamentável o projeto de lei que estamos votando. Às vezes, sinto vergonha de participar de alguns atos nesta casa. Que isso não fique para a história! Que isso não fique para a história!

Não sabemos a consequência do que estamos fazendo aqui hoje. O que está sendo votado nesta casa, sem informação, sem documento, sem cumprimento dos requisitos legais do Poder Legislativo rasga a legislação do Distrito Federal e fecha o Poder Legislativo como um instrumento importante desta cidade.

O nosso voto hoje é contra, em respeito à população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, de maneira muito atropelada, breve, rápida, em 3 minutos apenas, quero dizer que nós tentamos entender esse processo. Algo foi dito na galeria – sempre digo que é importante escutar a voz na galeria da pretensa casa do povo –, e nós questionamos formalmente o banco, que quer gastar R\$2 bilhões para comprar o Master, mas já

fez negócio com ele na ordem de R\$15 bilhões. É o que o BRB fez com o Master, deputada Paula Belmonte.

O banco hoje apresentou, no PowerPoint para esta casa, a contratação de uma consultoria que identificou R\$50 bilhões dos chamados ativos podres do Banco Master. Isso foi o que deu tempo de identificar.

Há 5 dias, explodiu mais uma operação da Polícia Federal contra o Banco Master: fraude no INSS. Não sabemos ainda o tamanho e o impacto dessa operação. Os R\$50 bilhões do Banco Master, que já sabemos que são podres, podem, amanhã, tornarem-se R\$60 bilhões, R\$70 bilhões, R\$80 bilhões. Estamos dando um cheque em branco.

Nós dissemos que esse rito é uma violação à Constituição federal e à Lei Orçamentária, que esta casa aprovou. Eu vou ler para quem está assistindo a esta sessão o art. 42 da Lei nº 7.549/2024, a LDO de 2025: "Art. 42. Os projetos de lei que solicitem autorização para que empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal participem do capital de outras empresas somente podem ser deliberados se acompanhados de estudos que comprovem a viabilidade técnica, econômica e financeira das partes".

Cadê o documento? O que o BRB e o Governo do Distrito Federal estão tentando esconder da sociedade e desta casa? Por que não apresentam o documento antes de votarmos o projeto? Não cheira bem esse negócio! É um risco!

Por isso, presidente, nos 15 segundos que me faltam, quero dizer que voto com os professores, com os trabalhadores da saúde, com os enfermeiros, com os médicos, com os técnicos de enfermagem, com os servidores da segurança, com os servidores da assistência social, com os servidores públicos desta cidade, que, aliás, estão superendividados por uma política de desvalorização dos servidores. Eu voto com os trabalhadores do BRB. Eu voto com o Sindicato dos Bancários. Eu voto com a população do Distrito Federal contra essa vergonhosa autorização para gastar R\$2 bilhões do nosso dinheiro para comprar o banco todo enrolado do amigo do governador.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir.) – Deputados, o que nós estamos comprando é um banco de plástico; mas o que está sendo falado é que se trata de um banco de couro, bonito, que atende todo mundo. Na verdade, o que está sendo comprado é um banco de plástico que não vale nada! Essa é a realidade. Não existe, de maneira alguma, um projeto, um documento ou um dado que nos dê segurança sobre o que estamos comprando! Não há sustentabilidade nessa operação. É disso que se trata.

Este banco aqui, que vocês estão vendo, é de plástico e frágil. É exatamente isso que nós estamos comprando por R\$2 bilhões. Não preciso dizer mais nada: trata-se da fragilidade dessa operação para o Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, novamente, venho falar do meu desconforto em relação à pressa de se votar essa matéria. Muitas vezes, eles dizem que nós recebemos todos os dados e tivemos acesso a eles há 4 meses. Quero deixar registrado que isso não é verdade. Há 4 meses, tivemos acesso apenas a um interesse que estava sendo veiculado, inclusive, pela imprensa.

Naquela ocasião, muito respeitosamente, o presidente Paulo Henrique esteve nesta casa e deixou claro que algumas questões poderiam mudar naquela apresentação, até porque seria feita uma auditoria.

Então, o que estamos pedindo é um tempo para avaliarmos essa auditoria e esses dados que nos foram passados hoje. Portanto, nós não tivemos esses 4 meses para analisar a matéria.

Presidente, a nossa desconfiança do governo e do próprio BRB em relação ao interesse nessa operação fragiliza muito a imagem desta casa perante a população que representamos. Isso é muito ruim, porque, inclusive, estamos vendo que, regimentalmente, juridicamente e legislativamente, essa

situação pode resultar em ações judiciais posteriores à votação, o que é muito negativo.

Presidente, ouvimos muito sobre o Banco Master. Além do que os colegas já falaram e das questões de aquisição de terrenos e outros problemas, como a agressividade e a instabilidade da instituição, um ponto fundamental no mercado financeiro é a credibilidade. Esse banco está sendo investigado como caloteiro. Existe uma ação, uma representação, protocolada em 22 de julho, que afirma que o Banco Master deu calote em uma construtora. Mais ainda: o Banco Master informou a todos que só terminaria de pagar a dívida – e por um valor muito menor do que o previsto em contrato – depois que realizasse a fusão com o BRB. Portanto, pretende pagar dívidas com dinheiro do Distrito Federal. Então, quero que fique claro: o que sabemos sobre o Banco Master é isso.

Espero que essa operação possa ser controlada de alguma forma e que, se for positiva, seja realmente boa para Brasília, pois é isso que desejamos. Mas não me sinto confortável em votar algo sem plena consciência e tranquilidade.

Presidente, para concluir meus 20 segundos, reforço: sabem o que realmente tem pressa? A saúde do Distrito Federal. Que esta casa volte seu olhar para a saúde pública, para os servidores, para as pessoas que estão peregrinando nas filas das UPAs! É disso que precisamos cuidar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 15 votos favoráveis, 7 votos contrários e 2 ausências justificadas.

Foi aprovado.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para declaração de voto.) – Presidente, eu vou fazer uma declaração de voto para deixar marcado que nós votamos “não”.

Obviamente, presidente, ninguém aqui quer determinar o que os nobres pares possam ou não fazer, mas chama a atenção que nenhum parlamentar da base teve coragem de defender esse projeto no plenário. Nenhum pediu a palavra para dizer o porquê, o motivo. Ninguém conseguiu dizer a importância desse projeto, o que o banco ia, de fato, ganhar com isso. Ninguém contrapôs os nossos argumentos com outros dados. Ninguém! Absolutamente ninguém!

Eu queria deixar consignado que nós fizemos um bom debate e mostramos os dados. Se nós estamos errados, contraponham. Se estão dizendo que o banco tem lastro, mostrem os lastros. Vamos fazer o debate.

Então, presidente, nós queremos, nesta declaração de voto, dizer que nós votamos “não”.

Aproveito a concessão da palavra para dizer que nós apresentamos, agora há pouco, um requerimento – já encaminhado para o PLe –, que solicita, de acordo com o estabelecido regimentalmente, o interstício de 1 dia entre as votações. Não precisamos votar o projeto em segundo turno ainda hoje. O interstício não traz prejuízo nenhum ao projeto. Queremos a concessão de 1 dia para votar o projeto em segundo turno.

O requerimento foi apresentado, presidente, para apreciação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para declaração de voto.) – Presidente, em consonância com o art. 200, parágrafo único, do Regimento Interno, nós estamos encaminhando à Mesa Diretora a

declaração de voto por escrito para ser publicada. Já estamos inserindo no sistema e encaminhando para que ela seja publicada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Vou submeter ao Plenário a solicitação do deputado Max Maciel da concessão de interstício de 1 dia.

Item extrapauta.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2.208/2025, de autoria do deputado Max Maciel, que "Requer interstício de 1 (um) dia do Projeto de Lei 1.882, de 2025, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF", aprovado na Sessão Ordinária de 19 de agosto de 2025".

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como Líder. Para orientar a bancada.) – A orientação do líder é contra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O líder é contra.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao requerimento que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Há 22 deputados presentes. Houve 15 manifestações contrárias.

Foi rejeitado.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária, com início imediato após o encerramento desta sessão, para apreciação dos seguintes itens:

- Projeto de Lei nº 1.822/2025, em segundo turno;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2025.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos. Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
DCL – Diário da Câmara Legislativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 22/08/2025, às 14:10, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março

Ata Circunstanciada da 66ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 20 DE AGOSTO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H08

TÉRMINO ÀS 16H36

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Estão presentes no plenário a deputada Paula Belmonte, o deputado Thiago Manzoni, a deputada Jaqueline Silva, o deputado Pepa, o deputado Gabriel Magno e o deputado Pastor Daniel de Castro.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos demais parlamentares, à imprensa que está presente, a você que nos acompanha pelo YouTube, pela TV Câmara Distrital.

Nos últimos dias, eu tenho recebido sucessivamente mensagens, vídeos, telefonemas – tanto no meu celular quanto no meu gabinete – de professores da rede pública do Distrito Federal. Eles agradecem pelo trabalho que desempenhamos nesta casa – pelos projetos de lei que temos apresentado – e, em especial, pela nossa mobilização constante a favor das escolas cívico-militares.

Os professores têm recebido um *feedback* muito positivo da comunidade onde essas escolas funcionam – em especial dos pais dos alunos dessas escolas. Ao longo do tempo, tornou-se comum receber esses telefonemas e essas mensagens dos professores do Distrito Federal. Durante muito tempo, uma parte significativa dos nossos professores se viu tolhida até no direito de expor as suas ideias da forma como gostariam. Ao enxergarem no nosso mandato uma possibilidade de defesa deles, muitos nos agradecem e dizem que hoje se sentem à vontade para falar e exercer a sua atividade profissional de acordo com aquilo que gostariam.

Então, eu deixo esse registro. Agradeço a cada um desses professores que manda mensagem, que vem ao meu gabinete, que telefona e que compartilha conosco o projeto e o desejo de uma educação que não sirva para a formação de militância ideológica, de militância partidária, mas que forme os nossos alunos – as nossas crianças e nossos adolescentes – para o mercado de trabalho. Todos nós queremos uma geração de alunos que saiba falar, ler e entender a língua portuguesa, que tenha aptidão matemática e os conhecimentos necessários para, ao chegar na idade adulta, se inserir no mercado de trabalho e se tornar produtiva. Nós queremos uma geração produtiva.

Eu gostaria de deixar esse agradecimento para a classe dos professores do Distrito Federal. Vocês podem contar comigo e com o meu mandato. Desde o início deste mandato, nós temos lutado por uma escolarização livre de ideologia, livre de doutrinação. Nós temos aportado emendas parlamentares para as escolas do Distrito Federal, o que tem melhorado tanto a qualidade de vida dos professores quanto a possibilidade de aprendizagem dos alunos, que, no final das contas, são os

destinatários desse serviço público chamado educação. É muito bom ver que isso tem produzido efeito.

Professores do Distrito Federal, a minha mensagem a vocês é muito clara: podem continuar contando comigo, porque eu continuo contando com vocês.

Ressalto o meu muito obrigado a todos aqueles que: querem disciplina; acreditam na formação dessas crianças e desses adolescentes com valores e conteúdos corretos, com conteúdo programático adequado; dedicam-se à firmeza de caráter; acreditam em uma escolarização que vai melhorar a vida das pessoas, o Distrito Federal e a nossa nação; dedicam-se como se fosse um sacerdócio, pois todos os dias abrem mão de um monte de coisas para tornar as nossas crianças e os nossos adolescentes estudantes com bons resultados de aprendizagem.

A todos vocês, ressalto o meu muito obrigado e o meu compromisso de que na Câmara Legislativa nós continuaremos lutando por vocês e apresentando, além das emendas parlamentares que entregamos, projetos de lei que facilitem e valorizem o trabalho de vocês. Vocês merecem essa valorização, que é salarial também, mas perpassa por um monte de outros aspectos, como o respeito em sala de aula e a forma como vocês são vistos pela sociedade e tratados pelos pais dos alunos. Para tudo isso, vocês podem contar conosco. Nós estaremos sempre ao lado de vocês. Contem com o nosso mandato. Nós continuamos contando com vocês também.

Tenho certeza de que haverá, no Distrito Federal e no Brasil, uma geração que está sendo formada agora que será muito produtiva e terá muito a entregar à nossa nação.

Fiquem com Deus. Que Deus abençoe o trabalho de vocês.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Registro a presença do deputado Fábio Félix e da deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente deputado Max Maciel, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham nesta quarta-feira.

Este plenário hoje tem ares de uma quarta-feira de ressaca, diante do escândalo e da vergonha do que aconteceu ontem. Hoje pela manhã, a notícia com a qual todos nós acordamos dava conta de mais um esquema de fraude que envolve o Banco Master – mais um esquema que começa a ser investigado, no valor de R\$300 milhões. Ali, o que haverá é isto: fraude, corrupção, desvio, práticas ilegais, e nós começaremos a descobrir tudo isso.

O que me chama atenção, deputado Max Maciel – e vossa excelência, ao assumir a presidência, já viu –, é que chegou hoje a sanção do projeto de lei que trata da autorização. Ele já foi sancionado, em menos de 24 horas! O governador Ibaneis estava com uma pressa danada. Para os amigos, para salvar interesses de amigo, o governador não pensa duas vezes. Não existe soneca. Ele não estava viajando, não estava estudando um pouco mais. E tudo muito rápido. Num piscar de olhos, estão sancionados R\$2 bilhões para fraudes, para negociatas, para o amigo banqueiro, para um negócio que vai acontecer. Em menos de 24 horas! Talvez a sanção desse projeto tenha sido a mais rápida da história da Câmara Legislativa.

No entanto, para os professores, por exemplo, para encaminhar um projeto de lei que melhore a carreira deles, foi necessária uma greve de mais de 20 dias, foi preciso o apelo de vários parlamentares desta casa – da oposição e da base. Preciso reconhecer, inclusive, a atuação do deputado Pastor Daniel de Castro, que fez esse apelo diversas vezes ao governo. E até hoje, esse projeto de lei para reestruturar a carreira dos professores não chegou a esta casa!

Esta é a prioridade do governo Ibaneis: para os amigos e para os negócios, ele é muito eficiente; para a cidade, para os interesses dos servidores públicos, para os interesses da população do Distrito Federal, sempre há um porém, deputada Paula Belmonte, sempre há uma desculpa.

É importante lembrar, inclusive, que o decreto de contingenciamento de R\$1 bilhão continua vigente, com a justificativa de que houve frustração de receitas, frustração na arrecadação. Mas, nesse mesmo período, nós já votamos nesta casa 2 créditos milionários para a Novacap, com o argumento de que não houve frustração de receita, mas, sim, aumento na arrecadação.

Portanto, este é o governo dos interesses dos amigos. É uma vergonha o que nós estamos presenciando hoje no Distrito Federal, presidente. Estamos vendo um governo que está a serviço dos interesses privados, dos negócios que realiza na cidade. A população do Distrito Federal está

completamente abandonada.

O governador – eu disse isso aqui ontem –, mais uma vez, fez uma declaração lamentável. O governador da capital do país disse e reproduziu o pensamento de que estamos vivendo uma ditadura, que não estamos vivendo uma democracia. É uma vergonha o governador do Distrito Federal, que tirou soneca no dia 8 de janeiro, que fez um governo inteiro de favores para os amigos e para as negociatas que ele organizou, abandonar a cidade como está fazendo.

A cidade está abandonada na saúde, é só bater numa UPA, é só bater num hospital, é só bater numa UBS. As escolas da cidade estão abandonadas. O deputado Thiago Manzoni muito bem lembrou aqui na tribuna: as escolas estão sobrevivendo com as emendas parlamentares, porque não recebem investimento do Estado, porque a Secretaria de Estado de Educação abandonou a rede. Parabênzito, deputado Thiago Manzoni, todos os parlamentares que destinaram emendas para as escolas. Eu tenho o maior respeito por essa ação. Sou, neste ano, o parlamentar que mais destinou recursos: R\$21 milhões, deputado Pastor Daniel de Castro, só neste ano. Mas acho que as escolas do Distrito Federal não deveriam funcionar por meio de emendas.

A minha crítica não é essa. A minha crítica é que o Estado abandonou as escolas, como abandonou, deputado Fábio Félix, a assistência social; deputado Max Maciel, o Estado abandonou o sistema de transporte e mobilidade. Nós estamos vendo agora mais uma vergonhosa intervenção no centro da cidade com a implantação das bolotas, que atrapalham a população, para garantir o interesse privado de uma empresa explorar estacionamento. Ocupa-se o espaço público para garantir o interesse privado de uma empresa! Nós estamos entrando, deputado Max Maciel, com uma representação no Iphan, para pedir explicações ao Governo do Distrito Federal sobre a utilização do espaço público para uma intervenção que tira o direito de mobilidade da população do Distrito Federal com vistas a garantir a exploração comercial por uma empresa. Esse é o Governo do Distrito Federal: o governo do bilionário Ibaneis para os ricos dessa cidade, o governo que abandonou completamente o Distrito Federal e a população.

Eu lamento, deputado Max Maciel, que tenhamos iniciado a sessão hoje nesse clima de ressaca, com o plenário vazio, com quase nenhum parlamentar da base para fazer o debate acerca dos interesses do Distrito Federal. O povo do DF quer respostas para o caos da saúde, da educação, para a desvalorização dos servidores públicos – que inclusive estão superendividados com o BRB –, para o problema da segurança, da falta de moradia. Qual é a resposta que nós, a classe política dessa cidade, e o governador vamos dar para o fato de o DF ter o dobro do desemprego da média nacional? Infelizmente, a resposta, hoje, da base do governo e do governo é que o que está em jogo não são os interesses da população, mas os negócios particulares dos amigos do governador.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, muito obrigado.

Cumprimento os nobres parlamentares presentes, aqueles que assistem à sessão e os servidores.

Eu não sinto esse clima de ressaca de que o deputado que me antecedeu falou. Nós somos avaliados pelo que fazemos e falamos, até porque a comunidade assiste às sessões. É por isso que o PT está longe do governo no Distrito Federal e não vai voltar: a população pode ter um carinho por um espectro ou por outro, mas se há algo de que ela gosta é da palavra verdadeira e real. Ele vende o Governo do Distrito Federal como se fosse um caos e não consegue analisar o governo federal dele. É por isso que hoje tomaram uma taca, tentarem assaltar a CPI e perderam a votação da CPMI lá no Congresso Nacional. Nem a base que sustenta o governo aguenta mais o governo. Falam tudo, mas não têm a ombridade de falar que as ações do BRB, de ontem para hoje, subiram 20%.

Brasília, você está assistindo a nós. Eu sei o que você faz. É natural. O deputado que me antecedeu – não vou citar o nome para não dar direito de resposta – fala para a base dele, mas não é justo não reconhecer o que está sendo feito no Distrito Federal. Essa gestão é tão competente que está no segundo mandato e vai eleger a Celina para um terceiro mandato. É a força do trabalho, porque a comunidade não julga pela fala, ela julga pelo que faz. Entre falar e fazer, há uma distância extraordinária. É muito fácil você trabalhar as palavras para chegar aqui e falar para denegrir a imagem de um governo. Mas nós estamos falando do maior assalto da história do Brasil, e nunca a esquerda

deu uma palavra aqui sobre o roubo do INSS. Disso aqui eles não falam. Falar do desgoverno do descondenado, eles não têm a capacidade de falar, mas eles têm de vir aqui e bater no governador Ibaneis. É tal qual com o Bolsonaro: bate, cresce; bate, cresce.

Eu estou dizendo para Brasília que, de ontem para hoje, as ações do BRB subiram 20%. Essa casa naturalmente não entrou no debate, porque isto era tudo o que a esquerda queria mesmo: debater, empurrar com a barriga, não votar. Mas o projeto está votado. Tenho certeza de que, daqui a uns dias... Aliás, o próximo passo – já passou pelo Cade – vai ser passar pelo Banco Central, que é do governo deles. Eu quero ver, quando o Galípolo autorizar essa transação, se esses deputados que vieram aqui falar o que estão falando virão aqui bater palma para o presidente do Banco Central. Quero deixar isso registrado, deputado Thiago Manzoni. Se o Banco Central não aprovar, tudo bem, razão a eles assiste; mas, se aprovar, quero ver qual será a fala deles, se continuarão jogando a pecha que jogam.

Acho até que o Governo do Distrito Federal – imagino que eles assistem a nós também – deveria mensurar essas palavras, porque há um limite no campo do enfrentamento. Jogar pecha com acusações pesadas, eu entendo que é crime, que deveriam ter provas e que, se não tiverem, devem responder. Espero que o governo tenha a possibilidade de analisar essas falas, ver a veracidade ou não e tomar as providências necessárias, pois estamos falando de um deputado que está fazendo acusação de corrupção do Governo do Distrito Federal pelo BRB. Isso é extremamente grave e precisa de uma resposta do Governo do Distrito Federal, até para nós da base ficarmos tranquilos para fazermos os enfrentamentos e darmos as respostas necessárias.

Eu sei que Brasília assiste a nós e nos ouve. Nós estamos fazendo nosso papel. A base está aqui. O deputado Thiago Manzoni está aqui, eu estou aqui também, o deputado Pepa passou aqui, e a deputada Jaqueline Silva está na comissão. Eu cheguei cedo. Faço meu papel. Não falto às sessões e sempre estarei aqui para trazer os 2 pontos: fazer o enfrentamento e mostrar a verdade para Brasília.

Outrossim, deputado Thiago Manzoni, parabéns pelo seu discurso sobre os professores. O deputado que me antecedeu é egresso da Secretaria de Educação, mas não sei se ele teve a vivência... O senhor é servidor da Secretaria de Educação, mas não sei por quanto tempo o senhor exerceu o cargo, pois acho que, logo, o senhor foi...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Em 2009, o senhor estava lá, mas acho que, logo, o senhor foi para o sindicato. De 2009 para 2013, foram 4 anos só na educação. O restante foi no sindicato.

Sabemos que existem problemas em muitas coisas, mas a base desta casa tem investido na educação através das nossas emendas. Seguramente a área onde mais indiquei emendas no meu mandato foi a educação. Fui até, muitas vezes, criticado, mas tenho feito esse papel. Na LOA, fiz uma indicação de R\$300 milhões para a Secretaria de Educação, para contratação e aumento de professores. Nós também temos feito nosso papel.

Presidente, finalizando, quero que fique registrado nesta mesa, deputado Max Maciel, que eu tenho feito enfrentamentos dentro do limite do equilíbrio e da vivência parcimoniosa entre nós pares. No último discurso, fui muito duro com o governo do descondenado Lula e vou continuar sendo. E, parece que, em um ato profético, eu estava falando: “Vocês querem ver?” Vira e mexe, o pessoal da esquerda, quando é atacado na mídia social, usa a estrutura desta casa – de uma forma correta. Deputado nenhum nesta casa, de direita ou de esquerda, pode ser atacado no exercício do seu mandato. Temos que ter a cobertura desta casa, inclusive da Polícia Legislativa.

Eu falei no meu discurso: “Entrem na minha página e vejam o que a esquerda fala de mim”. Estou notificando esta casa para que faça uma devassa e mande chamar todos aqueles que têm falado as palavras que têm falado no meu Instagram. Nenhum deles, presidente, ficará sem resposta! Não sou leviano, não sou corrupto, não sou bandido! Tenho uma história de vida nesta cidade, que meu pai me ajudou a construir e que é linda! Eu nunca respondi a um processo na minha vida. Não aceito membros da esquerda entrarem no meu Instagram. Eu já visitei o Instagram deles, já sei quem são e estou pedindo à Câmara Legislativa que os chame. E vou processar todos eles!

Não sou de fazer isso, eu sou do diálogo. Alguns já vieram aqui, a chamado da Copol. No final, a pessoa foi ao meu gabinete, pediu desculpas, pediu perdão, admitiu que falou besteira, disse que estava estressada por causa do jogo da política. Mas quero dizer que ninguém que me afronta em minhas redes sociais ficará sem resposta daqui para a frente – no mundo policial e no mundo judicial. Intentarei ações contra todos que falarem uma vírgula do meu nome. E quem falar vai ter que provar!

Peço à Copol que pegue o meu Instagram e vá, de um a um, às pessoas que estão falando de mim quando eu falo do Lula. Eu falo do Lula, o chamo de descondenado, mas nunca imputei uma acusação criminal a ele que não fossem os processos que transitaram na justiça, que foram julgados e pelos quais ele foi condenado. Agora, falar que *a* ou *b* é ladrão, tem que provar! Se falar que *a* ou *b* é um canalha, tem que comprovar. Trata-se de pessoas que se intitulam da esquerda – eu entrei no Instagram delas. Eu vi quem são esses que falam conosco nas nossas redes sociais. Não aceito mais isso! Todos os que falaram vão ter que vir à Copol, nesta casa, e eu mandarei processos para a polícia e para a justiça. Não aceito isso! Peço que isso fique registrado nos anais desta casa.

Presidente, peço a vossa excelência que tome imediatamente a decisão de comunicar à Copol que faça a busca dessas pessoas para que elas venham a esta casa prestar esclarecimento e provar o que estão falando. Se elas não provarem, vão responder a um processo.

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. O senhor tem todo o direito de fazer esse pedido em razão dos ataques. Oficializo à Copol que dê o devido seguimento.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Ontem, graças a Deus, tivemos uma sessão nesta casa democrática, onde ninguém é obrigado a concordar com ninguém. Eu defendo que as pessoas tenham a liberdade de discordar umas das outras. Acredito, verdadeiramente, que hoje há meios criminais para denunciar e judicializar as interferências vindas de posições contrárias, conforme cada um ache necessário. Defendemos a liberdade e acreditamos nisso.

Quero registrar minha posição de ontem. Eu não faço parte de um partido de esquerda e não faço parte do bloco partidário da oposição, mas fui contra o projeto do BRB, baseada em muitos dados técnicos.

Tenho a grata alegria de dizer que, como deputada federal, participei da votação do projeto de independência do Banco Central do Brasil, cujo presidente, hoje, é independente. Isso é fundamental para que o Bacen possa analisar tecnicamente os fatos. O Banco Central autorizar ou não autorizar a venda do Banco Master leva em consideração apenas a legalidade disso – como já vi a CCJ não aprovando o mérito de uma determinada questão, mas aprovando a constitucionalidade dela. Então, é importante dizer que a aprovação do Banco Central não significa que essa operação será boa.

Essa operação não teve documento! Peço a qualquer parlamentar que me mostre a justificativa plausível, que me mostre que está entendendo o que está sendo feito. Eu duvido que algum parlamentar tenha visto o projeto. Ninguém votou, em 2 horas e meia, um projeto que não existe. Não existem dados técnicos e financeiros para comprovar que essa operação será boa ou não. Estou torcendo agora para que ela seja boa, porque foi aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Tomara que essa operação seja boa, porque, se não for boa, quem vai se dar mal é a população do Distrito Federal.

A população do Distrito Federal está se dando mal há 8 anos. Deus me livre de ver continuar um governo desses! Nesse governo, todos os dias, vemos pessoas morrendo nas unidades de saúde. Deus me livre! Eu acabei de chegar de uma UBS. Lá não há servidor! Deus me livre! Já bastam 8 anos! Querem mais 4? Meu Deus! Será que não existe humanidade? As pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais! As crianças estão comendo carne moída com sebo! Há escolas sem caixa d'água! Acabei de ver uma escola em Planaltina sem caixa d'água: o CIL. Há 10 anos, essa escola não tem caixa d'água! O governo tem 8 anos. Ele teve oportunidade de fazer, em 8 anos, uma caixa d'água, não fez e quer ficar mais 4? Desculpa. Não seja tão cara-de-pau de não ver o que está acontecendo. Brasília tem obras, mas há pessoas aqui que não têm dignidade. Só aumentam os programas sociais porque as pessoas estão morrendo de fome. Elas estão morrendo de fome porque não têm emprego! Elas não têm prosperidade!

Precisamos de um governo sério. Neste governo, há corrupção, sim, porque já foi encontrado secretário deste governo com dinheiro na mala! Ou ninguém lembra? Realizamos 2 audiências públicas sobre o Iprev. Esse instituto deu prejuízo a todos os servidores aposentados do Distrito Federal.

E, nesta casa, nós estamos falando que está tudo às mil maravilhas? Pelo amor de Deus, vamos ter senso! Estamos numa tribuna, com autoridade constituída por Deus e pelo povo. Temos a responsabilidade de falar: chega de enganação! Falamos isso para não dizer outra coisa: chega de Ibaneis! Chega!

Acabei de chegar de uma área rural. As pessoas estão passando fome. As pessoas não têm dignidade. As UBS estão lotadas, porque elas não tratam as pessoas, não têm condições de receber as pessoas.

Aí dizem que é problema disso, problema daquilo e que está tudo uma maravilha. Onde está essa maravilha? Quero vê-la, porque quero começar a falar dela. Do que é bom nós falamos. Muita coisa boa aconteceu. Agora mesmo, eu estive no projeto NaMoral, que o governo institucionalizou. O projeto dá dignidade, princípios e valores para as nossas crianças. Vamos elogiá-lo! Agora, falar que está tudo bem e que não existe corrupção? Onde não existe corrupção? Eu pergunto onde ela não existe, porque, na saúde, existe; na educação, existe; na segurança, existe. Onde não existe corrupção?

As pessoas começaram a morrer no Plano Piloto em assaltos! Onde está a segurança toda que tem Brasília? Foram 4 pessoas decapitadas na capital federal neste ano! E nós estamos falando que está tudo bem? Não está tudo bem.

Vou começar a falar. E não sou de esquerda. Eu sou de direita! Mas eu acredito no social e na dignidade. Acredito, sim, em princípios e em valores. Estou aqui para trabalhar para o povo e não para sistema de corrupção.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado.

Convido a deputada Paula Belmonte para presidir os trabalhos desta sessão.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, neste domingo, tive a oportunidade de visitar uma comunidade rural no município de Santo Antônio do Descoberto. Essa comunidade tem aproximadamente 200 anos. Ela está localizada a 11 quilômetros da cidade, passando-se por uma estrada de chão. Conheci um cidadão chamado Seu Joaquinzim, de 86 anos. Os avós desse senhor estão enterrados no cemitério da comunidade.

Essa comunidade, que está lá há mais de 200 anos, agora está sendo perseguida por parentes – primos, tias – do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Há uma casa, de boa qualidade, que foi tomada pelos primos do Caiado com o apoio de pistoleiros. Montaram uma base nessa casa para atacar a população local.

Foi-nos oferecido um almoço, e estive lá com a deputada federal Erika Kokay e com a presidente da SR-28, a superintendência do Incra no Distrito Federal e no Entorno, referente à área do estado de Goiás. Pudemos ver o desespero daquela população. Felizmente, a Fundação Palmares publicou uma portaria de investigação, pois aquela é uma área quilombola. Houve uma decisão do ministro Fachin suspendendo a desapropriação, medida determinada por uma juíza de Santo Antônio do Descoberto. Essa decisão desumana foi cassada, e agora há um processo de investigação para que a terra possa ser cedida àquelas famílias.

Eu vi o trabalho realizado, o carinho e o amor que aquela população tem pelas casas, pelas famílias, pelas pessoas. Lá também pude ver o respeito que o jornal *Metrópoles* conquistou perante a comunidade. Foi uma matéria do *Metrópoles* – que mostrava inclusive o cemitério local – que contribuiu para que o ministro Fachin concedesse a liminar e suspendesse aquelas derrubadas desumanas que estavam acontecendo.

A deputada federal Erika Kokay, eu e a companheira Cláudia Farinha, do Incra, continuaremos ao lado daquela comunidade e contra os grileiros agressores daquela terra.

Dito isso, quero abordar outro ponto. Saiu uma ampla matéria hoje, no jornal *O Estado de São Paulo*, acerca de uma falcatura que envolve o Banco Master e uma suposta empresa que, ao que me parece, é uma empresa fantasma. Trata-se de uma empresa com capital de R\$50 mil à qual foram concedidos R\$300 milhões por parte do Banco Master. Esse negócio está fedendo! Essa coisa está muito feia!

Como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, protocolei agora um ofício por meio do qual solicitamos à Comissão de Valores Mobiliários – que foi quem realizou a investigação – toda a

documentação resultante dessa apuração, para que verifiquemos quais providências devemos tomar.

Ontem, perdemos uma votação aqui. Respeito o processo democrático. Perdemos! Cabe-nos lamentar. Houve votação por maioria, e a maioria decidiu. Então, o caso está decidido. No entanto, isso não impede que continuemos o trabalho, especialmente no que diz respeito ao pedido de esclarecimentos.

Por fim, quero falar de algo que o deputado Gabriel Magno já mencionou, algo absolutamente horrível: o que está acontecendo no centro de Brasília! Nós alertamos, quando estava sendo discutida a privatização da rodoviária, que daria errado a privatização dos estacionamentos. Além de tudo, os estacionamentos estão vazios, porque a população não vai ingressar ali e pagar os preços: são R\$12, cobrados na parte de cima, e R\$7, cobrados na parte de baixo. A população não vai pagar isso.

Como se não bastasse a cobrança que está sendo feita, ainda colocaram umas bolotas de cimento lá que podem propiciar que pessoas pisem nelas e acabem caindo na pista de rolamento dos carros, sendo atropeladas, na parte de cima da rodoviária. Nós já oficiamos ao Iphan para que tome providências.

Além de tudo isso, colocaram uma muralha na parte interna do estacionamento da parte de baixo do Conic que mais parece o Muro de Berlim.

Aquilo não está dentro do planejamento do Distrito Federal. Aquilo não está no desenho feito por Oscar Neymar e por Lucio Costa. Portanto, aquelas barreiras, aquelas bolotas que foram colocadas ali têm de ser afastadas para o bem da população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

Antes disso devolvo a presidência à deputada Paula Belmonte.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigada, nossa presidente, vice-presidente, procuradora especial da Mulher. Uma mulher que eu admiro demais, deputada Paula Belmonte.

Já está chegando aqui o nosso presidente que também é sensacional. Ele só tem um defeito, que é ser botafoguense, mas ninguém é perfeito. Poderia ser pior, poderia ser flamenguista. Não é, presidente? Vamos olhar por esse lado. Estamos felizes porque o Vasco ganhou...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – O Vasco ganhou de 6 a 0 do Santos esta semana e fez o Neymar chorar. Não é qualquer time que faz o Neymar chorar.

Presidente, eu queria trazer alguns temas.

Primeiramente, faço 2 convites. Amanhã, na Comissão de Saúde desta casa, haverá a apresentação do RAG da Secretaria de Estado de Saúde, com a presença do secretário de Saúde. Eu queria fazer um convite a todos os deputados, aos gestores, aos usuários, aos sindicatos, para estarem aqui amanhã, a partir das 10 horas.

Eu gostaria muito de ver o empenho que vimos ontem neste plenário, lotado de deputados e de representantes do governo. Espero que haja o mesmo empenho com a saúde, que hoje passa por uma situação de calamidade no Distrito Federal. Eu continuo dizendo que não dá mais para aguardar, não dá mais para esperar. Nós estamos, inclusive, passando por uma situação de recomendação do tribunal com uma certidão de contingenciamento, da qual sairemos agora em setembro.

Quero deixar bem claro que a saúde é uma excepcionalidade, principalmente em urgência. Eu venho cobrando isso há muito tempo, há muitos meses. Eu tenho visitado os hospitais. Tenho visitado inclusive prontos-socorros, onde há apenas um profissional para atender o PS inteiro, com pouquíssimos técnicos em enfermagem. Há inclusive colegas trabalhando doentes que às vezes param o atendimento para aplicar soro neles mesmos durante o plantão.

Não vemos essa mesma disposição, essa mesma intensidade de compromisso, como a que houve ontem para aprovar um projeto que não tinha o mínimo de informações técnicas para ser votado. Houve uma grande mobilização. Estou com a minha consciência tranquila, porque não existe nada que o governo possa prometer ou dar para que meu voto tivesse sido diferente. A saúde do

Distrito Federal pede socorro, e é isso que eu tenho pedido, como sindicalista e como parlamentar. Eu acho que nenhuma promessa de reestruturação ou qualquer promessa que fosse poderia ter sido votada da maneira como foi votado ontem esse projeto. Como deputada, sinto-me incomodada com a situação que nós vivemos ontem.

A saúde precisa de ajuda e precisa de ajuda já. Eu peço aos colegas deputados que passem amanhã na reunião da Comissão de Saúde para que vejam a situação da saúde, para que vejam, inclusive, que nós estamos, muitas vezes, com problemas em contratos, problemas no contrato de gestão do IGESDF, que não tem metas repactuadas, problemas de contratos que estão sendo pagos de maneira emergencial, com verbas indenizatórias.

Nós estamos fazendo um trabalho que começou na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Na época, a deputada Paula Belmonte, junto comigo, fez um trabalho brilhante, e muitas coisas melhoraram. Mas melhoraram por causa do olhar desta casa, por meio das comissões, da fiscalização que nós abrimos aqui, como é nosso dever.

Estão todos convidados para amanhã.

Queria também dizer que, na sexta-feira, nós teremos uma sessão solene em homenagem a um hospital importantíssimo. Eu tenho prazer em falar que sou egressa da Universidade de Brasília, sou egressa do Hospital Universitário de Brasília, onde fiz especialização também. Nós estamos comemorando 53 anos de hospital universitário, hospital que é um marco para o Distrito Federal, para a Ride, não só em excelência na formação científica, mas também na assistência, porque o HUB é SUS.

E pela primeira vez em 53 anos o hospital está sendo gerido por uma profissional enfermeira, que traz a sua capacidade e um olhar especial, um olhar de gestora, um olhar de cuidadora, um olhar holístico, que a enfermagem tem; é a professora Fátima Sousa, que tem uma história com o Distrito Federal, uma história com a Estratégia Saúde da Família, é uma cientista, uma doutora e tem feito diferença naquele hospital.

Todos estão convidados também.

Por último, eu queria agradecer – as coisas boas nós agradecemos – o Governo do Distrito Federal. Como guaraense raiz, temos orgulho de cuidar da cidade, uma cidade em que eu vivo desde os 2 anos de idade, onde estudei em colégio público, fui enfermeira de Estratégia Saúde da Família, batia na casa das pessoas, meus vizinhos me conhecem. O Guará é uma cidade maravilhosa.

Nós temos feito muitas coisas, arrumado os centros de saúde, arrumado o repouso do hospital, a sala vermelha, a pediatria, feito ciclovias, melhorado a iluminação – quando a CEB ainda podia colocar iluminação, nós colocamos lá, nas áreas que eram mais vulneráveis, que eram escuras, que tinham violência inclusive. Pedimos muitas coisas e vimos executando, sendo atendidos. Então, acho que o Guará está sendo bem cuidado, graças a Deus. Guará pode contar com a gente.

E nós fizemos uma indicação para que circulassem mais ônibus naquela região nova, que é muito difícil – os trabalhadores não tinham como descer para trabalhar nos condomínios –, o mesmo local em que fizemos a ciclovia, nas quadras novas. Hoje foram entregues vários ônibus, inclusive um ônibus que é totalmente movido por energia elétrica. Ficamos felizes pelo Guará ter recebido esses ônibus, que vão fazer tanta diferença, não só para os trabalhadores que moram lá, mas para quem trabalha naquela região. Eu queria agradecer por a nossa indicação ter sido atendida.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muita grata, deputada, e grata pelo seu trabalho na saúde. Eu aprendi muito com a senhora como presidente da CFGTC. Nós fizemos ali uma dupla muito legal e temos resultados. Tanto o GDF quanto o IGESDF melhoraram alguns programas – mas ainda precisam melhorar muito – graças a essas audiências; e eu sei que a senhora está continuando esse trabalho, como presidente da Comissão de Saúde. Parabéns, deputada.

Encerro o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para comunicado.) – Boa tarde novamente, presidente e demais presentes.

Um deputado que me antecedeu aqui criticou duramente o governador Ibaneis pela fala dele em relação à ausência de democracia plena no Brasil. Eu não tinha visto a fala do governador Ibaneis,

e fui pesquisá-la. Assisti ao que o ele disse e não me parece tão passional a afirmação do governador Ibaneis quanto foi passional a crítica do deputado aqui. Parece-me que as críticas foram feitas só em razão da política pela política: "Já que eu não gosto do governador, sou oposição ao governador, saio criticando e adjetivando tudo que ele faz".

Observei que o governador fez uma análise da realidade do Brasil. Ele falou que o Brasil não é uma democracia plena. O Brasil, nas palavras dele, é uma ditadura com uma pitada de Judiciário. Imaginem que, na Suprema Corte, hoje, estão condenando pessoas por crimes políticos. É democracia isso?

O ex-ministro Aldo Rebelo deu uma entrevista nessa semana e disse que, quando ele era presidente da Câmara dos Deputados, a esquerda invadiu aquele órgão e quebrou tudo lá dentro. Ele falou assim: "Eu denunciei quem cometeu o crime. Mas eu denunciei pelo crime que eles cometeram. Eu não falei que aquilo era tentativa de golpe de Estado." Ele falou ainda: "Nós estávamos lá. Houve um atentado com os parlamentares lá dentro. Dá para imaginar atentado contra prédios vazios, depredação de prédios vazios?" Quem falou isso foi Aldo Rebelo, que era do Partido Comunista. Não me parece que o governador está falando algo distante da realidade.

Nesta semana, foi preso um traficante que vendia armas para o Comando Vermelho. Vou repetir: vendia armas para o Comando Vermelho. A sentença foi 6 anos de cadeia – 6 anos. Vender armas para o Comando Vermelho, 6 anos; a moça escreveu de batom em uma estátua "Perdeu, mané": 14 anos. É uma democracia plena isso?

Analisando a fala do governador, trata-se de uma fala desprovida de paixões políticas. Ele está fazendo uma análise do cenário brasileiro atual. Juntamente com o governador Ibaneis, autoridades diversas – não só autoridades no Brasil, como autoridades no exterior – fazem a mesma análise: o Brasil hoje é um regime de exceção.

Os Estados Unidos da América estão sancionando o Brasil. Eu vou repetir o que já falei nesta tribuna, porque acho que nós brasileiros não temos a dimensão do que está acontecendo no Brasil. Há essa história de tarifaço, que virou uma guerra política, e o nome disso é embargo econômico. O Brasil está sendo sancionado porque não é mais uma democracia.

A Lei Magnitsky é aplicada contra violadores de direitos humanos. Infelizmente, há ministro da Suprema Corte do Brasil que é tido pela maior democracia do mundo como violador de direitos humanos. Esse ministro expediu mais de 100 mandados de prisão que estão em aberto. A corte constitucional virou uma vara criminal, gente!

Quem analisa isso sem paixão e sem pensar nos benefícios que o regime traz para o espectro político, diante da perseguição que a direita sofre pelo regime...

As ditaduras, anteriormente, eram implementadas de outra maneira, mas, de um tempo para cá, as ditaduras são sempre uma parceria entre Executivo e Judiciário. Quem olha isso de maneira tranquila, longe de paixões políticas, consegue observar que hoje o Brasil, realmente, não é mais uma democracia plena. Essa é a opinião do governador Ibaneis.

Eu diria que não é uma democracia, porque hoje, por exemplo, há parlamentares respondendo criminalmente, deputada Paula Belmonte, pelas palavras que eles proferiram da tribuna. Eles são investigados criminalmente pelas palavras que proferiram na tribuna.

Senhores, o art. 53 da Constituição federal diz que os parlamentares são invioláveis por quaisquer de seus votos, opiniões e palavras. Eu posso discordar de tudo o que os meus colegas de esquerda falam aqui. Eu posso achar que é tudo estupidez, imbecilidade, idiotice, o adjetivo que eu quiser dar, mas eu vou defender, até o final, o direito deles de falarem o que eles quiserem, porque uma democracia se faz assim!

Quando você ceifa o direito de parlamentares usarem a tribuna, exercerem a sua atividade de falar, que democracia resta? Sobra o que mesmo? Quando as pessoas são perseguidas, como vem acontecendo, em razão da sua ideologia política, sobra o quê?

Então, eu queria elogiar o governador Ibaneis pelo que ele falou e pela coragem, porque quem fala essas coisas hoje é perseguido. Ele, ao falar, abre espaço para que a perseguição se volte contra ele. Faço um apelo ao Poder Judiciário brasileiro, em especial à Suprema Corte: o povo brasileiro precisa que o Supremo Tribunal Federal faça um exercício de autocontenção e que o Poder Judiciário volte a atuar dentro das suas competências e prerrogativas constitucionalmente estabelecidas. O Brasil precisa disso, o Brasil precisa de pacificação; e essa pacificação passa necessariamente pela autocontenção do Poder Judiciário.

Parabenizo o governador Ibaneis pela coragem que teve de dizer o que acontece hoje no Brasil e peço ao povo brasileiro que analise o que acontece hoje sem paixão política para que possamos voltar a ter democracia e para que todos possam expressar livremente as suas ideias.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado. Acredito nessa liberdade que o senhor fala.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Boa tarde, deputada Paula Belmonte, nossa segunda vice-presidente. Saúdo todos os que estão presentes e também aqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Antes de fazer um convite, gostaria apenas de dizer que, depois de ontem, nos resta torcer para que tudo dê certo; porque, se der errado, nós não esqueceremos, já que avisamos esta casa, mostramos os resultados. Houve dificuldade, inclusive, de encontrar quem defendesse uma posição contrária à nossa, deputada Paula Belmonte: se nós estávamos errados, se nossos números não batiam ou se nossa perspectiva sobre o cenário não fazia sentido.

Vamos torcer para que, de fato, dê tudo certo, pois o banco BRB carrega milhares de pessoas no Distrito Federal, e a derrota dele terá enorme impacto sobre a população e sobre os cofres do Distrito Federal. No fim das contas, quem vai socorrer será a própria população do Distrito Federal a conta dos mais ricos, que são os beneficiados nessa transação.

Dito isso, quero aproveitar para fazer um convite a todos que assistem esta sessão e nos ouvem na Câmara Legislativa. Amanhã, dia 21, às 9 horas, realizaremos o II Seminário Internacional sobre Mobilidade Urbana. O foco, deputada Paula Belmonte, será transição energética, eletrificação das redes, sistema híbrido e modais sobre trilhos. Virão estudiosos de outros países; traremos experiências do metrô de Fortaleza, de Belo Horizonte, de São Paulo, além de contribuições da Universidade de Brasília.

O seminário está sendo organizado pela Finatec, com o apoio da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana; contará com a presença de vários pensadores, gestores de modais e empresas que investem na eletrificação de frotas, especialmente de modais rodoviários, para discutirmos a mobilidade do futuro.

A mobilidade do futuro não é apenas tirar o carro das ruas, mas definir qual será o modal principal de investimento – e ele precisa ser sustentável. Nós acreditamos que o modal sobre trilho, o VLT, ou até mesmo o próprio metrô sobre trilhos são fundamentais para o desenvolvimento do Distrito Federal.

O evento será realizado nos dias 21 e 22, 2 dias intensos de debate, troca de experiências, boas práticas e apresentação de soluções que também estarão em pauta na COP 30. A Câmara Legislativa sediará o evento, fruto de uma proposta da nossa Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, da Finatec e da FAP-DF – a quem agradeço por apoiar esse processo, juntamente com a Finatec, na Universidade de Brasília. Nosso objetivo é, inclusive, produzir uma cartilha orientadora e reunir os órgãos que debatem o tema para que possamos aprofundar as discussões. Existe, sim, saída para o conjunto da população do Distrito Federal quando o assunto é mobilidade.

Aproveitando o tema, quero mencionar que a NTU, uma entidade nacional de transportes urbanos, em um encontro realizado recentemente em Brasília, apresentou, deputada Paula Belmonte, quando a senhora presidia a CFGTC desta casa, um relatório nacional das cidades que mais subsidiam o sistema de transporte público no país. É bem verdade que o Distrito Federal vive uma realidade diferente da dos demais.

Inclusive, a comissão vai convidar a ANTT, a Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal e a Secretaria de Estado das Cidades, ambas de Goiás, para uma reunião técnica a fim de debater como resolver o problema do transporte público na região metropolitana.

A passagem está a ponto de aumentar para R\$12,20, deputada Paula Belmonte. Dá mais de R\$24 a ida e a volta. O empregador no Distrito Federal, quando contrata um funcionário, paga somente a tarifa mais alta do DF, a de R\$5,50. O restante do valor da passagem as pessoas têm que complementar. Elas acabam tirando do próprio salário para virem trabalhar no Distrito Federal. Quando não, eles fazem a conta, deputada Paula Belmonte: “Eu tenho carro. Cabem 5 pessoas dentro do carro. A passagem custa R\$12. Eu vou cobrar R\$10 para dar uma carona até Brasília.” Acabou. Vamos lotar o Distrito Federal de carro cada vez mais. Nós precisamos resolver isso.

Só há uma saída para resolver isso: o consórcio entre Distrito Federal e Goiás, com a participação do governo federal. Por isso pedimos que o Congresso Nacional vote o Sistema Único de Mobilidade, pois ele é fundamental para o desenvolvimento das cidades e a não desassistência da população do Entorno. Eu quero dizer à população do Entorno que nós estamos atentos a essa questão.

Infelizmente, a ANTT é apenas um órgão regulador, não têm decisão política. Ela é obrigado a repassar o preço ao empresário. Se o preço do *diesel*, de uma peça ou do pneu sobe, como não há subsídio, ela é obrigada a fazer o repasse.

E aí a conta é simples, pessoal. Quanto mais cara é a passagem, mais passageiros saem do sistema. Quanto mais passageiros saem do sistema, mais ele fica deficitário. Por ser deficitário, eu tenho que reajustar a passagem para cima. Isso vira um círculo vicioso, e o que está acontecendo? As empresas do Entorno estão a um passo de abandonar o modal rodoviário e entregar a concessão para a ANTT, porque não é sustentável para eles. Essa questão é importante.

Nós somos a favor do subsídio, nós não somos contrários a ele. Nós não estamos aqui para debater a sua retirada. Nós temos é que fazê-lo com qualidade, com lastro, com fundo, sabendo de onde esse recurso vem. Trata-se de uma decisão expressiva, que pode ser viabilizada por meio de receitas acessórias para bancá-lo.

Eu quero trazer esses dados da NTU para o Distrito Federal. O Distrito Federal é o número 1 de subsídio no transporte público no Brasil. Nós bancamos 75% do sistema!

Qual é o nosso debate? Não é tirar os 75%. É sobre como nós vamos arrumar mais 25% – e é pouco em vista do valor de que nós estamos tratando, de R\$1 bilhão. Deputada Paula Belmonte, em 2024, segundo os dados que nós temos, Brasília pagava 75%; Goiânia, que é a segunda, pagava 66%. Detalhe: nós estamos entre as 10 passagens mais caras do país mesmo bancando o subsídio de 75%.

Em 2023, foram R\$1.600.000.000. Em 2024, R\$1.400.000.000. Até agora, agosto de 2025, nós já transferimos R\$928 milhões para as empresas de transporte. Até o final do ano, tende-se a manter R\$1.400.000.000 a R\$1.500.000.000 nesse sistema.

Nós já apresentamos alternativas ao Governo do Distrito Federal, como a criação de um fundo de transporte financiado pela receita acessória dos estacionamentos. Em vez de entregar essa gestão a uma empresa privada, que está fazendo uma besteira na rodoviária, o adequado seria uma autarquia do Estado assumir esse controle, oferecendo um preço mais barato e destinando esse lastro para um fundo a fim de bancar o sistema de transporte. Com esses 25% adicionais, seria possível oferecer tarifa zero para todo mundo no Distrito Federal rodar à vontade, deputada Paula Belmonte.

Para concluir a minha fala, a vice-governadora Celina, nesse evento, apresentou um dado. Nós estamos oficiando ao governo o pedido para que ela traga esse dado para nós.

É verdade, o Vai de Graça aumentou 69% o número de passageiros no modal de ônibus. Há uma linha, deputada Paula Belmonte, com um aumento de 500% na quantidade de usuários. E pasmem, nós não estamos falando de linhas que rodam o Plano Piloto, ou que vêm para o Plano. Essa linha roda Paranoá, Varjão; roda dentro dessas localidades. As pessoas querem rodar sua própria cidade, querem ir à feira, querem visitar o irmão. E a vice-governadora disse – o vídeo está no nosso perfil do Instagram – que o Vai de Graça já está se pagando com a arrecadação dos impostos, deputada Paula Belmonte.

Nós oficializamos um pedido à Secretaria de Economia sobre o impacto de arrecadação de ICMS, porque nós já tínhamos estudos sobre isso na nossa comissão de análise. Nós acompanhamos mais de 137 cidades e sabemos que a renda não fica parada, ela circula. Então, se há aumento na circulação de renda, há também aumento na arrecadação do Distrito Federal.

Vice-governadora, se o Vai de Graça já está se pagando e nós já arcamos com 75%, então vamos implantar a tarifa zero todos os dias no Distrito Federal. Sem dúvida nenhuma, é possível fechar essa conta e mostrar à população que faz sentido investirmos mais de R\$1 bilhão nesse modelo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Max Maciel, sempre fazendo um trabalho com muita competência e segurança na presidência da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana.

Que Deus o abençoe para que possamos alcançar a dignidade na mobilidade das pessoas! O

que o senhor traz é muito importante: a economia gerar riqueza e prosperidade para as pessoas, e a arrecadação de impostos é mais do que a prosperidade das pessoas, porque as pessoas estão produzindo. Então, isso é muito bom.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Vossa excelência me concede um aparte?

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo o aparte.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Eu gostaria de registrar a importância desse seminário de amanhã. Vão estar presentes o Ministério das Cidades; a VLI, que é a empresa que opera o sistema de trens no Distrito Federal; a ANPTrilhos; o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; o Ceftru, da Universidade de Brasília. Estão vindo representantes do Ceará, Santa Catarina, São Paulo e também de Portugal e do Chile para debaterem conosco. O evento será nos dias 21 e 22 de agosto, quinta-feira e sexta-feira, a partir das 9 horas, no auditório da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – As pessoas interessadas só precisam chegar e se inscrever?

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Só entrar e se inscrever. Já temos 300 inscritos e haverá certificado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Parabéns!

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, deputada Paula Belmonte, boa tarde.

O que me traz novamente a esta tribuna são algumas questões do Distrito Federal diante do caos que estamos vivendo no Governo do Distrito Federal.

Mais uma vez recebemos no gabinete, no mandato – e já estamos oficiando não só o Governo do Distrito Federal, mas também o Tribunal de Contas e o Ministério Público –, entidades que prestam atendimento às famílias e às pessoas idosas com contratos com a Sedes, a Secretaria de Desenvolvimento Social. Elas reclamam do atraso nos repasses.

Mais uma vez, o Governo do Distrito Federal dá o calote nas entidades que prestam um serviço muito importante para a cidade: o atendimento e o acolhimento às famílias e às pessoas idosas. Queremos deixar registrado isso, mais uma vez, porque é impressionante. Eu disse isto na primeira vez e repito: para alguns lugares, o governo Ibaneis nunca deixa altar dinheiro. A liberação de recursos é muito rápida. Para outros, é muito mais difícil: há calote, há atraso. E, mais uma vez, há o atraso de repasse às entidades que prestam esse serviço.

Há mais uma denúncia nesta semana. O Ministério Público do Trabalho denunciou a insalubridade e o perigo na rotina dos agentes de saúde no Distrito Federal. No relatório constam banheiros precários, fiação elétrica exposta, risco de queda das estruturas das unidades de saúde, ausência de programas de segurança e de proteção; sem falar que vemos, todas as semanas, denúncias na galeria do plenário da falta de servidores no atendimento da saúde pública do Distrito Federal.

Trago essas 2 reclamações e mais 2 denúncias, deputada Paula Belmonte, para responder ao parlamentar que veio aqui indignado com as denúncias que apresentamos sobre o governo Ibaneis. Vamos continuar as apresentando!

São muitas as denúncias de corrupção que pairam neste governo. Na saúde, perdemos a conta. Inclusive, eu gostaria de saber a posição do parlamentar sobre a instalação da CPI da Saúde! Qual é a opinião dele para a sociedade?

Na saúde investigações estão sendo feitas por Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público sobre desvio de insumos, desvio de recursos, transferência de materiais e recursos para o Piauí. Houve um secretário de Saúde preso neste governo. Há o escândalo do IGESDF, as pessoas morrendo nas filas dos hospitais. Ele deve achar que não é papel do Poder Legislativo fiscalizar, e diz ser advogado. Ele precisa ler a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sobre o Banco Master, assunto de que disse ter dúvidas, investigação aberta é o que mais há. Vou citar novamente 2 reportagens. Hoje, *O Estadão* publicou que a CVM vê indícios de crime em

aporte de R\$361 milhões do Banco Master numa clínica em nome de laranja. Cito também uma reportagem da semana passada que noticiou que a Polícia Federal começou apurações sobre fundo controlado pelo Master, que teria comprado papéis de liquidez duvidosa e os teria vendido, em seguida, para o próprio banco por um valor 235% maior do que o valor de face, inclusive com relação às fraudes do INSS.

Ele pode ser o advogado do Banco Master, pode vir a esta casa defender o banco, mas precisa explicar à sociedade do Distrito Federal o motivo que levou o governo – que não apresentou explicação nem números – a pegar R\$2 bilhões do BRB e colocá-los nesse banco, que está cheio de escândalos, no qual ninguém confia. Faço um desafio ao parlamentar: ainda surgirão mais denúncias nas operações fraudulentas do Banco Master.

Quero, mais uma vez, deputada Paula Belmonte, falar sobre a escola. Vários parlamentares sobem a esta tribuna. Há um, inclusive, que se denomina professor e que me antecedeu mais cedo. Não me recordo de que ele tenha licenciatura ou enfrentado uma sala de aula de uma escola pública.

Eu tenho muito orgulho de ser servidor concursado da Secretaria de Educação. Desde 2009, sou professor de física e matemática da rede pública e conheço profundamente a realidade das nossas escolas. Convido esse colega a visitar as escolas e a conversar, de fato, sobre os problemas da educação para ajudar no papel fiscalizador desta casa.

Deputada Paula Belmonte, os professores do ensino médio sofrem há 2 anos com o sistema eletrônico dos diários, onde os professores devem lançar as notas e presenças, emitir relatórios, boletins e atestados para os estudantes receberem o Pé-de-Meia. Esse sistema, que foi privatizado, não funciona na rede.

A Secretaria de Educação mantém um contrato de R\$40 milhões com a empresa Caixa Informática, de São Paulo, mas há 2 anos esse sistema não funciona. É um escândalo. Há diversos problemas nas escolas: faltam profissionais, estrutura, refeitórios e quadras cobertas. Há 13 mil contratos temporários. Temos educadores sociais voluntários dentro das salas de aula para atender nossas crianças e adolescentes que recebem menos de 1 salário mínimo por mês!

Essa é a política de profunda desvalorização da Secretaria de Educação. Eu não vejo essa turma subir a esta tribuna para cobrar do governo política séria para valorizar os professores e os profissionais que trabalham nas escolas e aumentar os recursos destinados à estrutura física das escolas, que reclamam, todos os dias, com gritos de desespero, porque, de fato, a vida em uma escola e em uma sala de aula superlotada é muito difícil.

Eu estive, neste final de semana, em uma escola em Samambaia. Em uma turma de alfabetização do segundo ano do ensino fundamental havia 34 estudantes em sala. Pergunto a quem se diz entendido de educação: como é possível alfabetizar com qualidade, sozinho, uma turma com 34 alunos, sem estrutura e com todas as dificuldades sociais que a escola enfrenta?

Fala-se muito nesta casa do sacerdócio dos profissionais da educação. Eu digo com muita tranquilidade que os professores e as professoras desta cidade têm muito amor por aquilo que fazem. Mas amor não paga conta, amor não paga boletos, amor não constrói dignidade nem valorização.

Espero, deputada Paula Belmonte, que o conjunto dos parlamentares, que de vez em quando gosta de falar sobre educação, some-se à luta verdadeira e real pela valorização dessa categoria tão importante, a qual o governador prometeu, na campanha, que ganharia igual a juiz, e, por enquanto, nada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado. Agradeço o trabalho de vossa excelência na Comissão de Educação e Cultura. Eu acredito na educação.

O que o senhor traz é uma realidade. Eu acabei de sair de uma escola rural em que alguns educadores sociais ganham menos do que um salário mínimo e atendem, muitas vezes, as crianças no período da tarde e da noite.

É necessário valorizarmos não somente a categoria mas também a estrutura das escolas. Como eu disse, há realidades muito tristes, como escolas que não têm caixa d'água, por exemplo. Realmente, nós precisamos olhar a educação com uma responsabilidade constitucional.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Obrigado, presidente. Eu não iria subir à tribuna hoje, mas resolvi fazê-lo rapidamente, deputada, porque eu assisti ontem ao discurso do governador Ibaneis. Eu achei engraçado o discurso dele naquele contexto. Nós que estamos na política

temos que nos respeitar. Nós temos que nos dar ao respeito e falar aquilo em que, de fato, acreditamos.

O governador ontem fez um gesto totalmente oportunista para uma base social. Todo mundo sabe que ele é do Judiciário – ele foi presidente da OAB-DF – e que ele transita nesse meio. Nesse contexto, ele fez aquela fala confusa sobre ditadura.

Até me parece que ele tem talento para atuação. Ele atuou bem, porque ele sabe que a situação dele não está fácil, a situação eleitoral dele está difícil. Ele fez um gesto no qual ninguém acredita. A classe política não acredita nele. Há pessoas aqui que o elogiaram.

Pelo amor de Deus, todo mundo sabe que não é naquilo que o governador acredita. Ele abriu a temporada das eleições de 2026 e abraçou o bolsonarismo raiz: “Agora é ditadura”. Ele deveria questionar, já que ele tem tanto apreço pela democracia, o fato de ele ter mandado um projeto de lei para a Câmara Legislativa sem nenhum dado, e a Câmara Legislativa tê-lo aprovado.

Ontem, pareceu-me o seguinte, deputada Paula Belmonte: há, no DF, um Executivo com pitadas de Legislativo. Nós votamos nesta casa uma matéria sem nenhum dado sobre uma compra que tem importância para a cidade e para um banco público da cidade. Isso, sim, é algo importante para ser questionado do ponto de vista da democracia.

Eu acho ainda mais curioso parlamentares eleitos subirem à tribuna da Câmara Legislativa para dizer que estão em uma ditadura. Se eles estivessem vivendo uma ditadura, eles não teriam a oportunidade de abrir o bico em uma tribuna. Eles não estariam empossados pelos votos da urna que os elegeram. Eles não poderiam falar.

Sabe por quê? Quem abria o bico na ditadura militar que eles defendem era preso, torturado ou exilado; o Congresso Nacional era fechado e os ministros do Supremo, aposentados. Era assim que funcionava a ditadura militar que esses atores da política também defendem e aplaudem. Eles criticam a democracia como ela é hoje, chamando-a de ditadura, porque nunca viveram uma ditadura.

Infelizmente, eles ainda têm a coragem de saudar a ditadura militar no Brasil. O que eu posso fazer hoje é lamentar a fala do governador, lamentar o oportunismo e a forma como ele tratou o calendário eleitoral no discurso de ontem, com um único objetivo: abraçar e sinalizar para o bolsonarismo talvez sua pré-candidatura ao Senado Federal. Não sei qual pré-candidatura o governador escolheu, mas eu espero que ele não recorra ao vale-tudo eleitoral, como ele já sinalizou que tem disposição para fazê-lo no discurso de ontem.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, deputado Fábio Félix.

Esta presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.173/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 21 de agosto, será transformada em comissão geral para discutir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Inclusive, deputado Fábio Félix, eu já o havia convidado para a participação dessa comissão geral.

Eu aguardo todos vocês. Convido os parlamentares desta casa que também defendem essa pauta para executarmos esse dinheiro mais do que nobre para as nossas crianças. Aproveito esta oportunidade, em que eu estou no plenário da Câmara Legislativa, para dizer que hoje fui a algumas escolas em Planaltina, que fez aniversário, e para nós é uma alegria ver as crianças sorrindo, mesmo em condições muito precárias.

Registro a minha responsabilidade e o meu compromisso pessoal com a dignidade de cada criança desse nosso país. São gestos assim que nos emocionam: cada abraço e sorriso das crianças inocentes. Eu peço a Deus que abençoe cada deputado daqui, mesmo que não esteja *in loco*, e que sensibilize os deputados desta casa para essa causa tão nobre que é a defesa da educação das nossas crianças.

Eu encerro o comunicado de parlamentares.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Não há quórum regimental para prosseguir com a ordem do dia.

Ata Circunstanciada da 67ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
67ª SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUTIR SOBRE O FUNDO DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL – FDCA,
DE 21 DE AGOSTO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H29

TÉRMINO ÀS 19H20

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – De acordo com a aprovação do Requerimento nº 2.173/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte, e conforme art. 131, § 4º, está aberta a sessão ordinária, que se transforma em comissão geral para discutir sobre o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, o FDCA.

Convidamos as senhoras e senhores deputados, bem como todos que desejarem participar, para o debate em plenário.

Suspendo a comissão geral.

(A comissão geral é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – A comissão geral está reaberta.

Declaro abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

Damos boas-vindas a todos os presentes.

Solicito ao Cerimonial que proceda à composição da mesa dos trabalhos. (Pausa.)

Primeiramente, quero desejar a todos que Deus nos abençoe para que tenhamos uma tarde muito produtiva. Estão presentes instituições que fazem um trabalho muito importante. O governo não consegue chegar à ponta, e nós precisamos ter essa sensibilidade. São os senhores que fazem esse trabalho para nossas crianças e adolescentes e trazem a esperança de a população brasileira ser tratada com mais dignidade, responsabilidade e, principalmente, com mais oportunidades.

Nossa pergunta, muitas vezes, é sobre política pública e a falta de dinheiro. No caso do Distrito Federal, o Fundo Constitucional tem dinheiro. O que queremos são respostas. Queremos entender onde está esse dinheiro, para que as pessoas possam fazer o bem. Esse é o motivo de estarmos reunidos.

Vamos apresentar um gráfico, daqui a pouco, para mostrar a falta de execução. Sabemos que, para se executar esse dinheiro, que é da nossa população, é necessário ter responsabilidade. Entendo também o lado do Executivo, que, às vezes, necessita de uma estruturação. Por isso, quero ter uma tarde com muitas proposições, para que entendamos como o Poder Legislativo, a sociedade e o Poder Executivo podem estar unidos para que esse dinheiro seja utilizado com a maior responsabilidade possível, beneficiando as crianças e adolescentes do Distrito Federal.

Sintam-se todos muito bem-vindos. Vamos abrir os debates para as pessoas que estarão à mesa conosco, mas também queremos dar oportunidade para cada um falar e se expressar.

Antes de a comissão começar, estive no *hall* com um representante de um instituto. Como é o nome do senhor? Senhor Wilson, o senhor é da Estrutural, não é? (Pausa.)

Cadê o Luciano? O Luciano está ali. Ele veio aqui e falou: "Eu quero aprender. Estou aqui para

aprender.” Sejam bem-vindos. Acho importante isso. Numa fala responsável, temos a oportunidade de aprender e, principalmente, de trazer o empreendedorismo social, fazendo as coisas direito. Esse dinheiro é da população e tem que ser usado com muita responsabilidade.

Estes são os objetivos da nossa comissão geral: conversar, orientar e trazer oportunidades para, juntos, cuidarmos das nossas crianças e dos nossos adolescentes como prioridade absoluta, conforme está na Constituição federal. Nós queremos saber onde está o dinheiro, como e onde ele está sendo usado.

Convido para compor a mesa: o senhor secretário-executivo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Jaime Santana; o senhor promotor de justiça Renato Bianchini; o senhor presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, Eduardo Chaves da Silva; o senhor presidente da Federação das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal e Entorno, Mário Vasconcelos Filho; e a senhora chefe de gabinete e representante, neste ato, do senhor André Clemente, desembargador do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Jozélia de Medeiros. (Palmas.)

Senhor Jaime, estou muito grata. A sua presença é fundamental. Tenha certeza de que estamos aqui para construir. Agradeça, em meu nome, à Secretária Marcela.

Doutor Renato, estou muito grata pela sua presença. Nós já estivemos juntos em outras oportunidades.

Eu iniciei falando a respeito dessa responsabilidade. Representantes de várias instituições estão presentes a esta comissão geral. Peço ao nosso Cerimonial que anote o nome dessas instituições para que possamos divulgá-las. Vejo aqui a dona Daise, o Guilherme, a Paloma, tantas pessoas do bem. Quero falar o nome das pessoas que estão presentes. Se for possível, vamos anotar os nomes e ter a participação das pessoas, para que elas possam falar o que estão sentindo.

Quero iniciar a minha fala mostrando um gráfico de estudos que fizemos desde 2011. Em 15 anos, foram executados menos de 40% do Fundo da Criança e do Adolescente. A cada ano, o fundo tem mais dinheiro. No início de 2010, o fundo tinha menos de R\$20 milhões; hoje, ele tem quase R\$120 milhões, e são executados 40% desse valor.

Essa é uma responsabilidade muito grande. Isso é uma missão que Deus me confiou e que eu assumi para mim. Sou mãe de 6 filhos. Entrei na política porque, infelizmente, perdi um filho com menos de 2 anos de idade – ele estava prestes a completar 2 anos.

A responsabilidade pela defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes, que não têm título de eleitor, é fundamental. Ela é fundamental! Quando investimos em um jovem que já tem título de eleitor, perdemos a chance de forjar um ser humano que disponha de oportunidades.

Eu tenho a honra de dizer que, enquanto era deputada federal, na Câmara dos Deputados, alguns projetos de lei meus foram aprovados e sancionados pelo presidente da República. Porém, ainda há projetos meus em tramitação que tratam do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e de como destinar mais recursos para esse fundo.

Este mês de agosto é o mês em que comemoramos a primeira infância. Eu participei de várias solenidades para que possamos desenvolver oportunidades para esses primeiros anos de vida. Uma das falas que mais me chamou atenção foi sobre como essa criança não está sendo escutada. As cidades não estão sendo preparadas para atender essa criança. Ela entra e é criada em ambientes que, muitas vezes, são de adultos. Não quero entrar em polêmica de partido político ou de ideologia política. Estou falando da sobrevivência da infância, da inocência das nossas crianças. Quando não chegamos com projetos sociais, com educação de qualidade, com iniciativas que proporcionem oportunidades para crianças e adolescentes, deixamos essas crianças num mundo, num Brasil que está adulto – e, muitas vezes, as crianças são criadas em meio à criminalidade. Recentemente, foi preso um traficante que fazia tráfico com a própria família, com uma criança menor de 6 anos...

Vocês são um grupo de escoteiros? Qual é o grupo de escoteiros?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Sempre alerta! Fui escoteira a vida toda. Uma vez escoteira, sempre escoteira! Que Deus abençoe vocês, que também realizam um trabalho fenomenal!

Esta é a responsabilidade: onde está esse dinheiro e como ele está sendo aplicado? O dinheiro estava no fundo. Entretanto, onde ele está sendo aplicado?

Quero ressaltar a posição do desembargador de contas André Clemente, que afirmou não mais poder haver devolução dessa verba. Isso será fundamental para que haja pressão tanto do Poder Legislativo quanto da sociedade para que os recursos sejam efetivamente aplicados. Essa é a nossa responsabilidade.

Estamos aqui para escutá-los, para também ouvir o Poder Executivo. Quero dizer que sinto falta da secretária Marcela Passamani, mas acredito que a presença dos senhores é fundamental para que juntos consigamos encontrar uma solução.

Esta não é a primeira audiência pública da qual participo sobre o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas estamos diante de um marco histórico: a decisão do TCDF, a qual determina que agora os recursos do fundo não podem mais ser devolvidos. Isso nos traz segurança para aplicá-los com muito mais responsabilidade. Existe mais responsabilidade na execução, mas também existe na geração de oportunidades para que o terceiro setor possa, cada vez mais, realizar um trabalho com seriedade e profissionalismo. O que muitas vezes se diz é que o terceiro setor não se organiza para executar essas emendas. Nós estamos aqui para mostrar que existe um setor organizado.

Tudo bom, Tatu? Que Deus o abençoe.

Vamos dar início às falas. Peço às pessoas que quiserem falar que levantem a mão, para anotarmos seus nomes e, na sequência, passarmos-lhes a palavra.

Concedo a palavra ao presidente do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescentes do Distrito Federal, Eduardo Chaves da Silva. Ele exporá as dificuldades existentes, para que possamos construir uma proposição.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Boa tarde a todos. Boa tarde, deputada. É uma satisfação muito grande estar aqui com a senhora novamente.

Houve momentos importantes em que estivemos discutindo a política da infância. Eu também sou pesquisador da Universidade de Brasília. Em 2020, realizamos um seminário na universidade, deputada, chamado Infância em Foco. Nosso objetivo era mobilizar a sociedade para entender que as pesquisas acadêmicas e científicas precisavam chegar à população. Nosso objetivo era mobilizar lideranças, e tivemos, na plateia, a presença da deputada Paula Belmonte, que se sensibilizou pela causa. Ela já vinha com o coração aberto e colocou o seu mandato à disposição. Hoje, existem o centro de pesquisa da Universidade de Brasília e a creche para a comunidade. Eu fico feliz por resgatar essa história, porque é importante mostrar que coisas vêm sendo feitas.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eduardo, eu posso interrompê-lo rapidamente?

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Claro, deputada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu fico muito feliz que você tenha lembrado disso. Eu acho importante essa recordação, porque aquilo foi um desafio. Naquele momento, não havia o centro de pesquisa nem a creche. Hoje, conseguimos entregar um complexo da primeira infância. Nós entregamos também o Hospital Universitário da Criança e do Adolescente, que já estava parado há quase 20 anos. Hoje há um centro de pesquisa, cujas obras estão sendo concluídas. Eu estive com a ex-reitora Márcia e com a reitora Rozana. Há uma creche com atendimento à comunidade e o hospital. Tudo isso envolve a primeira infância.

Muito grata, Eduardo.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Com relação ao hospital, eu falo em memória também do professor Dioclécio Campos Júnior, que foi um dos idealizadores desse trabalho e nos deixou no último dezembro; e do professor Isaac Roitman, que ajudou nessa articulação.

Eu agradeço também, deputada, às minhas parceiras aqui, as conselheiras de direitos do CDCA e as conselheiras tutelares, que estão atendendo as crianças diretamente e estão precisando do nosso apoio.

Eu agradeço a participação em nome também do nosso vice-presidente do conselho, João Henrique Barbosa. Nós temos feito uma dupla desde o ano passado, quando ele era presidente e eu era vice, e, neste ano, invertemos as funções. É importante mostrar que temos uma articulação bastante forte com a sociedade civil.

Agradeço também ao deputado Rogério Morro da Cruz, que realizou uma audiência pública em maio aqui, na qual estivemos e também discutimos. Aquele foi um momento bastante importante. Agradeço também ao deputado Fábio Félix, ao deputado Max Maciel, ao deputado Gabriel Magno, ao

deputado Thiago Manzoni, que também têm se mostrado relevante nessa pauta. Agradeço à deputada Doutora Jane, que já foi secretária de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Essas são pessoas importantes às quais precisamos agradecer também.

Agradeço a todos da mesa, que já são parceiros conhecidos.

Eu fico muito feliz de estar aqui. Sei, deputada, o desafio que existe olhando esse gráfico. Fiquei muito feliz com o fato de a senhora ter trazido esse gráfico, porque, na última vez que estive aqui, eu esqueci de mostrá-lo e fiquei pensando: "Eu tinha de ter mostrado o gráfico da história da execução do fundo". Então, eu fiquei muito feliz com sua atitude.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Vamos deixá-lo aí um pouco, para ficar registrado para as pessoas.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Sim.

Temos o seguinte histórico, deputada: 0% em 2011; 5% em 2012; 11% em 2013; 4% em 2014.

Quando o deputado Fábio Félix foi presidente, executou 29%. Isso foi uma vitória bastante importante para a política da infância como um todo.

Eu tenho também muito orgulho de falar que, na nossa gestão, conseguimos executar o maior montante nominal da história do fundo, que foi de R\$31 milhões, mas ainda é pouco. Eu acho, inclusive, que todo recurso que fica parado e não é executado com qualidade é um grande crime que se comete com a sociedade. Eu fico bastante feliz com a oportunidade de trazer isso ao Poder Legislativo.

Deputada, eu trouxe para dar de presente à mesa um exemplar do nosso Plano Distrital da Primeira Infância, porque é muito oportuno falarmos do Fundo da Criança e do Adolescente no mês de agosto. Nós estamos, em pleno agosto, falando dos direitos da criança. A primeira infância tem sido esquecida pela sociedade como um todo. Nós precisamos pautar esse tema na Câmara Legislativa também.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – E agosto é o mês da primeira infância.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Agosto é o mês da primeira infância, sim.

Eu vou dividir minha fala em 2 momentos basicamente. Vou falar um pouco do que temos feito, principalmente nos últimos meses – eu assumi a presidência do CDCA em dezembro de 2024 –, e também dar algumas sugestões do que podemos fazer e do que precisamos fazer. E vou pedir o apoio desta casa e da sociedade, porque ainda precisamos mobilizar muitas áreas para que tenhamos garantidos os direitos da criança.

Eu fiz um breve histórico, deputada, sobre a participação do fundo na implementação das políticas públicas. Eu falei, na última vez em que estive aqui, que temos uma legislação – a lei do fundo e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente são leis de 1992 e 1998 –, ainda da época do governador Roriz, que usamos até hoje. São leis de muito antes do Marco Legal da Primeira Infância, por exemplo.

Então, é uma legislação que tem se mostrado ineficaz para implementarmos essa execução de que precisamos. O CDCA, como esse órgão que precisa deliberar sobre a política, controlar a política, precisa fazer a gestão do fundo, esse fundo milionário, que todos conhecem, sobre o qual é a nossa pauta hoje. Mas o conselho também precisa fazer o processo de escolha dos conselheiros tutelares, fazer a formação dos conselheiros tutelares. A formação está boa, conselheiras?

(Manifestação do público.)

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Nós precisamos fazer o registro das organizações da sociedade civil. Está bom o trabalho das OSCs? Está bom, mas poderia ser melhor.

Ou seja, o CDCA tem um papel tão grande, mas, muitas vezes, a sociedade não vê a importância desse órgão; e não podemos reduzi-lo ao fundo, porque, se fizermos isso, não conseguiremos nem executar o fundo nem fazer o que a sociedade espera de um conselho. É importante mostrar o que o CDCA precisa fazer, o que o CDCA tem de missão institucional, isso é muito importante.

Temos feito avanços importantes nessa articulação com a sociedade civil, deputada, e temos um plano de aplicação para esses recursos que estão parados. Nós temos atualmente disponíveis,

segundo a informação que recebi da Unidade de Gestão de Fundos, R\$36.528.133,63 – disponíveis –, ou seja, o restante daqueles cerca de R\$90 milhões está com algum tipo de comprometimento. Já foi designado, é preciso executar, é preciso chegar, mas já está com alguma disponibilidade. Para esses R\$36 milhões, temos um plano de aplicação. Eu queria que todo mundo tivesse conhecimento das Resoluções nºs 155 e 156 do CDCA, que falam como vamos aplicar esses recursos, em que áreas vamos aplicar esses recursos.

As crianças falaram para nós, deputada, as áreas em que elas querem que os recursos sejam aplicados. Vou citar algumas aqui: elas querem mais saúde; elas querem educação infantil; assistência social; elas querem que a comunidade delas seja mais segura; querem poder brincar; querem que demos atenção às crianças atípicas – as crianças de zero a 6 anos falaram isso para nós, deputada, que temos de dar atenção às crianças atípicas –; falaram que precisamos enfrentar as violências; as crianças falaram, membros da mesa, que precisamos enfrentar a pressão consumista – nas últimas 2 semanas esse assunto ficou bastante em voga, mas as crianças estão nos falando isso já há alguns anos; as crianças falaram que precisamos prevenir os acidentes na primeira infância; e que elas precisam participar de tudo que diz respeito a elas.

Nosso plano de aplicação ouviu as crianças e determinou que vamos organizar a aplicação desses recursos que estão disponíveis para este ano em 3 editais. Um edital tem o objetivo de promover o direito da primeira infância à participação. Então, vamos criar, senão o primeiro, um dos primeiros comitês de participação de crianças nas políticas públicas. Vamos fazer um edital com o chamamento da sociedade civil para construirmos uma metodologia a fim de que a voz das crianças chegue em quem toma decisão. Precisamos ter a voz da criança pautando, deputada, o que a senhora está falando, o que os seus colegas estão falando e, para isso, vamos construir esse comitê de participação de crianças.

Vamos também construir uma proposta para que o agosto da primeira infância entre oficialmente no calendário de eventos do CDCA – hoje ainda não está, infelizmente. Queremos, com esse edital, celebrar a primeira infância de agosto a agosto.

Queremos, também, um edital, deputada e demais presentes, para cuidarmos de quem cuida das crianças. Estamos esquecendo das famílias que estão cuidando de crianças. A saúde mental, principalmente das mulheres, está extremamente abalada porque elas estão tendo que dar conta sozinhas de toda a pressão social. Se estamos entendendo que a criança é importante, negligências não são mais aceitáveis. Mas as mulheres ainda estão sobrecarregadas e respondendo sozinhas. Então, queremos que o poder público apoie quem cuida de crianças. Hoje, a maioria das pessoas que cuidam de crianças são mulheres.

Também é necessário promover a participação de adolescentes. Precisamos falar dos direitos de crianças e adolescentes para que os adolescentes também sejam agentes de proteção da infância. Isso será bastante importante.

Outro edital é para a sociedade civil. O valor total dele é de R\$41 milhões. Esse edital prevê linhas de ação que vão desde o acolhimento institucional ao acolhimento familiar. Precisamos falar do Família Acolhedora, sabe, deputada? Temos de fortalecer esse serviço que é bastante importante e ainda não tem visibilidade. A sociedade não conhece o serviço Família Acolhedora.

Precisamos falar também de saúde mental. Quando escutamos as crianças, deputada, elas falam que a política de transporte está ruim. Elas falam que não têm acesso à natureza. Conhecemos, durante o agosto da primeira infância, um conceito bastante importante chamado déficit de natureza. As crianças estão crescendo sem contato com a natureza. Elas falam principalmente de saúde mental. As crianças e os adolescentes estão reivindicando isso. Por isso o edital também tem uma linha para atendimento de saúde mental.

Além disso, há uma parceria com o Tribunal de Justiça para zerar a fila de preparação para adoção. Muitas pessoas não têm informação sobre esse processo. Há uma fila grande que precisa de preparação para habilitação. A adoção de crianças é uma coisa séria, não é só um desejo narcisista e egoísta, mas vem com muita responsabilidade. Não se pode pensar em adotar uma criança e devolvê-la. A preparação para a adoção é muito importante. A parceria com o Tribunal de Justiça é muito importante também.

Para executar esses 3 editais, existem essas resoluções para zerarmos o recurso do fundo ainda neste ano. Estive fazendo as contas com minha colega, Tanandra. Estamos há quase 9 meses gestando esses editais. É muito simbólico conseguir finalmente fazer esses editais nascerem enquanto discutimos a importância de esse recurso chegar à população.

O que podemos fazer juntos? Tenho várias sugestões. Podemos tomar um café ou um açaí na minha sala para conversar sobre esses assuntos. Aponto 2 sugestões para conversar, deputada: precisamos estar preparados para quando o recurso que o Tribunal de Contas sinalizou estiver disponível. O recurso ainda não está disponível na conta. Ele não é um recurso que pode ser utilizado agora, mas ele terá de chegar em algum momento. Depende da Secretaria de Economia e da Casa Civil para fazer os ajustes orçamentários e mudar a lei orçamentária. Quando esse dinheiro chegar, precisamos estar prontos. Estamos fazendo um grande chamamento da sociedade para apresentar projetos para o CDCA.

Como a sociedade pode apresentar projetos para o CDCA? Hoje, a pasta da infância e da adolescência está na Secretaria de Justiça e Cidadania, na Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, com a nova subsecretária Maria Lucena, bastante comprometida com a pauta. Queremos que a população procure as secretarias para reivindicar projetos na área da infância em seus respectivos segmentos. São 15 as secretarias que compõem o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todas elas têm atuação na área da infância: Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte, Secretaria de Segurança Pública, Casa Civil, Secretaria de Economia... todas as secretarias podem receber projetos.

Faço uma convocação para a sociedade civil mobilizar as secretarias e apresentar projetos para o conselho. A Secretaria de Justiça e Cidadania vai receber os projetos e dar celeridade a eles. Eu me comprometo pessoalmente a receber esses projetos e encaminhá-los para a Comissão de Políticas Públicas analisar o mérito a fim de que a execução dos projetos aconteça da forma mais rápida possível.

Temos de mobilizar a sociedade para que ela entenda que pode, sim, apresentar projetos para o fundo, mas isso precisa ser mais nítido e mais acessível. Sugiro que vocês conversem com os secretários, conversem com os deputados com os quais vocês têm contato.

A segunda coisa, deputada, é muito importante. Há um capítulo sobre o papel do Poder Legislativo. Precisamos urgentemente fazer uma revisão legislativa. Hoje, a burocracia é tanta que, só no CDCA, existem 75 resoluções normativas vigentes, muitas tratando do mesmo tema, com visões diferentes, citando legislações diferentes. Isso causa uma confusão tão grande na burocracia que um servidor que se recusa a assinar um documento está respaldado por alguma legislação. Muitas dessas legislações são de 30 anos atrás, quando ainda não tínhamos iniciado uma discussão séria no Brasil sobre o direito da primeira infância, por exemplo. Precisamos urgentemente visitar essa legislação, porque existem muitas leis que necessitam ser atualizadas.

Há um esforço do CDCA com a Casa Civil e com a Secretaria de Economia. Estivemos com o conselheiro André Clemente para conversar sobre essa decisão, a qual nós vemos com muito bons olhos. É um recurso que nós sempre reivindicamos, ele não poderia ficar no Tesouro, na chamada fonte 100. Esse recurso tinha que voltar. Nós, assim como a secretária Marcela Passamani, vimos com muitos bons olhos esse recurso voltando para onde ele não deveria ter saído.

Então, quando esse recurso estiver na conta, nós vamos estar preparados: com a legislação revisada. Vamos precisar de um mutirão social – com o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, com a ajuda do Ministério Público – para enxugar a burocracia, que hoje é a principal vilã da execução do fundo.

No que compete ao CDCA, quero frisar que há esse compromisso. A sociedade civil nunca esteve tão alinhada e organizada – é até uma redundância dizer “sociedade civil organizada estando organizada”. Desde que eu assumi o conselho, todas as decisões são tomadas por consenso. Nós debatemos, nós nos desentendemos, nós divergimos, mas, no final, sempre chegamos a um entendimento.

Estamos num momento muito oportuno: a sociedade civil e o governo, que juntos compõem o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, estão disponíveis para dialogar.

Eu fico bastante feliz em estar aqui. Encerro a minha fala agradecendo, mais uma vez, a oportunidade. Coloco-me à disposição, depois de ouvir os demais componentes desta mesa e as pessoas presentes, para continuarmos essa conversa e buscarmos soluções viáveis e objetivas – sempre numa perspectiva construtiva, pensando na criança e em como tornar o princípio da prioridade absoluta algo concreto em nossa sociedade.

Muito obrigado. Fico à disposição. Contem comigo. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Eduardo.

Acho fundamentais esses 3 editais que vocês já estão preparando, a fim de que vocês possam estar preparados para receber os recursos.

É muito importante, principalmente no primeiro edital, essa questão da atualização da legislação, para que consigam realizar tanto os projetos como a execução com maior qualidade e, assim, superar a burocracia. Quando um projeto bem-feito é apresentado, com todas as certificações, o trabalho de execução também se torna mais fácil. Muitas vezes, vemos pessoas inseguras ao apresentar os projetos, mas é importante reconhecer que há um CPF por trás. É importante trazer essa oportunidade para as pessoas muito simples. Muitas instituições começam com o trabalho voluntário. São pessoas que, talvez, não tenham o conhecimento adequado. O CDCA está preparando essas pessoas para a execução desses recursos. Isso é fundamental.

Quando o senhor traz à tona essa questão da primeira infância, eu fico muito feliz, porque eu acredito que a primeira infância... Eu estava dando uma entrevista antes de nós começarmos esta sessão, e comentei que falam assim: "A deputada que defende a criança e o adolescente", como se isso fosse alguma coisa menor. É um absurdo! O que nós estamos defendendo não é o futuro, é o presente! É o nosso presente!

Muitos de nós tivemos algumas oportunidades, e outros não. Eu até dei o exemplo de que, ontem, eu fui a uma escola rural e perguntei: "O que vocês querem ser quando crescerem?" Normalmente, as crianças falam: "Quero ser policial", "Quero ser bombeiro". E aí apareceu uma voz lá atrás, era um menino de mais ou menos 5 ou 6 anos, falando: "Eu quero ser engenheiro". Olhem que legal! Meu olho encheu de lágrimas naquela hora, porque, se ele conseguir ser engenheiro, será uma vitória muito grande. Por muitas vezes, o seu CEP, o local onde você mora destina o seu destino, mas nós não podemos permitir isso. Em todos os países desenvolvidos, a criança pobre estuda para ser uma criança rica. É a criança! Não é o jovem nem o adolescente, é a criança! Elas acreditam nisso.

Então, é fundamental que tenhamos isso! Eu sou fruto de escola pública, acredito em escola pública, participei de vários projetos e sei ela que faz a diferença. Graças a Deus, posso dizer que minha pessoa física apoia projetos. Vocês trazendo o CDCA, apoiando a sociedade civil, aprimorando essa qualidade, faz toda a diferença para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo.

Coloco-me inteiramente à disposição. Algumas legislações são de âmbito federal, mas sou amiga pessoal do presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância para fazermos um trabalho legislativo. Tenho certeza de que o Congresso Nacional, neste momento em especial, está unido! Então, este é um momento propício para que possamos trazer a priorização da nossa Constituição federal. Se me deixarem falar de criança, falarei mesmo!

Aproveito a oportunidade para conceder a palavra ao presidente da Federação das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal e Entorno, senhor Mário Vasconcelos Filho.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Boa tarde a todos. Na pessoa da deputada Paula Belmonte, cumprimento esta mesa e a senhora Daise, um ícone do terceiro setor e do trabalho com crianças e adolescentes, que está ali sentada e por quem temos um carinho muito grande.

Eu gostaria de abrir um parêntese nessa questão da criança e do adolescente e explicar a razão pela qual estou fazendo parte desta mesa. Por meio do Requerimento nº 589, que teve seu extrato publicado no *Diário da Câmara Legislativa* sob o número 119, página 32, do dia 5 de junho de 2023, nasceu, sob a presidência da deputada Paula Belmonte, numa articulação da Faosc com o gabinete dela, a Frente Parlamentar do Terceiro Setor, que foi oficialmente instalada numa sessão solene aqui no dia 22 de junho de 2023.

A Faosc nasceu um pouco antes disso. São 9 instituições que fundaram a federação, e 4 delas trabalham especificamente com criança e adolescente. Frequentamos essas instituições com muita regularidade, porque, além de parceiros atuantes do terceiro setor, somos amigos também. Isso que o Eduardo falou, ouvimos direto crianças falando sobre o que falta, que o transporte não é legal, que falta contato com a natureza. Entendemos que esse ambiente de criança, como a deputada falou, não é futuro, é presente! Precisamos trabalhar e cuidar das nossas crianças.

Como federação, temos feito um *advocacy* muito grande por conhecer as dificuldades que as instituições que trabalham com crianças enfrentam, principalmente no acesso de recursos, muitas vezes por conta do problema de excesso de burocracia, excesso de lei. Além de presidir a federação, faço parte do Confoco nacional e temos trabalhado essa questão de simplificação das parcerias, de como o recurso chega à ponta para que as instituições possam desenvolver as políticas com as quais trabalham de uma forma mais simples, e que haja, sim, o controle, mas não a fiscalização.

Há uma diferença de parceria, porque o dinheiro público chega às mãos da OSC por intermédio de parcerias. Tanto faz se for do Fundo da Criança e do Adolescente, do Fundo do Idoso ou das emendas parlamentares, o dinheiro vem por intermédio de chamamento público. Existem trabalhos feitos com crianças cujos recursos, às vezes, não saem do Fundo da Criança. Eles chegam por intermédio de emenda, de um chamamento extrafundo, e nós percebemos essa dificuldade. Nós temos trabalhado diuturnamente para que o processo seja simplificado.

No âmbito federal, por intermédio de uma atuação do Confoco, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Secretaria de Parcerias e da Advocacia-Geral da União, foi estabelecida uma portaria conjunta. Nós tivemos a oportunidade de participar da construção do manual do marco regulatório que unifica isso tudo.

É muito bom nós trazermos isso também. Pode parecer que não tem a ver com o Fundo da Criança, mas tem, porque, quanto mais nós simplificarmos as nossas leis, em todos os âmbitos, isso acaba chegando também às questões do fundo.

Quero encerrar a nossa fala, em primeiro lugar, agradecendo a todos os deputados que compõem a frente parlamentar: a deputada Paula Belmonte como presidente; o deputado Pepa; o deputado Iolando; a deputada Dayse Amarílio; o deputado Robério Negreiros; o deputado Thiago Manzoni; o deputado Joaquim Roriz Neto; e o deputado Eduardo Pedrosa, que assinaram a frente.

Quero dizer às pessoas que estão presentes e que trabalham especificamente com crianças – a maioria aqui, acredito que quase todos – e à deputada que nós, como federação, estamos aqui. Meu amigo Eduardo do conselho, nós, da federação, temos especialistas que trabalham conosco tanto na área jurídica quanto na área contábil – na elaboração, execução e prestação de contas de projetos. Nós colocamos essa galera que anda conosco à disposição de vocês. Assim, nós podemos ser úteis de alguma forma e contribuir para que o fundo possa chegar lá de uma forma mais simplificada, a fim de cuidarmos das nossas crianças.

Deputada, conte conosco. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, eu que lhe agradeço. Mário, foi muito bom você reforçar que há uma frente parlamentar do terceiro setor. Nós temos essa responsabilidade. Assumo a responsabilidade também, junto não só com os parlamentares da frente, mas com todos os outros parlamentares, de fortalecermos essa questão.

O senhor trouxe um ponto muito importante, a fiscalização é diferente de... como o senhor falou quando fez uma analogia?

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – De controle.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Do controle. É muito diferente.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Trata-se de monitoramento, e monitoramento é outra história.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu tenho certeza de que muitos trabalhos desses, que iniciam com voluntariado, as pessoas não querem fazer coisas erradas...

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Sim.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Elas querem fazer o bem.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Eu costumo brincar que, no terceiro setor, nós fazemos o trabalho com amor, mas nós não podemos ser amadores quando nós atuamos no terceiro setor.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Não, de jeito nenhum.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Com relação a ter a paixão como missão de vida, uma coisa que eu admiro muito na senhora é exatamente isso. Todas as vezes que nós estivemos lá no gabinete, que nós nos sentamos, percebemos o brilho nos olhos da senhora ao falar de criança e a forma como abraça essa causa. Nós temos um grupo de trabalho no gabinete dela, como frente parlamentar, em parceria com a federação. Inclusive, convidei o nosso amigo que nos coordena para dar um incentivo em um ponto que é de muita relevância para o Fundo da Criança e do Adolescente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata. Conte comigo e conte com o nosso trabalho, com o nosso apoio e com a nossa pressão também, porque o controle e a fiscalização também funcionam sob pressão.

Vamos continuar.

Passo a palavra para a senhora chefe de gabinete Jozélia de Medeiros, que neste ato

representa o senhor desembargador de contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal André Clemente. Ele deu uma decisão, acho que ainda está relatando o projeto, certo? Já concluiu a relatoria?

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Já.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Já concluiu. Ontem eu conversei com ele. Ele me falou que gostaria de passar aqui, mas não pôde porque estava numa entrevista. Ele disse que dá total apoio para esta pauta. Eu tive a grata surpresa de encontrá-lo algumas vezes no Juizado da Infância e da Juventude, tratando sobre esse assunto. Eu fico muito feliz de o Tribunal de Contas do Distrito Federal ter tido essa sensibilidade com o tema e essa responsabilização com relação às nossas crianças.

Muito grata pela sua presença. Está plenamente justificada a ausência do nosso desembargador.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Obrigada. Boa tarde a todos e a todas. Eu queria primeiramente cumprimentar a nossa deputada Paula Belmonte. Peço licença para cumprimentar todos os membros desta mesa na pessoa da deputada.

Como a senhora falou, realmente o desembargador de contas André Clemente tem imenso apreço por esta pauta. Ele teria uma grande satisfação de participar deste debate. Com certeza alguns aqui já estiveram lá no gabinete, como o Eduardo, o Jaime, a dona Daise, alguém com quem também sempre temos contato no gabinete. Trata-se de uma questão pela qual realmente ele prima muito. Ele entende que o tribunal pode contribuir para que seja encontrada uma solução. Sabemos que a questão da criança e do adolescente é um problema grande. Para os grandes problemas só acharemos solução se existir a participação de várias pessoas e instituições, cada um com a sua *expertise* voltada para a solução – a melhor solução para as nossas crianças. Então, tenho certeza de que ele teria imenso prazer de estar aqui para debater esta questão.

Quando esse processo chegou ao nosso gabinete, a primeira preocupação dele foi exatamente estudar a situação, estudar em que pé estava essa questão do fundo, por que os recursos não estavam sendo executados. Nós tivemos uma grande colaboração da Casa Civil e da Sejus, com a qual mantivemos contato constantemente, até que se chegasse a essa decisão. Acredito que essa decisão pode contribuir sim para um avanço nessa execução orçamentária.

Uma preocupação do desembargador foi exatamente que a decisão fosse realmente efetiva, não uma decisão que simplesmente determinasse algo: “Ok, está determinado”. Então, qual a melhor solução neste momento, considerando todo o levantamento feito do montante que não tinha, digamos assim, sido executado de 2015 a 2023, que somava mais de R\$411 milhões? Porém, também precisávamos ver isso de acordo com as normas orçamentárias. Como fazer? Como de fato trazer uma decisão que seja efetiva?

A solução, ou o caminho encontrado, foi uma determinação com modulação, de forma que o que atrás ficou, infelizmente... Como a própria deputada e os demais aqui mencionaram, há uma baixa execução dos recursos do fundo. Eu acho que seria em torno de 20% a média do recurso realmente executado, do que foi disponibilizado ao longo desses anos. Nós vimos que não haveria grande efetividade dizer que tem que aportar os R\$411 milhões. Isso poderia trazer dificuldade inclusive para o governo, porque sabemos que no orçamento há a questão da anualidade dos recursos, todo ano você tem o comprometimento do que é arrecadado.

Esta foi a solução encontrada: os recursos disponibilizados a partir de 2025 para o fundo não podem mais ser retidos. Ainda que não sejam executados, eles têm que retornar no ano seguinte, para que o fundo faça a execução desses recursos. A execução desses recursos passa, com certeza, por um planejamento. Fico muito feliz – e tenho certeza de que o desembargador também ficará – ao ver a carta de projetos que vocês já têm em andamento, em construção.

Sabemos que a definição dos projetos a serem implementados é a primeira etapa. A execução é algo que requer ainda mais esforços, que exige uma soma de esforços de todos os órgãos envolvidos. Tenho certeza de que a Secretaria de Justiça, o Conselho e a Câmara Legislativa – que está muito bem representada pela nossa deputada Paula Belmonte, que tem grande envolvimento e realiza um grande trabalho voltado às nossas crianças – conseguirão contribuir para que nós alcancemos uma execução maior. Tenho certeza de que o que todos os presentes e toda a sociedade desejam é que nós tenhamos realmente esses projetos implementados e, de fato, executados.

Eu acredito que este momento é o início. Este debate é extremamente salutar para que o governo e a sociedade consigam superar os obstáculos enfrentados ao longo dos anos para a execução

desses projetos, que, com certeza, serão muito bem recebidos pelas crianças, pelos adolescentes e pela sociedade como um todo. Como a própria deputada falou, a questão da criança e dos adolescentes deve ser realmente muito bem cuidada, e, com certeza, a soma de esforços do Estado, da sociedade civil e de todas as organizações é o que permitirá a execução de fato desses projetos, trazendo benefícios efetivos para as crianças e para os adolescentes do Distrito Federal.

Tenho certeza de que o gabinete do desembargador André Clemente está de portas abertas. Trago esta mensagem em nome dele, que, infelizmente, por compromissos devidamente justificados à nossa deputada, não pôde estar presente nesta sessão. O gabinete dele está de portas abertas para o que pudermos contribuir para a solução, para a evolução e os avanços dessa política. Nós estamos à disposição.

Eu queria agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui, representando o desembargador André Clemente, o que é uma grande responsabilidade, mas também uma honra poder tratar desse assunto na casa do povo.

Muito obrigada, deputada Paula Belmonte, pelo convite. Muito obrigada a todos por nos ouvirem neste momento. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Jozélia, falo com você – e tenho certeza de que isso será transmitido ao nosso desembargador André Clemente – que eu não tinha feito essa conta do acumulado, do que nós perdemos. Foram R\$400 milhões! Quando você disse isso, todos pensaram: “Meu Deus, quanto dinheiro deixamos de ganhar!” Mas eu quero olhar para este momento histórico: nós vamos deixar de perder.

Sinto-me muito honrada por já ter conversado com o André Clemente, quando eu o conheci ainda como secretário, e por perceber que ele se sensibilizou com a causa. Tenho certeza de que tive participação nisso.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Com certeza, deputada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Para nós, embora tenhamos deixado de ganhar esses R\$400 milhões que pertenciam ao fundo, acredito que uma política, muitas vezes, não é para que todos fiquem satisfeitos, mas para que fiquem insatisfeitos – e, assim, alcancemos a convergência.

Acredito que foi uma decisão acertada. A partir de agora, depois dessa decisão, quero propor – inclusive ao nosso gabinete, como frente parlamentar – que pensemos em tornar essa decisão perene, como uma política de Estado. Se for necessário apresentar uma proposição, ou mesmo um projeto do Executivo, nós trabalharemos para isso, para que possamos aprimorar esse processo, porque, agora, nós não vamos mais perder.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Exatamente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Então, é um motivo de comemoração. Não é olhar para o copo meio vazio, mas, sim, para o copo meio cheio. Eu pelo menos me sinto dessa maneira. Não sei como vocês pensam isso, mas eu me sinto dessa maneira. É um marco para o Distrito Federal e agora mesmo se falou nesses R\$36 milhões que chegarão ao nosso caixa, o que permitirá que nos aprimoremos mais. Fica aqui o meu reconhecimento à decisão prolatada, à conjunção de fatores. Depois, se alguém estiver pensando diferente, fale, para que eu possa refletir também. Mas eu vejo que é um marco histórico para a criança e para o adolescente do Distrito Federal.

Desejo que tenhamos, no ano que vem, ao somarmos, uma quantidade razoável para fazer projetos. E então não haverá justificativa para vermos crianças e jovens em boca de fumo. A responsabilidade estará conosco. Não quero mais ouvir que um jovem foi aviãozinho, nuvenzinha.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Eu gostaria de fazer uma ressalva sobre algo que, em minha fala, esqueci de mencionar. Essa decisão com certeza foi elaborada pelo desembargador André Clemente, mas mereceu aprovação plenária por unanimidade. Isso mostra a sensibilidade de todo o tribunal com a causa.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Mostra o tribunal sensível à causa. Muito grata.

Concedo a palavra ao Renato Bianchini, promotor de justiça com quem já tive a honra de estar presente em algumas audiências.

RENATO BIANCHINI – A honra foi toda minha, deputada Paula Belmonte.

Eu agradeço mais uma vez a possibilidade de estar aqui. Parabênzo a senhora pela iniciativa de trazer uma pauta tão importante como esta e dar visibilidade a ela.

Cumprimento todos os presentes.

Começo a minha fala fazendo uma inferência. Acho que o problema da execução do fundo é histórico, antigo. O gráfico mostra isso muito bem. Para mim, esse problema reflete, na verdade, a pouca afeição que o Estado brasileiro tem de ser realmente democrático. No fundo, no fundo, o exercício da democracia é justamente trazer para a execução das políticas públicas e para a correção das ineficiências estatais o ouvir dos anseios da população e permitir que a sociedade civil atue. O fundo e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente têm exatamente essa vocação. Talvez não por acaso tenhamos essa dificuldade histórica de execução. No nosso Estado, embora nossa Constituição democrática já tenha mais de 30 anos – quase 40 –, ainda não vivemos de fato, na essência, na plenitude, uma cultura democrática de ouvir a população, de levar em conta os anseios da população. Eu queria começar fazendo essa reflexão porque acho que boa parte dos nossos problemas estariam mais bem encaminhados se nós já tivéssemos amadurecido nesse ponto.

Nós estamos aqui para falar sobre o fundo como um todo, não apenas sobre a questão da execução. É importante também chamarmos atenção para a captação dos recursos, que se dá basicamente por 3 fontes – se eu estiver esquecendo alguma, por favor, me corrijam –: incentivos fiscais para pessoa jurídica e física, multas decorrentes da prática de infrações administrativas e transferências de receita do Tesouro.

Com relação aos incentivos fiscais, parece-me que também precisamos trabalhar e evoluir no sentido de não só divulgar melhor essa possibilidade, mas também de fazer campanha para esclarecer a população especialmente sobre não se tratar de doação. O incentivo fiscal não é desembolso, é destinação do valor do recurso do imposto de renda que já vai ser pago, que já será desembolsado de qualquer forma pelo cidadão. O sujeito, ao destinar dinheiro para o fundo, não vai perder dinheiro. É isso que estou querendo dizer. O patrimônio dele não será diminuído. O que acontecerá é um desembolso que será posteriormente restituído. Isso, claro, partindo do pressuposto de que a pessoa seja pessoa física contribuinte do Imposto de Renda e faça declaração pelo formulário completo, o que não se aplica para as pessoas isentas que, no caso, estariam fazendo realmente uma doação. Os contribuintes que fizerem a declaração de Imposto de Renda pelo formulário completo terão a restituição total do que destinarem ao fundo com a correção da Selic do período.

Se isso for feito no ano anterior, a declaração pode ser feita com até 6% do valor total do Imposto de Renda devido. Se for feito no curso, no próprio programa da entrega da declaração do Imposto de Renda, será com até 3%. Isso é algo muito simples de ser feito, principalmente nesse caso em que isso é feito na declaração do Imposto de Renda.

No outro caso, que pode ser com até 6%, talvez até caiba também o CDCA não só fazer campanhas esclarecedoras mas também facilitar o processo, que é um pouco mais dificultoso. Não é tão simples quanto o que é feito diretamente na declaração do Imposto de Renda. Esse é um ponto.

Outro ponto que acho muito relevante é justamente as multas decorrentes de infração administrativa. Por quê? Como promotores, atuamos perante a Vara da Infância e acabamos assumindo a titularidade dessas ações. Quando chega a notícia da infração administrativa, cabe ao Ministério Público promover a responsabilização do infrator. Percebemos que, fora algumas notícias que chegam pelos conselhos tutelares, a esmagadora maioria das situações se dá pela atuação da Vara da Infância e da Juventude, pelos seus agentes de proteção, que antigamente eram conhecidos como comissários. Arrisco a dizer que, em 95%, 98% dos casos, se trata de adolescentes presentes em festas, em *shows*, consumindo bebida alcoólica, coisas muito simples.

Será que são só essas as infrações administrativas que estão acontecendo no Distrito Federal? Faço essa provocação. Temos um grande rol de infrações administrativas no ECA e só estão chegando ao conhecimento do Poder Judiciário esses poucos casos, praticamente todos pela mesma fonte. Se nós mobilizássemos a sociedade para que ela exercesse esse papel fiscalizatório e denunciasse mais situações que são infrações, protegeríamos ao mesmo tempo diretamente as crianças que estivessem sofrendo os efeitos negativos dessas infrações e promoveríamos uma maior captação de recursos pelo fundo.

Vejam como o sistema é bem construído! Nesse caso, ele trabalha a proteção nas 2 pontas. Ao mesmo tempo em que essa fiscalização da infração administrativa tende a cessar essa prática e proteger a criança ou o adolescente que estava sofrendo algum efeito negativo daquela infração, isso traz recursos para o fundo, para melhorar ainda mais a política pública.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Doutor Renato, vou aproveitar a oportunidade da nossa audiência – porque há muitas pessoas assistindo a ela esse material vai ficar disponível aqui – para perguntar como podem ser feitas as denúncias. Ela é feita pelo Ligue 180? Há um canal direto? É importante explicar esse processo de denúncia às pessoas até mesmo para mais fiscalizadores.

RENATO BIANCHINI – Deputada Paula Belmonte, pode ser por Ligue 180, Ouvidoria-Geral do DF, Ouvidoria do MP, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Disque 100, conselho tutelar, a própria Vara da Infância e da Juventude. Há várias portas de entrada. A pessoa pode escolher a que está mais próxima de si ou a mais fácil para ela.

Então, quando falamos do fundo, é importante falar na captação, principalmente nestas 2 vertentes: incentivos fiscais e multas.

É importante também falar do planejamento e da articulação para a execução dos recursos. Nesse sentido, vale saudar o CDCA-DF pela edição das Resoluções nºs 155 e 156, que estruturaram o plano de ação para execução do fundo para os exercícios de 2025 e 2026 – principalmente a Resolução nº 156, que veio com a antecedência necessária para influenciar, se for o caso, a LDO. Assim, as coisas podem acontecer com a maturidade necessária e com o tempo de reflexão necessário para que sejam bem feitas e bem articuladas intersetorialmente.

Nós, enquanto Ministério Público, entendemos que é necessária e urgente a formação de um GT interinstitucional para enfrentar esse problema. Nós sabemos que está em curso um estudo no âmbito do CDCA para fazer um diagnóstico dos principais entraves à execução do fundo. O Eduardo me deu a previsão de que esse estudo ficará pronto em setembro. Nós achamos que, com a finalização desse estudo, a criação desse GT interinstitucional seria extremamente oportuna. Assim, esse material que está sendo produzido poderá subsidiar ações, nas diversas instituições, que realmente tendam a solucionar esse problema.

Por fim, deputada, vou pedir licença para fugir um pouquinho do nosso tema. A senhora falou de sua visita à escola ontem. Eu sei que a senhora tem o histórico de ter residido no exterior. E isso me lembrou de outra coisa pela qual não posso deixar de elogiar o Distrito Federal. Trata-se do programa Pontes para o Mundo, da Secretaria de Educação, que está em curso.

Esse programa está dando a 100 estudantes da rede pública a oportunidade de fazer um intercâmbio de 3 meses no Reino Unido. A previsão é que eles embarquem na semana que vem. No Ministério Público recebemos alguns pedidos de autorização de viagem em razão desse programa. Alguns desses adolescentes não contam com a participação efetiva de seu genitor – não dá nem para chamar de pai um cidadão que age dessa forma. Então, para viajarem ao exterior, eles precisaram recorrer ao Judiciário. Foi assim que tomamos conhecimento do programa, que é lindo, algo que vai trazer uma oportunidade de ouro para esses jovens. Eles poderão vivenciar uma cultura diferente em um país diferente e poderão sentir valorizado o esforço que fizeram para ter um bom desempenho escolar.

A sua fala me trouxe essa lembrança, deputada, e me senti na obrigação de fazer esse elogio ao Governo do Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito bom! É importante elogiarmos essa iniciativa. Eu não sou uma pessoa dada a elogiar o Governo do Distrito Federal, não, porque tenho mais críticas que elogios, mas acho que é importante pontuarmos algumas coisas que são fundamentais.

A experiência de viver em outro país é fundamental para os jovens, pois envolve não apenas o aprendizado de outra língua mas também a troca cultural. No Brasil, não temos isso. O Brasil é um país continental e isso se reflete um pouco na nossa percepção. O Reino Unido é, vamos dizer assim, uma capital do mundo, onde há interlocução com várias culturas. Esses estudantes vão ter uma experiência única. É realmente louvável! Quero aproveitar para elogiar, na pessoa da secretária Hέλvia, essa oportunidade concedida pela secretaria.

Também quero aproveitar isso que você está nos contando para dizer que fui estudante do CIL, o Centro Interescolar de Línguas. O CIL do Elefante Branco, que foi o primeiro, está fazendo 50 anos. Eu tenho visitado os CILs, institutos que ensinam para as crianças línguas como inglês, espanhol, francês – no Paranoá, há um CIL que ensina até mandarim! Mas ontem eu conheci o CIL de Planaltina, que tem mais de 10 anos e, pasmem, não tem caixa d'água. Vejam só! Isso tem um impacto!

É importante valorizarmos a iniciativa da secretaria. No DF há 614 escolas e 300 mil

estudantes. Enviar 100 estudantes é muito pouco, ainda, mas já é alguma coisa. Não vamos falar do meio copo vazio, vamos falar do meio copo cheio. O CIL é uma grande oportunidade para essas crianças aprenderem outra língua, o que já é uma forma de profissionalização, doutor Renato.

Eu quis enfatizar esse canal de denúncias, pois elas não é só em relação a bebidas alcoólicas, mas precisamos melhorar na nossa legislação como deve ser a relação com as distribuidoras de bebidas. Onde há distribuidoras de bebidas, muitas vezes se encontram crianças de noite. Por isso, estou achando muito bom os conselhos tutelares estarem presentes, porque eles enxugam gelo nisso.

Nesses dias, eu estive com um delegado que falou o seguinte: "Não é a bebida alcoólica que faz a violência, mas onde há violência há bebida alcoólica". É muito sério; eu vejo depoimento de membro de conselho tutelar que, às vezes, vai atuar dentro da distribuidora de bebida e recebe pressão política porque aquele empresário é amigo de fulano e beltrano. Isso nós não podemos permitir.

São vários os canais de denúncia. Hoje nós temos em pauta o termo adultização, mas eu vou dizer que é sexualização das crianças mesmo. Nós não podemos permitir isso.

O senhor traz um outro ponto, e eu vou falar de um trabalho que eu fiz na Câmara dos Deputados, que já está no Senado Federal, que é exatamente sobre conseguirmos abastecer o fundo – isto já vai se tornar uma lei federal – com os servidores públicos. Essa doação – que, na realidade, não é doação, mas uma contribuição que vai ser descontada – é prévia, pois você faz a doação, pega o recibo e depois a desconta do seu Imposto de Renda. E nós estamos atuando em uma legislação – foi feito isso em uma comissão, o projeto é de minha autoria – em que os servidores públicos poderão falar previamente que o desconto seja feito na folha de pagamento, mensalmente. Assim, esse valor já estará incorporado no Imposto de Renda. A pessoa não precisa ir lá, entregar e pagar para depois descontar, porque essa organização, muitas vezes, não é fácil fazer.

O Brasil precisa dar prioridade a esse fundo e, se Deus quiser, como nós temos uma cidade cheia de servidores públicos, isso vai facilitar um tanto o sucesso do fundo. Então, preparem-se, porque nós vamos ter um investimento na criança e no adolescente.

Se conseguirmos investir na criança, tiramos o menino do socioeducativo. Nós não queremos a política do socioeducativo; nós queremos a criança e o jovem aprendendo inglês e se profissionalizando para entrarem no mercado de trabalho.

Conte comigo, doutor Renato; eu sou muito grata pela sua fala.

Concedo a palavra ao secretário-executivo da Secretaria de Justiça e Cidadania, senhor Jaime Santana. Muito grata pela sua presença.

JAIME SANTANA – Obrigado, deputada.

Primeiramente, cumprimento a senhora, anfitriã deste ato; cumprimento também as instituições da sociedade civil que estão presentes na pessoa da conselheira Daise; os conselheiros tutelares na pessoa da conselheira aposentada Alice; servidores da secretaria, demais senhores e senhoras além de toda essa mesa importante para debater os interesses da criança e do adolescente.

Deputada, eu me coloco como um facilitador dessa execução do Fundo da Criança e Adolescente, que é uma pauta muito cara para a secretária Marcela e para o Governo do Distrito Federal.

Quero também cumprimentá-la por sua brilhante decisão de ter como relator do processo o conselheiro André Clemente, com quem, muitas vezes, debatemos esse tipo de processo, esses casos. Ele é uma pessoa muito afeita à pauta.

Em sua decisão, ele teve a sabedoria de indicar que essa é uma responsabilidade não só da Secretaria de Justiça e Cidadania mas de todo o governo e estabeleceu que tivéssemos um plano de aplicação que respeitasse todos os limites orçamentários e técnicos daquela decisão no prazo de 120 dias.

A Secretaria de Justiça e Cidadania está preparada e estuda a melhor forma de fazer essa execução, de modo que ela chegue a quem precisa: as crianças e os adolescentes do Distrito Federal. Eles são pauta prioritária na Constituição federal, no Distrito Federal e em todo o país. Eles são o nosso futuro.

Estou à disposição para o debate. Que ele seja profícuo!

Muito obrigado pelo tempo dispensado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata.

Ontem, quando eu estava conversando com o desembargador André Clemente, ele me falou: “Deputada, agora, nós precisamos fazer a estruturação. Vamos, juntos, estruturar isso.” Também quero me colocar à disposição para isso.

Acho importante definirmos qual é a estrutura necessária. Esse sempre foi um grande entrave. Há a questão burocrática e uma série de coisas, mas qual é a estrutura existente para a execução do fundo?

O senhor pode falar sobre isso?

JAIME SANTANA – Posso.

Eduardo, se eu esquecer alguma coisa, ajude-me.

Há um normativo que estabelece o número mínimo de servidores na Secretaria-Executiva do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Essa composição é minimamente de 12 servidores. Hoje, na secretaria, nós cumprimos a legislação. Há 12 servidores trabalhando diuturnamente na execução do fundo.

É isto que a secretaria tem estudado depois da decisão do desembargador André Clemente: o aumento dos servidores nessa área e a capacitação dos servidores – algo que acho muito necessário –, para que eles se sintam confortáveis ao assinar os documentos, até porque são recursos vultosos.

Muito inteligentemente, em sua decisão, o desembargador André Clemente estabelece responsabilização não só para os servidores que trabalham com os processos mas também para os conselheiros de direitos.

Então, isso é algo em que precisamos, de fato, mergulhar para trazer mecanismos e, como bem o Eduardo falou, uma estratégia de legislação. O nosso intuito é facilitar o fim do processo, mas com o conforto necessário para que durma tranquilo cada servidor que assina o processo.

Não sei se me fiz claro.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu pedi que o senhor falasse sobre isso até mesmo porque o senhor o faz com muito mais propriedade.

O que sempre ouvimos a secretaria dizer é que não há estrutura e que há preocupação em assinar. Agora, vamos ter que fazer capacitação para isso. Dar estrutura é responsabilidade dos conselheiros do fundo e, principalmente, da secretaria.

Eu me coloco inteiramente à disposição para fazer o necessário, porque estamos tratando de recursos vultosos. Como o Eduardo mencionou, mais de R\$90 milhões já foram previamente destinados, empenhados e indicados. Ainda há R\$36 milhões. Estamos falando de R\$120 milhões. Essa é uma grande responsabilidade! Precisamos dessa estrutura da secretaria para que tudo aconteça.

Se quiser complementar algo, Eduardo, fique à vontade.

Concedo a palavra ao Eduardo.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Uma das primeiras decisões que tomamos na presidência do CDCA foi sugerir aos conselheiros – e prontamente fomos atendidos por todos – a criação de uma comissão especial para propor uma reforma organizacional e administrativa do CDCA.

Já estamos bastante adiantados nesse trabalho. Pretendemos apresentar o resultado na plenária de setembro. Inclusive, deixamos aqui, deputada e demais presentes, o convite para que participem das plenárias do CDCA. Reunimo-nos presencialmente toda última quarta-feira do mês, das 9 horas até o horário necessário para resolver todas as demandas. Todos estão convidados a participar. O calendário de reuniões do CDCA está disponível em nosso *site*.

Hoje trabalhamos com uma estrutura de 12 servidores. É importante destacar que, desses 12, 10 são servidores de carreira. Enfrentamos um desafio muito grande para manter esses servidores no CDCA. Algumas pessoas presentes são servidoras da Secretaria de Justiça e Cidadania e sabem a dificuldade que é lidar com assuntos administrativos extremamente pesados e tensos. Estão sob muita pressão.

Na última reestruturação da carreira, aumentou-se a gratificação: antes ela era de 5% para o servidor trabalhar no CDCA, hoje ela é de 15%. Melhorou, mas essa gratificação ainda é inferior à das demais áreas.

Agora, precisamos manter esses servidores, capacitá-los e fazê-los compreender a pauta da infância. Esse é um caminho muito longo. Ainda estamos no início desse percurso para garantir que os servidores tenham formação adequada e entendam efetivamente a importância da área da infância.

Deputada, com essa decisão do Tribunal de Contas, será necessário alterar a legislação. Precisaremos, pelo menos, dobrar o número de servidores. A duras penas, conseguimos um planejamento em que, com 3 editais, zeramos um recurso ainda sem destinação. Porém, para executar esse recurso, é necessário outro processo, e a população precisa entender isso.

Vamos disponibilizar no *site* do CDCA um fluxo bem claro de processos: como o projeto entra no conselho, por quanto tempo tramita, o que significam aquelas siglas – Ungef, Suag –, pois há muitas siglas e muitos setores envolvidos. Queremos simplificar isso ao máximo e colocar tudo no *site* para todo mundo ter ideia do que é o fluxo.

Ainda há um caminho a ser percorrido. Quero parabenizar o empenho das conselheiras de direitos, que têm sido muito propositivas, com uma perspectiva colaborativa muito grande, assim como os conselheiros de governo e, principalmente, a sociedade civil, que tem se empenhado bastante. Vamos fazer isso acontecer.

Precisamos ainda de apoio para que a legislação ajude o próprio Poder Executivo a tomar decisões. Sabemos que a escassez de servidores está grande em todos os setores. Como vamos remanejar servidores, por exemplo, da Secretaria da Agricultura ou de qualquer outra se há poucos servidores?

Uma legislação atualizada, construída em parceria entre a Câmara Legislativa e o Poder Executivo, que proponha uma estrutura mais robusta para o CDCA, será fundamental para avançarmos.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Conte conosco!

Agora, passarei a palavra para a sociedade. É importante ouvir todas as pessoas que se inscreveram. Vamos conceder 3 minutos para cada uma. Se necessário, poderemos estender o tempo um pouco, mas, se conseguirmos manter o horário, será bom para escutarmos todos. Depois, caso haja dúvidas, as pessoas responderão.

Farei alguns registros de presença: a senhora Maria Augusta, adulta voluntária escotista do ex-grupo de escoteiros Jardim Mangueiral; Dafyne Mello, assistente social em saúde da criança; Laila Braga, conselheira tutelar de Taguatinga; Soralha Oliveira, presidente da Oscip Múltiplas Atividades Sociais de São Sebastião; Francisco de Assis, conselheiro tutelar do SIA; Josenildo Araújo, analista de projeto do Instituto Brasília World MDCS; Rosângela Santa Rita, conselheira do CDCA; José Carlos de Souza Santos, presidente da OSC Movece.

Quero falar da Rita, que está aqui representando as nossas crianças, o nosso presente e o nosso futuro. A sua presença, Rita, é fundamental para que lembremos de nossas crianças e adolescentes.

Concedo a palavra ao senhor Dilmar Carvalho, presidente dos projetos sociais Promais. O senhor, junto com a Rita, tem 3 minutos para sua fala.

DILMAR CARVALHO – Boa tarde a todos. Boa tarde à mesa. É um prazer estar com vocês. A deputada Paula Belmonte me conhece de uma longa trajetória.

Para quem não me conhece, sou Dilmar Carvalho, presidente do projeto social Promais, Projeto Mutirão Assistencial e Inclusão Social.

Nós somos uma equipe de 365 policiais militares reformados voluntários. Trabalhamos sem recurso. Fazemos uma campanha em prol das crianças, por isso minha filha está no plenário. Eu tenho 4 crianças. Como a deputada falou, ela tem as dela. Quem tem filhos que cuide deles.

Na madrugada, resgatamos crianças do tráfico, porque o Estado não dá conta.

Não é a primeira vez que falo neste plenário. Eu amo vir a esta casa. Por ser o primeiro a falar, peço que Deus nos abençoe.

Não é fácil ser voluntário. Isso tem seu preço. Lá não se pode falar de dinheiro, porque a criança não sabe o que é isso.

Não acho justo abrimos um debate e não termos ainda uma solução para as nossas crianças.

Criou-se o programa Pé-de-Meia. A minha filha tem 17 anos e está terminando o segundo ano.

Ela recebe o auxílio. Vamos criar, deputada, outro Pé-de-Meia para as crianças que eu resgato mundo afora.

É difícil falar em 3 minutos tudo o que eu queria falar. A senhora que me olha – acredite – não sabe como é difícil fazer o que eu faço. Eu o faço em silêncio, porque a sociedade não sabe que nós estamos em campo.

Sou um militar treinado para a guerra e, acreditem, se fosse para eu ir à Ucrânia resgatar aquelas crianças, eu iria. Todavia, eu não posso, pois tenho que cuidar da minha bandeira, que está aqui.

Eu não venho a esta casa falar por falar. Tiraram a vida do meu bebê com 18 anos, eletrocutado numa quadra de esporte. O tráfico a tirou. Daqui por diante, vou pegar muito pesado quando eu vier a este plenário. Não é justo o que aconteceu. Desde 2015 avisávamos à Câmara Legislativa e às autoridades que a quadra estava dando choque. O jovem inocente que puxou o fio só queria fumar a maconha dele, só queria usar o entorpecente dele e ficar na penumbra. Tiraram a vida do meu Gustavo, de 18 anos.

Até hoje não foi feita a reforma da bendita quadra. Portanto, venho me pronunciar em repúdio a isso. Esse pedido já foi feito a todos os deputados e aos senadores. Vamos fazer a revitalização dessa quadra, deputada, pelo amor de Deus!

Eu vim a esta comissão geral não para pedir recurso – pois não preciso, sou um servidor público –, mas, sim, para pedir que nos atentemos para que não ocorra acidente de novo.

Houve outro acidente na vila olímpica. O garoto envolvido já foi homenageado, e o meu Gustavo ficou para trás. Mas ele não vai ficar para trás, não. Não acho justo isso.

A deputada determinou o tempo de 3 minutos. Como representante de uma instituição, eu teria direito de falar 5 minutos. Não vou fazê-lo. Todas as minhas falas são curtas e grossas.

Meu bebê está ali. Teve aula de manhã e veio para o plenário. Dia 29, minha menina de 17 anos vai estar com a senadora em um encontro só de mulheres. O convite fica aberto a todos.

Deputada, eu esperei o momento certo e agradeço à senhora por ter me colocado na frente. Uma instituição séria é o que vocês são aqui.

O Promais não precisa de recurso. O Promais precisa de respostas. Nós temos 2.844 ouvidorias. Se houver outra instituição à altura, que se habilite, porque não é fácil. Eu estou do lado de um representante. Acabei de escrever para ele no WhatsApp: “Veja quem somos nós. Que Deus nos abençoe!”

Deputada, o Promais tem que se retirar, tenho que levar a criança de volta, mas deixo o nosso recado: vamos nos unir, não está fácil, as crianças estão precisando de socorro e não de dinheiro. Nós temos que criar um projeto que atinja as crianças. Assim elas não vão usar entorpecentes, não. Duvido.

Faço parte de uma comissão que trata dos direitos dos animais, nós estamos preocupados com a população de rua.

Deputada, eu estou com muito serviço e, acredite, eu vim dar a minha contribuição neste plenário. Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Amém. Muito grata. A Rita tem que voltar para casa. Agradeço o trabalho de resgate que o senhor faz. Conte conosco.

Registro as seguintes presenças: Paloma da Silva Sousa, pedagoga, da Associação Despertar Sabedoria e do Instituto AMPB de Solidariedade; Roblêdo Didoff, conselheiro tutelar da Sejus; Tamires Macedo, advogada do Instituto Inpalgo, Águas Lindas; Cleusa Rodrigues, presidente da Instituição Universal de Águas Lindas de Goiás; Wilson Borges, presidente das Obras Assistenciais Padre Natale, no Gama; Tarciane Mara Araújo Bessa, conselheira tutelar de Água Quente; Guilherme Junger, presidente do Instituto AMPB; Ítalo Xavier, técnico socioeducativo da Sejus; Flávio Fontes, diretor-geral da Associação de Ginástica Rítmica da Octogonal e Cruzeiro.

Concedo a palavra à Gilcilene Fernandes, adulta voluntária e diretora-administrativa do Grupo Escoteiro Jardins Mangueiral.

GILCILENE FERNANDES – Olá, boa tarde. Primeiramente agradeço o convite para estar aqui,

deputada Paula Belmonte, demais membros da mesa e todos os presentes no plenário.

Vocês mencionaram a questão da criança na natureza, e nós, no grupo de escoteiros, trabalhamos com essa parte. Mas a realidade que estamos vendo é a falta de apoio. Agora é que o escotismo está começando a ter uma frente institucional para falar com os parlamentares.

Nós somos membros dos Escoteiros do Brasil e também somos parte da união dos escoteiros do DF, onde temos hoje em torno de 4 mil ou 5 mil escoteiros registrados. Há uma previsão de crescimento, no Brasil, de que se chegue a cerca de 300 mil inscritos em 2027. No entanto, precisamos de apoio e que essa pauta seja levada às instituições, a fim de que possamos desempenhar o nosso trabalho.

Trabalhamos com crianças, com adolescentes e com jovens. O escotismo hoje recebe de crianças a partir de 5 anos a jovens de 22 anos. É um trabalho importante porque é justamente uma educação não formal. É um trabalho que nós adultos voluntários executamos como doação de tempo em prol do jovem, da criança da nossa comunidade. O objetivo maior é devolver um cidadão melhor para a comunidade, para que não tenha que haver projeto socioeducativo.

Hoje eu estou aqui representando o 54º DF. Não sei como fazer esse contato, mas eu queria, sim, ter contato com o CDCA para começar a estreitar esses laços. Alguns grupos da nossa instituição têm CNPJ; outros são unidades autônomas, têm CPF. Precisamos de informações para podermos arrecadar fundos para atendermos melhor.

A minha região é a do Jardim Botânico. Recebemos jovens de toda a redondeza: Paranoá, Itapoã, Jardim Botânico, Jardins Mangueiral e São Sebastião. Recebemos jovens dessa região toda. Queríamos ter oportunidade de receber fundos, porque hoje o nosso recurso é uma mensalidade de R\$30 mensais. Isso dá para arcar com a contabilidade e com os materiais da atividade do sábado. Sabemos que há recurso, mas como podemos ter acesso a ele? Como podemos nos capacitar para obter esses recursos?

Muito obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata. Sempre alerta.

Eu fui lobinha, escoteira, guia e pioneira. O escotismo fez parte da minha vida. Eu comecei no 1º DF. Sou uma parlamentar escoteira. Eu costumo falar que sou fruto do escotismo. Procuo fazer o meu melhor, estar sempre alerta e servir a população.

Vejo que o escotismo realmente precisa, cada vez mais, se capacitar. Houve uma sessão solene em comemoração aos 100 anos do escotismo aqui e no Senado Federal.

O nosso gabinete está aberto. Nós já recebemos várias presidentes. Recebemos a presidente Mônica. Conte conosco para auxiliarmos o escotismo a se fortalecer, a ter mais grupos.

Senhor Luciano, o senhor será o próximo a falar, e essa pergunta que a Gilcilene faz é a de muitas pessoas. Temos que nos capacitar para utilizar o recurso para a população.

GILCILENE FERNANDES – E levar essa informação. Muitas unidades escoteiras poderiam ter acesso, como terceiro setor, estar próximas. Eu sei que fazemos parte do terceiro setor, porque um membro do nosso grupo é do terceiro setor. Ele tem um projeto social em São Sebastião. Ele nos trouxe essa informação, e eu comecei a pesquisar isso. Depois veio a informação que a União Escoteiros do Brasil criou a diretoria institucional para estreitar esses laços e essas conversas. Mas vejo que, no Distrito Federal, os grupos ainda têm poucas informações sobre como se capacitar para dar uma estrutura melhor para o nosso jovem, para acolher mesmo esse jovem.

Atualmente, não podemos receber o jovem sem que ele contribua. O custo do uniforme é caro. Para quem está usando o seu recurso só para a sobrevivência – e hoje o recurso de muitos só dá para a alimentação –, participar de um grupo escoteiro é um luxo, porque há o custo, os eventos dos quais precisam participar. O jovem não pode ser excluído por não ter dinheiro para participar.

Eu vim para cá representando esse grupo, levantando essa bandeira, defendendo o nosso lenço escoteiro.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito obrigada. Conte comigo.

GILCILENE FERNANDES – Sempre alerta.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Sempre alerta.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Vou ler uma pergunta: “Como ter acesso de forma menos burocrática ao Fundo da Criança, pois os trâmites são as maiores barreiras quando fazemos projetos sociais mesmo estando legalmente aptos a executar os recursos? Como fazer?”

Eu vou deixar as pessoas falarem, porque haverá mais perguntas e, então, nós poderemos responder tudo de uma só vez.

Quero registrar a presença das seguintes pessoas: tia Nair, pessoa que trabalha com muitas crianças no Varjão, fundadora do Centro Social Comunitário Tia Angelina; Gilcineide Rodrigues, do Conselho Tutelar de Sobradinho; David Batista dos Santos, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Águas Lindas de Goiás; Valdeir Tomás, servidor público da Prefeitura de Águas Lindas de Goiás; Cibele Moraes Borges, secretária da Aginoc; Cristiane Santos de Oliveira, conselheira tutelar de Sobradinho II; Eugenio Silvia Couto, conselheiro tutelar de Sobradinho I; Francisca Alves Filha Pereira “Nice”, conselheira tutelar de Sobradinho II; Fátima de Britto, conselheira tutelar de Brasília I – Asa Sul; Maria Alice Caetano, diretora financeira da ACT-DF, Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Nathália Vieira.

NATHÁLIA VIEIRA – Boa tarde a todos e todas. Eu me chamo Nathália Vieira, sou conselheira tutelar da Asa Sul. É um prazer muito grande estar aqui. Saúdo a mesa, na pessoa da deputada Paula Belmonte.

Deputada, eu vou ser bem sincera: nós, do conselho tutelar, viemos para cá bem desanimados.

Eu queria, antes, falar um pouco da minha história. Eu sou a conselheira tutelar mais votada do Distrito Federal. Eu não falo isso de forma vaidosa, mas falo porque a última eleição do conselho tutelar bateu recorde. Foi a maior eleição que já houve na história. Isso é muito simbólico, isso é muito importante.

Agora, novamente, a sociedade foi chacoalhada com esse vídeo do *influencer*, que traz só a ponta do *iceberg*. Ali, mostrou-se só uma pitada do que nós vemos todos os dias nos nossos conselhos tutelares.

Deputada, nós estamos adoecendo junto com as famílias! É desesperador o que nós estamos vendo: o descaso do GDF com a infância e a juventude. É muito triste. Não há outra palavra para definir isso. Eu sou uma pessoa muito alegre, muito feliz, mas não há como ficar animada perante esse cenário.

O que nós vemos são jovens e crianças desesperançosas, desamparadas. A minha filha de 8 anos me pergunta, na frente do mercado: “Por que ela não está na escola, mãe?” E eu engulo seco, mesmo sendo assistente social. Eu tenho que explicar para minha filha essa tamanha desigualdade social. “Por que, mãe, essa criança não tem o que eu tenho?” Como nós respondemos isso?

O que nós estamos vendo – aproveito a fala do presidente Eduardo para deixar isso muito claro – é que a saúde mental dos nossos jovens está uma tragédia! A rede de saúde mental do Distrito Federal é, duplamente, uma tragédia.

Eu não posso me furtar a falar, como mãe e cidadã, que é escandaloso que haja criança há 2 anos num COMPP, enquanto o governo compra um banco. Isso é escandaloso! Isso é um absurdo!

Eu estou assim porque estamos adoecidos. Eu quero ver um conselheiro tutelar que diga que não está adoecido, que diga que não há um dia em quem ele não vá para casa com um nó da garganta.

Às vezes, nós temos que falar para o pai ou para a mãe: “Eu vou orar por você” Só recorrendo a Jesus. Há mães para quem eu falo: “Eu vou colocar a senhora nas minhas orações”. Porque a pior sensação que temos ao trabalharmos é que estamos enxugando gelo e que nosso trabalho não está causando impacto. Nós não fazemos nada sozinhos, nós precisamos de uma rede. A infância é bonita, deputada, porque é como uma flor, ela floresce. Então, quando uma criança bate à sua porta, você não pergunta se ela é de direita ou de esquerda. Ela é apenas uma criança.

Precisamos desse fundo funcionando. Isso é urgente! Estamos clamando pela infância e pela juventude do Distrito Federal. Sou filha desta terra, neta de um homem que veio construir esta cidade e não posso ficar calada perante o descaso com a infância desta cidade. Eu sonho e desejo que esta

cidade seja uma cidade não do viaduto, não do banco, mas de pessoas felizes, de crianças que possam ter o direito de brincar e estudar e de uma juventude, como o presidente falou, viva e sonhadora.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Nathália. Parabéns pela fala.

Este não é o motivo desta comissão geral, mas não posso deixar de dizer que também fiquei escandalizada com o fato de um projeto de compra de um banco ter acontecido em 2 horas e meia. Eu coloquei até um banco de plástico na tribuna para mostrar o que estávamos comprando. Mas a responsabilidade que nos cabe, como parlamentares, é fazer com que essa rede de apoio, o Brasil e Brasília, capital federal, que tem praticamente R\$73 milhões de orçamento, entendam que a prioridade absoluta na Constituição federal é a criança e o adolescente.

Expresso minha gratidão, de verdade, aos senhores pelo trabalho fazem, também à secretaria e ao Fundo Constitucional. Precisamos realmente dessa rede de apoio.

Você traz um assunto que o Eduardo mencionou rapidamente. As pessoas dizem: “Ah, é a deputada que defende a criança e o adolescente”. Falam isso como se fosse algo inocente, e é inocente mesmo, mas é da maior responsabilidade, porque aqui estamos tratando das nossas crianças, falando do presente e do futuro, porque é agora que estão crescendo os ossinhos, é agora que estão sendo feitas as conexões neurais. É agora, não é amanhã, é hoje!

É muito bonito falar que a criança é o futuro, mas ela é o presente. É agora que ela está precisando de política pública.

Vejo que esta audiência terá um grande efeito após essa decisão do Tribunal de Contas, será um reforço para que a capital do Brasil realmente comece a olhar para a criança e para o adolescente.

Estamos falando da sexualização, mas algo que me chocou muito é que os próprios pais estão ganhando dinheiro com a sexualização das nossas crianças. Isso nos mostra que nossa sociedade tem que se estruturar com a família.

O senhor trouxe um dado, doutor Rodrigo, que é uma realidade. Eu estive em uma ação da Defensoria Pública no Recanto das Emas. Em 2 dias, a Defensoria Pública foi ativamente verificar se 700 crianças matriculadas no ensino fundamental do Distrito Federal conseguiam ter um pai de reconhecimento, porque elas não têm pai!

E aí, cabe a nós, como mulheres, também nos colocarmos como protagonistas. Falo como mulher e não tenho medo de falar isso. Muitas vezes, já ouvi algumas mulheres falando: “No meu corpo, eu faço o que eu quero”. Faça! Porque nós sabemos que, em uma gravidez sem planejamento, quem fica com a responsabilidade é a mulher. Nathália, como vamos falar de igualdade de oportunidade se nossas meninas estão ficando grávidas cedo e sem esperança?

Raisa, eu não tinha visto você aqui, eu só tinha visto o seu nome. Há alguns dias, eu estive no Recanto das Emas. Uma conselheira falou comigo o seguinte: “Uma adolescente está sendo aliciada”. Quem a está aliciando? “Outro adolescente”. Então, nós precisamos, como sociedade, entender o papel do cidadão. Não se trata de pauta de direita nem de esquerda; é pauta de dignidade, com uma visão de futuro. Isso é muito sério.

Eu quero homenagear todos os conselheiros. Eu costumo dizer que o conselheiro é um anjo sem asas, que tem oportunidade de entrar na casa daquela pessoa e ver as necessidades dela. Mas tem que haver uma rede de apoio. Eu já fiz a minha reclamação em outras audiências públicas em relação à Secretaria de Justiça. Mas estamos em outro caminho, se Deus quiser!

Quando fui deputada federal, nós destinamos 14 *kits* para trazer uma – vamos dizer assim – estruturação para os conselheiros, porque os eles não dispõem de carro, de telefone – que, se quebra, são os conselheiros que têm que pagar o conserto dele. Vocês sabem a estrutura. Mas a secretaria disse que os conselhos estavam todos estruturados.

Precisamos entender que o conselho tutelar tem uma função prioritária. Muitos dos senhores desta rede de apoio sabem que os encaminhamentos são feitos pelos conselhos. Então, precisamos estar unidos.

Eu não vou me estender muito no assunto, porque há muitas pessoas para falar.

Registro a presença de Ivete Lima Bandeira, gestora do Instituto e Creche Pingo de Ouro, uma das primeiras instituições que eu conheci em 2018 e que faz um trabalho lindo. Ela tinha uma bolsa de

colostomia e cuidava das crianças num lugar extremamente carente, que é o Sol Nascente. Muito grata pelo seu trabalho. Hoje você está bem estruturada, aliás, está se estruturando, vamos dizer assim. Mas em comparação ao que era, hoje está melhor, graças a Deus.

Registro ainda as seguintes presenças: Wesley Cleiton, mestre Katita, que faz um trabalho lindo com as crianças e os jovens de Samambaia; Márcia Santana, gestora do Instituto de Desenvolvimento Janeiro Branco; Ariane Mayara de Oliveira, diretora da Escola Classe 203 de Santa Maria; Mônica Viveiro, diretora do CEF 306 do Recanto das Emas; Thanandra Pereira Dias, diretora de Atenção e Assistência à Primeira Infância da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao senhor Nery Júnior.

NERY JÚNIOR – Obrigado a todos os presentes. Na pessoa da deputada Paula Belmonte, eu quero saudar todos os integrantes da mesa. É muito importante a participação de vocês para trazer luz a este debate.

Parabenizo a deputada Paula Belmonte pela iniciativa da audiência pública, porque nós estamos falando do presente e do futuro. Nós precisamos educar a criança para não termos que punir o homem. Esse processo passa necessariamente pela execução de uma política pública que seja acessível, em que nós tenhamos um CDCA eficiente. A própria Constituição federal, no seu art. 37, diz que um dos princípios norteadores da administração pública é justamente a eficiência.

De repente, por uma questão operacional, nós não estamos conseguindo executar uma política pública para a qual existe recurso. Eu quero render as minhas homenagens ao conselheiro André Clemente – assim como ao Tribunal de Contas –, que foi muito feliz nessa decisão, a qual sinaliza para a secretaria e para o Governo do Distrito Federal a necessidade de implementação da execução desses recursos do fundo. Eu penso que o Ministério Público também deveria atuar nesse sentido, porque precisamos que a sociedade – e o Ministério Público representa a sociedade – entre nessa arena para buscar essa atuação intersetorial entre os órgãos e a sociedade civil, para que nós possamos alcançar os objetivos do fundo. Nosso movimento é composto por 156 entidades, a maioria delas representa servidores de carreira.

Deputada Paula Belmonte, com relação a esse seu projeto que está no Senado Federal, nós vamos atrás dos senadores e vamos iniciar um trabalho de sensibilização. No DF, podemos procurar a senadora Damares, a senadora Leila, o senador Izalci.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Aproveito este momento para informar que o projeto já foi aprovado na comissão presidida pela senadora Damares e está pronto para ir ao plenário. Precisamos fazer esse movimento de mobilização para que ele seja votado e sancionado pelo presidente. Já estamos a um passo de concretizar isso.

NERY JÚNIOR – Maravilha! Parabéns!

É uma grande iniciativa, porque sou servidor de carreira também. Fazer uma indicação prévia poderá nos ajudar a fortalecer o fundo! Acho que dá para fazermos uma campanha com nossas entidades. Podemos chamar os policiais, os oficiais de justiça, todas as carreiras que fazem parte do nosso movimento, para incentivar os servidores a fazerem a indicação. Porém, ao mesmo tempo em que faremos essa campanha de incentivo à indicação, também vamos cobrar como sociedade.

Penso que deveríamos ter alguma iniciativa, doutor Renato, representante do Ministério Público, no sentido de garantir maior controle social sobre essa execução. É preciso haver controle social para assegurar a transparência na aplicação dos recursos e para buscar a eficiência do CDCA. Temos de buscar uma melhor interlocução com a própria secretaria responsável pela execução desses recursos.

Quero registrar o meu agradecimento e parabenizá-la por esse projeto. A senhora acaba de ganhar um aliado para buscar, junto aos senadores, a inclusão da proposta na pauta. Amanhã estarei com o senador Paulo Paim e apresentarei esse pedido em nome do nosso movimento. Já vou oficializar todos os senadores, inclusive o senador Davi Alcolumbre, que é meu conterrâneo e, diga-se de passagem, também meu amigo, para que possamos dar prioridade a essa pauta, principalmente agora, diante da situação atual, em que foi preciso um *youtuber* trazer à tona algo que há muito tempo já deveria ter sido tratado pelos órgãos e representantes da população.

Quero registrar meu reconhecimento pelo seu trabalho, pois sei que a senhora é uma parlamentar de destaque e comprometida com a primeira infância.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada. Agradeço a você, pois todo reforço ao Senado Federal é bem-vindo, apesar de o clima estar tenso por conta da CPMI do INSS. Acredito que essa é uma pauta importante. A relatora do projeto foi a senadora Dorinha, que foi deputada comigo.

Há outro projeto também, Eduardo, que está para votação no plenário e é de minha autoria, relacionado à primeira infância, doutor Renato. Ele prevê que 25% do fundo – não sei se todos vão gostar disso, mas eu acredito que é fundamental – sejam aplicados em políticas voltadas à primeira infância, doutora Daise. Portanto, precisaremos falar da primeira infância, seremos obrigados a abordar essa questão.

A sua fala, Nery, é muito importante. Estive em Harvard com alguns parlamentares, participando de um curso sobre a importância da primeira infância. E o que acontece? Precisamos que o governo federal abrace essa causa.

O projeto já passou pela Câmara dos Deputados, passou pelo Senado Federal e agora, que ele está pronto para ir ao plenário, o governo fez algumas ponderações. Enquanto o Brasil continuar negligenciando a primeira infância, acredito que não conseguiremos mudar a perspectiva dos nossos adolescentes e jovens. Por isso, peço apoio para esse projeto que está no Senado Federal. É mais uma política que pode fazer a diferença no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Concedo a palavra à Juliana Cândida Pereira, diretora da Escola Classe Aspalha. Eu me sinto muito grata pela sua presença. Já estive na escola.

JULIANA CÂNDIDA PEREIRA – Já estive em uma festa junina, em uma bagunça alegre, porque a escola é uma escola viva.

Vou me apresentar novamente: sou a Juliana, diretora da Escola Classe Aspalha. Já estive presente em várias audiências públicas, porque a educação rende bastante, graças a Deus.

Perceber aqui a importância do fundo me rememorou a minha infância. Eu fui uma criança de origem de periférica, estudei no Cantinho do Girassol, cuja representante está aqui. Ali é uma região de alta periculosidade na Ceilândia. Eu entrei lá com 6 meses de idade, porque minha mãe precisava trabalhar, e permaneci até os 7 anos, recebendo apoio. De lá eles nos preparavam para ir para a escola, no caso, a Escola Classe 12, na EQNM 22.

Uma frase que me tocou bastante foi dita pelo representante do terceiro setor: nós gestores falamos muito do amor, mas não somos amadores, somos artistas. Penso que às vezes somos até artistas circenses, porque ficamos girando os pratinhos de todos os lados. Estamos aqui, mas pensando nas demandas da escola e como somos beneficiados por esses fundos.

A Escola Classe Aspalha foi muito beneficiada por esses fundos, porque nós os procuramos. Nós procuramos na internet, nós procuramos quem pode fornecer ajuda. Sabemos que falta mão de obra, falta pessoal também na Secretaria de Estado de Educação. Lidamos com uma questão – principalmente na minha escola, que é uma escola integral, de 10 horas – de vulnerabilidades. Todas as crianças que estão na escola integral são vulneráveis e, dentro das vulnerabilidades, há um abismo que separa as mais vulneráveis ainda. Nós dependemos do CDCA, do Cisdeca, da Sejus. Fomos privilegiados com projetos maravilhosos que vieram do Fundo da Criança, como o Um Salto para O Futuro e o Travessias, ambos da Ande, Associação Nacional de Equoterapia, presidida pelo Dornelles, que nos apoiou. Foram 180 crianças atendidas com aquilo que a Secretaria de Estado de Educação não consegue oferecer.

A Secretaria de Saúde também não consegue oferecer os atendimentos multidisciplinares com psicólogo, neurologista, dentista. Então, nós precisamos desse fundo. A escola precisa girar. Nós estamos aqui o tempo todo, passando o pires para os deputados, pedindo emendas parlamentares, porque sabemos que gerir é muito complicado. Quando ouvimos falar em R\$400 milhões e sabemos que o nosso PDAF ordinário foi de R\$14 mil por semestre, em uma escola integral, pensamos no quanto poderíamos ter feito. Quando recebemos uma emenda de R\$10 mil, parece que ficamos como pintos no lixo, pensando que vamos conseguir uma infraestrutura melhor, porque a nossa criança, na escola, precisa de conforto e proteção.

A Escola Classe Aspalha – a senhora viu – tem natureza. Então, a criança está apartada daquilo que há de violento no Itapoã, no Paranoá, no Paranoá Parque, Itapoã Parque. A política nacional de ampliação da escola integral, para a primeira infância, é primordial. Como a senhora mesmo falou, percebemos que a mãe solo – o nosso contexto é de mãe solo – é a provedora e precisa trabalhar. A

mãe solo precisa que a criança tenha um espaço acolhedor e, não, institucionalizado. Queremos diminuir a clientela do sistema prisional. Não queremos que o sistema prisional tenha tantas demandas. Não queremos que o sistema socioeducativo tenha tantas demandas. Para que isso aconteça, precisamos que o dinheiro chegue aonde deve chegar, porque o dinheiro não tem partido, não tem dono, o dinheiro é nosso. As crianças estão lá, mas são representadas por nós. Nós defendemos os interesses delas. Nós defendemos até mais que os pais, às vezes, por desconhecimento.

Quero encerrar minha fala agradecendo o seu engajamento, o seu apoio, porque nós a vemos, deputada Paula Belmonte – e isso é muito importante para nós –, como uma representante que enxerga escolas e enxerga o organismo da educação pública. A senhora enxerga a instituição não só como um quadrado que armazena 500 mil pessoas.

Muito obrigada. São pautas relevantes, e esperamos usufruir mais desses projetos, porque são fundamentais. Se não fosse o Cantinho do Girassol, minha mãe não teria oportunidade de emprego e talvez hoje eu não estivesse ocupando o lugar que estou, que para mim é muito importante, que é devolver para a sociedade e para as crianças a oportunidade que tive, para que elas sejam muito mais do que sou hoje.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu que agradeço, Juliana. Fico honrada, porque a Ande é uma parceira também. Nós os auxiliamos para fazer esse projeto com crianças atípicas. É algo muito legal. Eles têm esses projetos que conseguem fazer parceria com a escola.

Eu tenho a honra de dizer que sou a deputada que mais investe no PDAF, na primeira infância e no ensino fundamental. Isso é fundamental. Por que estou falando disso? Porque a criança não tem título de eleitor. É onde fazemos a diferença. Sou muito grata, e contem comigo para continuar trabalhando.

Concedo a palavra ao Igor Alves, servidor de carreira pública da Assistência Social e Desenvolvimento Social, diretor do sindicato. Muito grata pela sua presença.

IGOR CHIANCA ALVES – Boa tarde. Tudo bem? Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todas as pessoas que estão aqui, bem como todos os nossos telespectadores que assistem a nós pelos meios de comunicação da Câmara Legislativa. É um prazer muito grande poder trabalhar dentro desse tema e dialogar sobre ele.

Como já foi adiantado, sou servidor da carreira pública de Desenvolvimento e Assistência Social. Para fins didáticos, eu gostaria primeiramente de fazer uma introdução. A nossa carreira está em 3 secretarias: a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Justiça, onde está o Fundo da Criança e do Adolescente. É necessário começar o debate falando um pouco da amplitude.

Se observarmos hoje a Secretaria de Desenvolvimento Social, onde estão aproximadamente 80% dos servidores da nossa carreira, em torno de 1.600, vemos vários problemas acontecendo. Segundo o relatório técnico do Ministério Público, deveríamos ter o dobro do número de Cras que temos hoje. Em 2023, tivemos mais de 5 mil reclamações sobre o funcionamento dos Cras, sobre a falta de atendimento. Foram 5.228 reclamações e, em 2024, 9.423 reclamações. Houve um aumento de mais de 80%. Ontem saiu em uma matéria, inclusive, na Globo, que já tínhamos atingido mais de 7 mil casos de reclamações na ouvidoria, que é o serviço que hoje tem o maior número de reclamações. Vocês vão entender um pouco mais por que estou fazendo essa introdução. Nossa carreira, como eu disse, também está na Secretaria da Mulher. Agora tivemos 4 Centros de Referência da Mulher Brasileira inaugurados sem nenhum servidor.

Finalmente, para fins didáticos, chegamos à Secretaria da Justiça, que tem hoje aproximadamente 190 servidores da carreira pública de Desenvolvimento e Assistência Social. Por que estou falando disso? Por que fiz essa introdução? Porque essa carreira deveria ter 5.500 servidores e, lamentavelmente, hoje ela tem apenas 2 mil servidores. São 7 anos do atual governo em que essa carreira vem trabalhando com apenas 35% do seu efetivo.

Eu gostaria, inclusive, em algum momento, deputada Paula Belmonte, que pudéssemos encontrar a senhora para falar sobre isso, porque essa luta – eu digo que até é a missão da minha vida – é conseguir fazer um concurso para suprir essa demanda que afeta as 3 secretarias. Logicamente, vou afunilar daqui a pouco para que possamos falar do Fundo da Criança e do Adolescente.

Eu tive algumas experiências na minha vida em termos de conselho e fui lotado em um.

Inclusive conheço, consigo reconhecer várias pessoas que estão aqui. Eu fui lotado inicialmente no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, peço até licença, porque, até o momento, nenhum trabalhador foi escutado. Acho que também é preciso escutar as pessoas que estão lá dentro, quem está lá trabalhando 24 horas nisso. Eu sou diretor, com muito orgulho, do sindicato dos servidores que representa esta categoria, o Sindsasc. Em 2023, em outubro, eu fiz um discurso em uma assembleia no qual denunciei que existiam mais de R\$100 milhões parados no Fundo da Criança e do Adolescente. Em menos de 48 horas, eu fui removido do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aliás, a pessoa que assinou minha remoção *ex officio* estava aqui, mas já saiu. Então, este é um problema crônico, um problema que já existe há muito tempo. Naquela época, já havia mais de R\$100 milhões. Depois, falamos que havia R\$120 milhões. Depois, R\$130 milhões.

O esvaziamento dos conselhos é uma realidade no atual governo. Atualmente, estou lotado no Conselho dos Direitos do Idoso. Aliás, acabou de sair uma pessoa deste conselho e ela foi para o conselho da criança. O cobertor é curto. Você puxa para um lado e tira do outro lado.

De igual modo, o Consea hoje só tem 2 pessoas. Falaram aqui que, no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, 12 pessoas vão ter que tocar mais de R\$100 milhões. Para quem não conhece, o conselho é dividido em 3 diretorias: a Diretoria de Cadastro e Registro, na qual está o registro de todas as instituições – imaginem o volume disso; a Diretoria de Acompanhamentos, Normas e Comissões, na qual já trabalhei e que, na época, tinha mais de 10 comissões; e, por fim, a Diretoria de Projetos, que é onde ficam os projetos de vocês. Essa diretoria, para quem não sabe, funciona em um cubículo sem janela e sem ar-condicionado. Nós precisamos ser muito verdadeiros nesse debate, gente. E muito objetivos também!

Nós queremos sempre dialogar. Nós já estivemos sentados com o Jaime, que está compondo a mesa, com a secretária Marcela Passamani, com a secretária Ana Paula Marra, com o gabinete da secretária Giselle. Nesta semana, eu já estive no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ontem, eu estive com a chefe de gabinete da Secretaria de Economia. Hoje, estou aqui. Vejam que somos tão otimistas que não desistimos nunca, estamos em todos os locais!

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Igor, vou interrompê-lo rapidamente para que possamos fazer um acordo. Eu quero ouvi-lo, acho importantíssimo ouvi-lo. Você chega ao ponto da questão: não só o déficit de servidores, mas também todo esse processo por que vocês estão passando. Eu vou te dar mais tempo para falar, mas há mais 10 pessoas inscritas. Eu quero ouvi-lo. Não quero cercear, de jeito nenhum, a sua fala, porque acho que ela chega ao ponto. Mas peço que os próximos também possam falar, para que possamos chegar a um bom resultado nesta audiência.

Eu me comprometo a nos encontrarmos na semana que vem para que o senhor traga essa pauta. O nosso compromisso é buscar a estruturação para que possamos executar o fundo. Falar de flores não adianta, porque nós já sabemos que as crianças e os adolescentes são flores! Do que precisamos é saber a realidade da situação, para que possamos realmente utilizar esse dinheiro. Não adianta haver uma decisão histórica, como essa, e não termos a estrutura para a execução. Pode concluir.

IGOR CHIANCA ALVES – Eu já estive com o Jaime e ele sabe que só o pedido da Sejus é para mais de 300 servidores. Vejam o déficit só da Secretaria de Justiça e Cidadania! A LDO está aprovada, mas o governo se nega a fazer esse concurso há muito tempo, assim como se recusa a fazer os concursos da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Desenvolvimento Social. Gente, se não houver concurso público, me desculpem, no mês que vem estaremos aqui de novo! E no outro mês também. E no outro, e no outro. Sempre foi assim. Em 2023, eu estava em um caminhão falando disso e me perseguiram. Em 2024, eu vim à Câmara Legislativa denunciar a mesma coisa. Eram R\$120 milhões. Depois, fui para o Congresso. Eram R\$130 milhões. Então, vamos continuar tendo esse problema crônico da falta de execução do Fundo da Criança e do Adolescente.

Para quem não sabe, temos muitas atribuições, como a eleição do conselho tutelar, que foi a maior da história do Brasil, realizada pelos servidores. Eu estava lá e ganhei 22 dias de folga pelo trabalho realizado. Saímos de 150 mil e chegamos a 230 mil, com a maior eleição da história do Brasil. Trabalhamos muito.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – E isso deve ser elogiado, pois foi um esforço conjunto do tribunal e da secretaria, que faz a diferença ao envolver as pessoas na pauta da criança e do adolescente.

IGOR CHIANCA ALVES – Estamos na linha de frente e, também, realizamos a maior conferência

sobre os direitos da criança e do adolescente, com o Eduardo e outros, na Católica, lotando o plenário. Isso também faz parte do serviço.

A demanda é alta, com muitos processos chegando ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que necessita de uma estrutura adequada para tocar todas as reuniões e os processos de registro. Não temos um sistema atualizado que atenda a essa estrutura de projetos. As atribuições dos conselheiros, às vezes, caem na secretaria-executiva, faltando um fluxo adequado entre a controladoria e a Ungef. Como foi falado aqui, o processo vai e volta. Existe uma baixa gratificação em relação às responsabilidades. Por exemplo, um mestrado na carreira hoje adiciona apenas R\$140 ao contracheque. Qual pessoa que se sente estimulada? A GTIT está congelada há 16 anos, causando evasão. Embora não seja atribuição o atendimento ao público, mas o CDCA atende diariamente as pessoas por telefone e presencialmente. Gostaria de chamar a atenção para um caso de intimidação por uma pessoa armada. Os servidores não têm segurança adequada.

Com todo respeito, Eduardo, quando um servidor se recusa a assinar, é porque ele está dentro da lei, pois o servidor público é para atuar dentro da lei. Há desvios de função no CDCA, com educadores sociais fazendo pesquisa de preço; e quando ele se recusa a fazer pesquisa de preço é porque ele está em desvio de função, só podemos fazer, porque senão você paga isso também. São vários problemas que precisam ser enfrentados. Não estou fazendo oposição, mas trazendo o debate para construir soluções.

Para finalizar, peço o apoio de todos para que possamos, Jaime, avançar. Ontem, estive na Secretaria de Economia e o pessoal disse: "A Marcela precisa vir aqui". A Marcela, naturalmente, é casada com o Gustavo, que também precisa atuar pelo concurso público. Estamos nessa luta há muitos anos e precisamos da sensibilidade do governador e da vice-governadora, deputada, porque se não fizermos isso...

O Sindsasc está à disposição para esse debate. Peço desculpas por me alongar, mas conheço a realidade de dentro. Fui servidor no conselho e tenho muito a contribuir, se vocês me permitirem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Igor, já fiz algumas audiências sobre o fundo e do terceiro setor, como foi falado, mas é a primeira vez que me encontro com você.

Então, coloco o nosso gabinete à disposição para essas demandas. É importante construir com o Poder Legislativo. Não creio e não quero crer que sempre não teremos a execução do fundo. Quero que tenhamos um marco legal para estruturar e executar o fundo. Esse é o compromisso. Não estou brincando e espero que ninguém esteja.

IGOR CHIANCA ALVES – Se a senhora quiser, podemos marcar para amanhã ou depois.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Já está marcado.

IGOR CHIANCA ALVES – Minha maior missão é tirar esse concurso do papel.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Semana que vem, pois não é só o concurso, quero conhecer as demandas e ser uma militante para estruturar tudo.

No próximo ano, independente do governo, quero que o Fundo da Criança e do Adolescente seja totalmente executado.

IGOR CHIANCA ALVES – Apesar de terem me tirado do conselho, eu saí do conselho, mas o conselho não sai de mim. Podem contar comigo. O sindicato está à disposição.

Deputada Paula Belmonte, se a assessoria de vossa excelência já quiser marcar a reunião, falo com quem for preciso.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Minha assessoria já vai encontrá-lo.

IGOR CHIANCA ALVES – Que possamos somar forças!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito obrigada, Igor.

Concedo a palavra ao senhor David Guiomar, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Águas Lindas. (Pausa.)

Concedo a palavra à senhora Kátia Valéria Lourenço Borges, diretora do Centro Educacional

Infantil da Estrutural.

Se Deus quiser, estarei lá, sábado!

KÁTIA VALÉRIA LOURENÇO BORGES DA SILVA VIDAL – Boa noite à mesa e a todos.

Não é a primeira vez que participo de uma ação da deputada Paula Belmonte. É muito importante ver uma pessoa que debate a educação. Com certeza, sua excelência não só debate, age! A deputada Paula Belmonte faz leis e vai atrás dos órgãos. Olhem as pessoas que estão aqui. Existem reflexão, debate e estudo para transformar a educação.

Estou numa escola de periferia, na Estrutural, e é muito triste a realidade das nossas crianças. Eu acredito que não é entre os muros da escola que vamos resolver os problemas. Durante as 4, 5 horas que as crianças ficam conosco, acolhemos e tentamos ensinar. Mas são tantos traumas, que elas não conseguem se desenvolver!

Então, eu acredito que, mais que investir nas crianças, precisamos investir nos adultos que cuidam delas. Muitos pais e muitas mães estão doentes. Eu estava relatando para o rapaz ao meu lado que hoje tivemos que dar banho numa criança, porque a mãe não dá banho nela! A criança está com ferida no corpo, de sujeira! A sujeira dá alergia, coça e fere o corpo. Chamamos a mãe e, agora, o caso vai, realmente, para o Conselho Tutelar. Ontem, a mãe mandou a tia para conversar conosco numa reunião, em vez de ela mesma ir. Ela está com medo de nós. Chegamos ao nosso limite com essa mãe.

Vamos ver o histórico dessa mãe. É uma adolescente de 17 anos com uma criança de 4 anos. Como ela foi criada e cuidada pelos pais dela, muito tempo atrás? Existe todo esse contexto.

Eu estava vendo o plano. Ele é maravilhoso! A parte da família é muito pequena! São só 4 folhinhas! Isso me doeu porque precisamos trabalhar com as famílias! Precisamos fazer ações de conscientização.

Dentro da escola, eu e minhas colegas tentamos fazer conscientização. Eu chamo terapeutas, eu chamo delegadas para falar sobre violência doméstica. Eu chamo terapeutas para fazer terapia de grupo com as minhas mãezinhas, uma vez por semana. E elas não querem! Elas não sabem que podem mudar a história de vida delas! Muitas delas são beneficiadas pelo Bolsa Família e por outros programas sociais.

Há algo que acho necessário. Já conversei com muita gente sobre isso, mas ainda não vi acontecer. Acredito que esses programas sociais deveriam ser atrelados a algum tipo de formação para essas mulheres e para essas famílias. É preciso criar uma estrutura, uma organização.

Estão faltando servidores públicos em todos os setores. Na Secretaria de Educação e em todos os lugares, está faltando servidor público, há um mundo de dinheiro sobrando, e nós vivemos essa realidade. Se nós nos organizarmos, podemos usar espaços públicos. Todos – saúde, serviço social e educação – podem contribuir! Podemos formar uma comissão para, realmente, agir em favor dessas comunidades.

Por exemplo, na Estrutural, alguns espaços públicos estão subutilizados ou vazios! Não poderia haver, nesses lugares, todos os dias, formações para essas famílias? Num dia, serviço social; num dia, saúde; num dia, educação; num dia, atendimento psicológico; num dia, formação sobre qualificação profissional.

Nós nos preocupamos com as crianças, mas quem está cuidando delas não tem condição de instruí-las. Muitas crianças e adolescentes da Estrutural não têm conhecimento sobre os programas de primeiro emprego oferecidos pelas empresas, sobre as cotas que elas devem disponibilizar, sobre os programas de aprendizes, e sobre o terceiro setor, que oferece formação para esses aprendizes. Eles não sabem que isso existe.

A minha fala é essa. Concordo com tudo o que foi falado, com todas essas nossas demandas, e quis acrescentar este ponto: se não agirmos nas famílias, não haverá transformação para o futuro, porque essas crianças estão sendo atropeladas.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concordo plenamente contigo. Vejo que a estrutura familiar – e não estamos falando do tipo de família, mas da estrutura – e o papel da mulher, de nós mulheres, é fundamental. Precisamos incentivar nossas meninas a sonharem e a realizarem, porque elas estão sem esperança.

Uma menina de 17 anos, com um filho de 4 anos, teve esse filho com que idade? Esse era o caso da Géssica. Na semana passada, ocorreu na Câmara Legislativa o debate sobre o combate ao feminicídio. Géssica, uma mãe de 17 anos, foi baleada na cabeça dentro de uma igreja. Ela era mãe de

uma criança de 6 anos, de outra criança de 2 anos, e estava grávida de 2 meses – com 17 anos!

KÁTIA VALÉRIA LOURENÇO BORGES DA SILVA VIDAL – Para complementar a informação, hoje recebemos a visita de uma ex-aluna de uma escola de educação infantil inaugurada há 12 anos. Ela já tem 3 filhos e estava procurando vaga para o primeiro. Informamos que ela só terá direito a partir do próximo ano, conforme a data de nascimento da criança. Ela já tem 3 filhos e provavelmente ainda não completou 18 anos.

Essa é uma realidade muito difícil. Não gostamos de falar muito sobre isso, mas nossa comunidade está um pouco viciada no assistencialismo. Por isso, acredito que precisamos trabalhar a qualificação desses adultos, a fim de que incentivem nossas crianças e nossos adolescentes a se qualificarem também profissionalmente, para que sejam ativos.

É tão bom trabalhar!

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concordo plenamente. Muito grata!

Passarei agora a palavra para a senhora Daise, que, como já foi ressaltado, realiza um trabalho muito importante na Casa Azul. Sei que ela passou pela mesma dor que eu. Essas são missões que Deus nos dá que, apesar do sofrimento, também nos trazem possibilidades.

Enquanto a senhora se prepara, quero dizer à Kátia que também concordo com o que foi dito. Na Dinamarca, hoje, qualquer programa assistencial está atrelado a um trabalho em prol da comunidade. Acredito que esse é o futuro.

Concedo a palavra a Daise Lourenço Moisés.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Boa noite a todos. Antes de eu começar a falar sobre o fundo, quero fazer uma fala para você, Kátia.

O que você está passando é responsabilidade da política pública de assistência social, e é por meio dela que devemos exigir que o Estado cumpra o seu papel. Trata-se da política de serviço de convivência e de fortalecimento de vínculos familiares. Isso não está afeto ao fundo da criança. Cabe a toda a sociedade exigir que o Estado amplie as vagas desse serviço, para que as nossas crianças e os nossos adolescentes tenham não apenas futuro, mas também presente.

É isso que devemos exigir.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Dona Daise, quero aproveitar a presença da Kátia, diretora do Centro de Ensino Infantil 1 da Estrutural, e dizer algo, só para que as pessoas tenham ideia do que a senhora está falando. Hoje há 198 mil famílias, Igor, em situação de extrema pobreza, cadastradas na Secretaria de Assistência Social. Faço uma pergunta ao doutor Renato, ao Eduardo, ao Jaime: sabem quantas vagas existem no GDF para acolhimento com fortalecimento de vínculos?

Se estamos falando de 198 mil famílias, estamos falando, no mínimo, de 200 mil crianças. Concordam comigo? Há apenas 4 mil vagas! Elas não representam nem 10%.

Eu já conversei sobre isso com o governador, com o Gustavo, com o Ney e com a Ana Paula, de quem eu gosto muito. Ela falou que ampliaria, mas ainda não...

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Lembro que isso aí está desde 2013 e não mudou. Não houve aumento.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Essa é uma situação em que o Ministério Público precisa atuar.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Exatamente. É isso aí.

Bom! Agora eu voltarei à pauta do fundo da criança.

Primeiramente, eu queria perguntar para a Jozélia se esses R\$411 milhões serão só papel orçamentário ou serão depósito em conta. Por quê? Porque, quando o empresário faz a doação para o fundo, ele deposita no fundo. E físico, é dinheiro. Entra na conta do fundo da criança. Hoje, o que vem lá daqueles não sei quantos por cento da receita líquida do Distrito Federal é papel. É orçamentário. É por isso que, em todos esses anos, o que não foi executado voltou para os cofres públicos.

A minha pergunta é: "Vai ser físico? É isso o que o desembargador colocou?" Porque, se for, considerando os R\$130 milhões que já estão dentro do fundo, mais os R\$411 milhões que vão chegar, nós vamos ter meio trilhão de reais para gastar.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Não. O que foi falado é que os R\$400 milhões foram para um fundo perdido, vamos dizer assim.

Por isso é que eu falei que nós não podemos reclamar.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Sim, mas a ideia é que ele volte.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Não.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Não vai voltar tudo?

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Não.

Esse não retorna. Vai retornar de 2025 em diante.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Então, quanto? Porque nós precisamos, como conselho, saber quanto vai retornar, até para executar um planejamento para a execução desse fundo.

É isso o que precisamos saber, porque, pelo parecer que veio, pelo despacho, eram R\$411 milhões.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Hoje, o que eu entendi aqui, segundo o Eduardo – em termos redondos –, é que já temos em torno de R\$90 milhões, que já estão...

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Sim. Eram R\$130 milhões, que já estavam empenhados.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – É. E vêm para o fundo mais R\$36 milhões. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Já temos no fundo, mas que não chegou.

(Intervenção fora do microfone.)

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Já tem.

(Intervenção fora do microfone.)

DAISE LOURENÇO MOISÉS – É isso. É isso o que eu quero saber, Jozélia.

Da decisão do Tribunal de Contas...

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Então, já temos R\$120 milhões?

(Intervenção fora do microfone.)

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Dona Daise, o que a decisão do Tribunal de Contas diz em relação aos R\$411 milhões é que o desembargador pediu que fosse levantado todo o recurso que não foi executado de 2015 a 2023.

Esses R\$411 milhões correspondem exatamente a esse valor que não foi executado, e o que não foi executado, infelizmente, não está na poupança ou no cofre, guardado, para retornar.

O governo, de alguma forma, executou...

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Era papel.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Isso. Exatamente. Digamos assim. Era papel.

O que está sendo garantido, com a decisão, é que o orçamento, a partir de 2025, seja, de fato, disponibilizado para que o fundo possa executar. Que ele não tenha qualquer contingenciamento. E o que não for executado, a partir de 2025, é que retornará no ano seguinte.

Por que foi colocado isso? Porque sabemos da dificuldade de execução que está havendo no fundo. É isso.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Entendi.

Então, nós vamos continuar com o mesmo orçamento que nós temos. Não vai haver nenhum depósito ainda, mas garantindo que o orçamento que não for executado não retornará aos cofres públicos. Ok?

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Exatamente.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Está bom. Pronto.

Aí voltaremos a falar só sobre a parte da estrutura.

Quando foi criada aquela estrutura do CDCA, em 1900 e tanto, quando não havia a quantidade de instituições que hoje há no Distrito Federal, não havia a quantidade de recursos que há no fundo hoje. Então, quando se fala de estrutura, Jaime, Eduardo – o Eduardo já está cansado de saber – e deputada, nós temos que rever realmente a estrutura da execução do conselho, mas não só do conselho. Na época, também, a secretaria tinha apenas o fundo da criança, hoje ela tem o fundo da criança, tem o fundo do idoso. Eu acho que é uma das maiores secretarias que nós temos no Distrito Federal, e temos a Suag e a Ungef.

Não adianta o conselho fazer o seu papel e, na hora de passar para a Ungef, que vai fazer gestão, não haver profissionais capacitados e em quantidade suficiente para tocar os processos. Esse é um ponto em que eu acho que temos que pensar. Não só na estrutura do CDCA, mas também na estrutura das unidades de gestão, que é a Ungef, a Unidade de Gestão de Fundos – ela não tem só o fundo da criança, ela tem o da criança, o do idoso e mais um que eu não sei qual é, das pessoas com deficiência, não é?

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Mas, pelo que eu entendi, são 12 só para o fundo da criança, e hoje nós vamos trabalhar... Você responde depois, porque tem a resposta do Igor, mas entendi isso, e que vamos pegar todos esses dados com o Igor para que possamos correr atrás. Correr atrás, não, vamos conseguir.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Com relação à mudança na legislação que foi solicitada, minha proposta é que juntemos as nossas forças, façamos um GT, com conselheiros do CDCA e com a parte parlamentar. A senhora poderia encabeçar essa mudança na legislação, para que fizéssemos uma revisão de todos os atos que hoje nós temos e que, muitas vezes, emperram o processo na Ungef – vou falar do Ítalo porque ele fala que um funcionário só vai fazer as coisas se estiverem previstas na lei, e eu concordo, mas há leis que estão obsoletas e precisam ser revistas. Então, nós precisamos fazer um grupo de trabalho para fazer uma revisão, não só da lei que rege o conselho dos direitos, mas também das leis que direcionam o fluxo da liberação dos recursos – esse é outro ponto.

Outra coisa que eu estava pensando – eu não falarei sobre controle social – é que nós precisamos informatizar o CDCA. Hoje, se perguntarem no CDCA quantos projetos foram aprovados em 2024 – 2024! Está pertinho –, nós não sabemos dizer. Quantas crianças foram beneficiadas com os projetos do CDCA? Os próprios conselheiros não sabem responder. Nós não temos uma informatização para dizer qual foi o impacto dos recursos utilizados pelo fundo da criança.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Isso é fundamental para a política pública.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Exatamente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Isso é responsabilidade do presidente.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Coitado, dele não. (Risos.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Ele dá conta. Eu tenho certeza.

DAISE LOURENÇO MOISÉS – Os pontos em que eu acho que precisamos pensar é o fomento dessa parte da informatização, essa parte da estrutura e do grupo de trabalho. E eu me coloco à disposição para fazer parte do grupo de trabalho junto com o pessoal da comissão de legislação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente para que possamos agilizar a liberação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata pela sua contribuição, ela é fundamental. A senhora sabe da minha admiração.

Na realidade, o Raimundo está aqui. Eu já peço para que formalizemos aqui na consultoria da casa um estudo técnico a respeito disso. É importante trazermos outros parlamentares aqui. Eu, como presidente da frente parlamentar do terceiro setor, acho que podemos encabeçar isso.

Mas é importante também... E eu vou falar isso para a Daise, para o Eduardo, para o Jaime, para o doutor Renato, para todos que estão aqui: nesse assunto não pode entrar política. Eu posso dizer que, muitas vezes, nós quisemos dar um passo, e aí entra a política e o passo não continua. Eu faço esse apelo aqui, Eduardo, eu faço um comprometimento com esse grupo de trabalho.

Eu tenho muita dificuldade, por exemplo, de executar emenda na Secretaria de Justiça. Muita!

As nossas emendas não são executadas, e eu não sei por quê! Já fiz essa reclamação para o Diego Moreno, que, inclusive, costumo falar que é meu, vamos dizer assim, conterrâneo, meu primo, porque sou Paula Moreno. Não podemos deixar que a política entre aí! O Tatu está aqui e sabe a dificuldade para se executar um projeto social que tem mais de 26 anos! Sei que estamos na Câmara Legislativa, que é um órgão político, mas este é um assunto da maior seriedade. Precisamos fazer esse trabalho.

Você fez o levantamento de tudo isso. Com a maior propriedade, você deve ter conhecimento desse assunto, a consultoria técnica, mas vou chamar os outros parlamentares para fazermos com que isso seja um produto nosso.

Se conseguirmos melhorar a legislação do Distrito Federal, que foi um dos focos do terceiro setor... Espero que a frente parlamentar consiga entregar isso para a sociedade.

Concedo a palavra ao Guilherme Junger, presidente do Instituto AMPB. Muito grata pela sua presença.

GUILHERME JUNGER – Obrigado.

Boa noite a todos. Boa noite, deputada. Obrigado pelo convite.

Chamou muito a minha atenção, promotor, a sua fala a respeito da reflexão sobre a democracia. Democracia dá trabalho, não é? Olhem há quanto tempo estamos aqui para discutir um tema do nosso país inteiro. Mas que bom que ela existe! Ela é o nosso caminho para chegar lá.

O conselho é um ambiente democrático e dá trabalho, não é, Eduardo? Sou recém-chegado. Antes de me tornar conselheiro da administração do fundo, fui aprender com a dona Daise, para entender o problema da não-execução.

Fiquei muito feliz com a decisão do TCDF. Na última audiência pública para a qual o deputado Rogério Morro da Cruz nos convidou, a discussão foi no seguinte sentido: a quem interessa a não-execução do fundo, já que o dinheiro voltava para o orçamento e era gasto pelas decisões unilaterais e não pelas decisões trabalhosas de que a democracia do fundo precisa?

Eu entendi e senti o sentimento de que não estamos com a secretaria, não estamos do mesmo lado da mesa para a execução. Que pena que o doutor Jaime teve que se levantar! Aguardarei o retorno dele, porque essa é uma conversa de olho no olho.

Eu sentia que não estávamos do mesmo lado da mesa. Agora, a decisão do TCDF, que obriga a execução desse recurso por meio do fundo, por meio da discussão democrática, abre a possibilidade de estarmos do mesmo lado da mesa.

O que eu queria registrar, como conselheiro do fundo de administração – acredito que isso se replica a todos nós – é que nós queremos nos sentar do mesmo lado da mesa, que nós queremos trabalhar juntos, que queremos unir forças para a execução, para que esse dinheiro seja investido na criança e no adolescente. Esse é o nosso papel. Do nosso lado, estamos juntos.

Aproveito a oportunidade, doutor Jaime, e vou repetir a minha fala, para que ela seja feita olho no olho: sou recém-chegado no Conselho de Administração. O que eu senti logo na chegada é que não estávamos do mesmo lado da mesa. Para o que decidíamos, como conselho, era feito um edital, era aprovado e executado um projeto, mas, na hora de pagar a parcela, por algum motivo, essa parcela não era paga, essa parcela emperrava, as coisas não aconteciam na secretaria. O meu sentimento honesto era o de que não estávamos sentados do mesmo lado da mesa.

O que eu sinto hoje, com a decisão da TCDF, com a obrigação de esse recurso ficar no fundo... Esse recurso está travado. Vamos ter trabalho para, no movimento democrático, conciliarmos tudo isso no Conselho da Criança e do Adolescente, a não ser que nós estejamos do mesmo lado da mesa.

Do nosso lado, como conselheiros e conselheiras, registro a nossa disposição e o nosso compromisso de estarmos do mesmo lado da mesa. Peço que o senhor esteja do mesmo lado da mesa, para que possamos, enfim, investir esse recurso lá na ponta, lá na criança e no adolescente, para que as instruções sigam da forma como foram concebidas.

Coloco-nos à disposição. Realmente espero que estejamos juntos nessa jornada de execução, graças a esse marco do Tribunal de Contas.

Era isso o que eu queria colocar.

Um abraço. Boa noite.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Guilherme.

Essa estruturação é fundamental para que vocês estejam no mesmo lado da mesa. É fundamental que nós trabalhemos isso.

Ontem, a conversa com o conselheiro André foi exatamente essa: vamos juntos agora fazer a estruturação, tanto na secretaria, quanto no CDCA, para que nós possamos executar, dona Daise. Essa é uma responsabilidade.

Além disso, ampliar as vagas. Doutor Renato, eu acho que o Ministério Público tem que atuar nisso, porque essa ampliação é fundamental. Eu até conversei com o governador e falei: "Governador, eu não estou nem pedindo o aumento" – em relação ao aumento, você vê que estão segurando o dinheiro –, "aumenta o financeiro. Eu estou pedindo ampliação de vaga." E não existe. Eles fizeram um reenquadramento. Eu vejo que a Ana Paula realmente precisava soltar um edital para que nós pudéssemos capacitar mais as pessoas, mas eles tiraram vagas de crianças, por exemplo, na Ceilândia, de alta vulnerabilidade. Da Estrutural, fecharam institutos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Samambaia.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Pois é. De alta vulnerabilidade, e colocaram em outros locais. Isso é de uma disparidade...

O senhor falou da democracia e eu quero fazer um adendo à sua fala. É a política da primeira infância que fortalece a democracia. Quando há crianças sem igualdade de oportunidade, não há como um país manter a sua democracia. Como eu vou falar com aquele menino que ontem falou que queria ser engenheiro para o meu filho que vai ser engenheiro? Qual é a oportunidade? Será que eles estão nadando na mesma raia?

Então, a responsabilidade aqui, doutor Jaime, é para o fortalecimento da nossa democracia. Essa questão do fundo não tem condição. É por isso que nós estamos aqui.

Pessoal, uma audiência pública comigo é uma audiência em que eu vou até o final. Eu escuto as pessoas – tempo nós temos! Eu enfrento e nós vamos dar uma resposta. Eu não tenho medo de ficar, se for o caso, até 22 horas. Eu sei que a audiência vai se esvaziando, mas aqui nós nos entregamos às causas em discussão. Isso é importante. O parlamento, para mim, que estou aqui todo dia, faz parte do meu cotidiano. No entanto, muitas vezes, é a oportunidade de uma pessoa que nunca veio ao parlamento para falar. Esta casa é a representação do povo. Eu quero até dar essa satisfação para os senhores. Eu estava com saudade, mas eu já saí daqui de madrugada – a 1 hora, às 2 horas. Eu acho importante nós ouvirmos as pessoas. Então, eu vou escutar todos. Eu só peço o seguinte: se nós pudermos falar no tempo definido, seria ideal. Se não puderem, eu estou à disposição para escutá-los.

Concedo a palavra ao Mário Vasconcelos Filho.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Eu gosto muito de números. A FAOSC tem feito um trabalho que extrapolou o quadrado e o Entorno. Atualmente, ela está no Centro-Oeste. Recentemente, nós fizemos a terceira edição da Caravana do Terceiro Setor, nas 4 unidades do Centro-Oeste. Em março, abril, maio, junho; encerramos aqui no Distrito Federal. Numa agenda de 2 dias, há um grupo de pessoas trabalhando.

Essa questão do conselho não é um problema só do Distrito Federal, deputada. Nós sabemos que isso acontece nas outras unidades, pelo menos naquelas às quais temos acesso ou contato com pessoas dos conselhos. Acreditamos que esse problema ainda é um problema crônico em todo o país, infelizmente.

Contudo, eu quero trazer isso para o Distrito Federal. No Distrito Federal, hoje, nós somos quase 19 mil CNPJs do terceiro setor. Se nós dividirmos esse número pelas regiões administrativas, há uma média de 543 instituições por região administrativa. Se nós levarmos em consideração que metade desse povo trabalha com criança e adolescente... Meu amigo Eduardo, você tem 10 mil instituições para você cuidar dentro do conselho. Isso é um desafio imenso.

Em parceria com 2 instituições que trabalham com desenvolvimento institucional, estamos editando um manual de boas práticas para as organizações do terceiro setor. Ele já está passando por um processo de revisão. Esperamos lançá-lo até o final de novembro. Como não poderia deixar de ser, há um capítulo especial voltado para as OSCs que trabalham com crianças e adolescentes, em uma experiência das boas práticas das 4 unidades do Centro-Oeste. Acho que isso nos ajuda de certa

forma.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – É uma parte da estruturação: informação e capacitação.

Estão inscritos para fazer uso da palavra o Hamilton, a Natalícia, a Rejane Pereira, o Lauro Lima, a Mônica Viveiro e a Mildredy Lisboa, advogada – não está presente.

Concedo a palavra à Natalícia, conselheira tutelar do Park Way.

NATALÍCIA TANABE – Boa noite a todos.

Primeiramente, quero agradecer à deputada por pautar algo de tão extrema importância.

Que bom que temos na mesa órgãos que trabalham conosco, entre eles, a promotoria e a Sejus, na qual estão alocados o CDCA e outros conselhos.

Como já está passando do horário, serei direta. Já foi bem explanada a importância do fundo e do investimento em infância e juventude.

Quero ressaltar que também sou servidora de carreira da Sejus.

O Igor contemplou um pouco o problema central. Vemos a falta de investimento de recursos humanos no conselho, na execução e na prática da tarefa a ser feita. Claro que não vamos ficar chorando o leite derramado. Entretanto, na qualidade de conselheira tutelar e zeladora dos direitos da infância e da juventude, não posso deixar de expressar minha indignação com o tempo em que vem sendo executado o percentual – não sei dizer qual, mas o gráfico mostrou –, creio, de 20% mais ou menos do fundo.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Em média, acho que foi isso.

NATALÍCIA TANABE – Em média, 20%?

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Nesses 10 anos, o máximo foram 40%.

NATALÍCIA TANABE – Quando pegamos a média histórica?

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Sim.

NATALÍCIA TANABE – Não podemos considerar que 40% foi um avanço. Não foi. O problema central está na execução, que, para ser feita, obviamente, precisamos de servidores capacitados. Existe todo um processo legal e todo um processo burocrático. Inclusive, uma das demandas seria também o apoio desta casa para vermos essas questões burocráticas, que, de fato, acabam demandando um tempo maior, um esforço maior para que o fundo seja executado. Mas isso não tira a responsabilidade da Sejus, na qual está alocado o CDCA, de fazer o investimento em servidores capacitados.

Desculpem-me, mas é inaceitável haver apenas 12 servidores. Eu tinha conhecimento de que eram 3, mas meu conhecimento era de corredor. Aqui foi dito pela própria pasta que há 12 servidores, os quais não sei se já são capacitados ou estão se capacitando. É inadmissível que 12 servidores atendam o Distrito Federal, que tem 3 milhões de habitantes. Só na política de assistência social, atendemos a mais de 1 milhão de pessoas, a maioria delas crianças.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Crianças em vulnerabilidade.

NATALÍCIA TANABE – Exatamente.

Na qualidade de conselheira tutelar, quero destacar que, quando o Conselho Tutelar aplica uma medida protetiva, nós acionamos a rede de proteção. Acionamos os serviços públicos – saúde, educação, segurança pública, entre outros –, mas muitas instituições que poderiam apoiar e integrar essa rede de proteção não fazem isso hoje porque o projeto delas não foi executado. Não podemos aceitar isso. É inadmissível que continue assim a partir de hoje, 21 de agosto.

Agradeço a pauta de extrema importância e a oportunidade de fala. Registro que a Sejus cobre para que isso seja feito. Quem está no Conselho Tutelar no dia a dia sabe o que está passando, sabe o quanto a rede está enfraquecida, sabe o quanto nós precisamos de investimentos. Sabemos que há recurso, mas com apenas 40% no máximo executados, não há como satisfazer e atender as necessidades.

Obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Natalícia.

Vou comentar algo que você trouxe, Natalícia. Às vezes, temos o projeto e sua execução, mas as crianças não comparecem. Por quê? Porque a falta de mobilidade não permite, não há transporte escolar. A estruturação passa pela mobilidade. A criança não tem passe livre e, muitas vezes, o pai também não tem. Então, não adianta o conselheiro tutelar conseguir a vaga se a criança não consegue chegar à escola. Nós sabemos disso. Na sua região do Park Way, costuma-se dizer que não há vulnerabilidade. Há vulnerabilidade e não há mobilidade, porque as crianças não conseguem chegar. Portanto, não adianta o projeto existir. Não há creche.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – É isso mesmo e precisamos passar por essa estruturação, Giselle. Esse é um ponto que acho que o tribunal tem que colocar, doutor Renato. Não adianta executarmos o projeto e as crianças não comparecem. A mobilidade é fundamental, porque há vagas em várias instituições, mas, ainda assim, as crianças não conseguem chegar. Eu sei disso.

Lauro, muito grata pela sua presença.

Concedo a palavra ao Lauro Lima.

LAURO LIMA DE QUEIROZ – Boa noite.

Na pessoa da deputada, cumprimento toda a mesa.

Meu nome é Lauro Lima, sou presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Distrito Federal. O Igor representa os servidores de carreira e nós representamos a outra parcela de mais de 5 mil assistentes sociais que atendem o GDF e diversos órgãos. Realmente, é uma satisfação muito grande expor alguns pontos importantes. Serei objetivo porque sei que estamos todos cansados.

Estive no GDF, na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, em 2009. Assumi a coordenação do sistema socioeducativo e enfrentamos uma série de problemas, à época. Por intermédio do Ministério Público, diversas vezes recebemos a recomendação de que deveríamos desativar o Caje. Eu tinha que correr atrás de recurso para saber onde iríamos colocar toda aquela estrutura. Havia também o Ciago. Na época, consegui do governo federal, por meio do sistema Sinase, alguns recursos. Mas tivemos um problema sério: o recurso chegou, mas não havia como aplicá-lo – não por incapacidade dos servidores, mas por falta de estrutura. É exatamente isso que nós estamos apontando desde o início: faltava estrutura. Passamos por um momento muito difícil naquela época.

Hoje, fico muito feliz ao ver uma iniciativa como esta, deputada, porque vejo que há uma possibilidade muito grande de as coisas agora entrarem em um processo que vai gerar um retorno imediato.

Eu moro no Paranoá. Eu e minha esposa somos assistentes sociais. Eu atendo lá e a minha casa virou um Cras, porque toda hora uma família bate à minha porta precisando de ajuda. Nós tentamos fazer o que é possível. Existe o CDCA, e vejo como sofre aquele pessoal da ponta, do conselho tutelar. Não é por nada, são servidores até dedicados, realmente comprometidos, mas falta um pouco mais de estrutura.

Nós iniciamos uma grande estrutura lá atrás. Assim sendo, Jaime, eu me coloco à disposição para o que o GDF precisar, para tentarmos ajudar da melhor forma possível, deputada. Eu acho que chegamos a um ponto em que essa união – esse processo como um todo, estas pessoas que estão aqui com uma tremenda boa vontade de poder fazer –, tecnicamente falando, pode contribuir em grande escala para resolvermos esse problema da melhor forma possível.

Agradeço a atenção, deputada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, o senhor foi o único que falou no tempo estabelecido. Parabéns! (Palmas.)

LAURO LIMA – Eu não sou o Enéas, mas nós chegamos perto. (Risos.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Falou bem.

LAURO LIMA – Meu nome é Lauro Lima.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – A voz do senhor é muito bonita.

A dona Daise trouxe a sugestão de fazermos um grupo de trabalho. Aqui está o Raimundo, ao lado do senhor, que trabalha comigo, muito competente. Nós vamos formalizar esse grupo. Vamos conversar com o Marcelo para fazer esse grupo e vamos entregar esse produto. Eu não vou dizer que

será até o final do ano, porque eu acho que é um tempo pequeno para realizarmos todo esse levantamento. Mas eu quero entregar esse produto com certeza daqui a 1 ano. Eu não vou falar 1 ano, pois é um tempo muito longo – tem que ser menos que isso –, mas eu acredito que até março conseguiremos entregar esse produto para transformá-lo em legislação. Ouviram, Eduardo e Jaime? A consultoria da casa é muito qualificada e vamos trazer isso. Eu convido o senhor, o Igor e todos que queiram participar. Muito grata.

Concedo a palavra à Mônica Viveiro, que terá a honra de encerrar a comissão geral.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Vamos conseguir isso. Isso é com a Ana Paula, mas nós nos falamos.

MÔNICA VIVEIRO DA SILVA – Olá, boa noite. Sei que está todo mundo cansado, vou finalizar as falas. Eu cumprimento a mesa e a deputada Paula Belmonte, que tem sido assídua com relação às nossas demandas.

Eu sou Mônica, diretora do CEF 306 do Recanto das Emas. A deputada conhece muito bem as nossas demandas. Agora vou falar sobre a educação.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Quantos anos tem a sua escola?

MÔNICA VIVEIRO DA SILVA – Ela tem 30 anos e foi uma das primeiras escolas do Recanto das Emas.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu quero que as pessoas conheçam a escola.

MÔNICA VIVEIRO DA SILVA – Nós ainda estamos em uma estrutura de Caic: em blocos térreos. Eu vou falar propriamente da educação de forma geral. Aqui estão representantes do jardim de infância 603 do Recanto das Emas; a Juliana da Escola Classe Aspalha, da nossa escola; a Ariane da Escola Classe de Santa Maria; a professora Katia, do Centro de Educação Infantil da Estrutural; eu represento os CEFs do Recanto das Emas.

As demandas são muitas. Isso levaria mais de 3 horas de conversa. Eu queria passar algumas informações – principalmente ao Ministério Público, aos nossos representantes presentes – das crianças atípicas. É uma demanda de todas as escolas do Distrito Federal, que têm sofrido com a falta de apoio, tanto no conselho tutelar, que não possui pessoal suficiente para trabalhar, quanto no Cras, que, muitas vezes, não atende às nossas crianças em situação de vulnerabilidade, principalmente aquelas que são autistas, com TEA ou que possuem alguma deficiência ou algum transtorno. Nós não temos apoio dentro das escolas públicas. Agora, com relação aos projetos e à Sejus junto às escolas, isso não tem chegado efetivamente dentro das escolas. Não sei se isso acontece por falta de comunicação entre as secretarias, mas não tem chegado às escolas públicas do DF essa demanda de atendimento às crianças atípicas.

Há mães que deixaram de trabalhar para viverem a vida dos filhos. Há mães que, muitas vezes, saem de casa, porque a criança entra em crise, e, dentro das escolas públicas, não há um apoio psicológico – não há psicólogo, não há terapeuta. Quando encaminhamos a situação para um órgão responsável, esses pacientes simplesmente entram em uma fila de espera de até 4 anos para serem atendidos.

Portanto, a demanda do DF não está apenas dentro dos programas institucionais, está propriamente dentro das escolas. Se vocês querem ver a realidade das outras secretarias... Eu ouvi as meninas da Sejus, do conselho tutelar. Nesses dias, uma criança entrou em crise dentro da escola, e não havia ninguém para nos acompanhar. Precisei ligar para o Corpo de Bombeiros, que veio nos ajudar.

Eu pergunto: para onde foram esses R\$400 milhões? Para onde está indo esse dinheiro? Porque ele não está retornando para nós – o povo, o contribuinte.

Eu preciso, deputada Paula Belmonte, de uma resposta sua como representante do povo, como alguém que foi eleita para isso, como alguém que tem abraçado nossas causas.

Como representante dos diretores do Distrito Federal, estamos nesta comissão geral para pedir socorro. Esta é a fala: socorro às nossas demandas.

Eu, particularmente, tenho 921 alunos na nossa escola. Atendemos cerca de 84 alunos com necessidades especiais; e, muitas vezes, nós não temos a quem recorrer.

Hoje, estamos aqui para recorrer a quem é de direito, a quem realmente pode solucionar as nossas demandas.

Sabemos que o Governo do Distrito Federal tem falhado. Não adianta construir viadutos se, dentro das escolas públicas e das famílias, não há estrutura. Fala-se de grandes projetos, mas não oferecem condições para que as crianças sejam alcançadas por esses projetos.

Precisamos pensar em uma interligação entre essas secretarias, porque, muitas vezes, ficaremos aqui falando, reclamando, dizendo o que precisamos, mas sem termos uma solução concreta. Nós precisamos que esse dinheiro chegue a quem é de direito: o povo brasileiro.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Mônica. Você trouxe uma realidade.

Nós vamos passar para as considerações finais. Você foi a última a falar, a derradeira.

Quero aproveitar a presença do doutor Renato, como representante de um órgão parceiro da população, para dar um depoimento pessoal e parlamentar. Eu sou fruto da escola pública. Sempre estudei, por toda a minha vida, em escola pública e fico muito honrada com isso. Muitas vezes a sociedade vê, por exemplo, uma greve dos professores e se posiciona contra os professores. Eu tenho visto professores sofrendo pela situação das crianças. Essa situação das crianças atípicas de que a professora falou aqui é uma realidade. Ela falou que são 84 alunos diagnosticados, fora os que ainda estão em processo de diagnóstico. As salas estão superlotadas, com 1 professor – que não foi capacitado –, com um monitor social ganhando R\$40 – menos de um salário mínimo – por dia ou sendo voluntário. Os professores e a direção, nessas condições, têm que cuidar de uma população – como foi dito aqui – extremamente vulnerável, que precisa de estrutura. Gente, olhem o que foi falado aqui: uma criança em que a escola teve de dar banho, porque a mãe não estava dando banho. Estamos falando disso. Essa é a realidade. E essa realidade não é só da Estrutural, não.

É muito importante estarmos atentos. Não há escolas sendo construídas em quantitativo suficiente. Por isso, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente é importante! É uma forma de fazer uma parceria no contraturno! Estamos falando de 198 mil famílias em extrema pobreza – essas são as catalogadas, sabemos que, na realidade, o número é muito maior – e existem apenas 4 mil vagas, doutor Renato. A disparidade é muito grande. Fala-se a respeito da assistência – estamos falando de educação e outros assuntos – e o COMPP está com 3 mil crianças cadastradas na fila. Vai passar a primeira infância – que nós tanto defendemos, doutor Eduardo – e perderemos a janela de oportunidade, pois a hora das conexões neurais e da elasticidade já terá passado.

Nós que estamos aqui temos responsabilidade. Aqui estou falando para pessoas que defendem as nossas crianças, que estão aqui até quase 7 horas da noite, porque as amam. Essa audiência pública está sendo gravada, vista, registrada. Com a oportunidade que esse dinheiro – que nós tínhamos, mas não era executado – trará para nós, começaremos a dar uma resposta a essa realidade. Precisamos, com relação ao fundo, que haja controle social, a atuação do Ministério Público, da secretaria, dos representantes do terceiro setor, dos assistentes sociais.

Podem ter certeza do meu compromisso. Podem ter certeza do meu compromisso. Eu falo para todos os diretores de escolas: no mandato, nós conseguimos atender mais de 300 escolas. Não estou dizendo que fui às 300 escolas, não, mas fui a uma boa quantidade. Conheço a realidade da escola pública no Distrito Federal. Eu já fui a escola que, para chegar, demora-se 1 hora e meia. Eu falo para os diretores que hoje, se eles não vierem aqui, passar o pires para os deputados, não haverá estrutura, mas é necessário haver uma política de Estado.

Aqui se falou sobre quantas crianças são impactadas. Se eu perguntar hoje, para a Secretaria de Estado de Educação, quantas escolas possuem quadra coberta, ela não saberá dizer; se perguntar em quantas escolas há ambiente para receber merenda escolar, com refrigeração, para não dar caruncho, não saberá responder; se perguntar quantas escolas têm 3 computadores – porque há escolas com 1 computador para a direção, para a secretaria, para tudo –, não saberá responder. Isso é um trabalho.

Estou como servidora pública e já estou – há muito tempo, desde que entrei para a política, sendo mãe e mulher – defendendo nossas crianças.

Jozélia, esse trabalho do conselheiro André Clemente, eu não sei se ele tem noção disso, mas, com certeza, será lembrado como um marco histórico do nosso Distrito Federal. Perdemos R\$400 milhões infelizmente, mas acredito que vamos ganhar com essa estruturação. Brasília vai ganhar,

porque vai fazer todo mundo se movimentar.

Eu concluirei a comissão geral depois de passar a palavra para todas as pessoas aqui presentes na mesa. O assunto já foi muito falado, mas podem falar o que quiserem para que possamos concluir. Todos serão convidados a participar desse grupo de trabalho que será constituído.

Concedo a palavra a Jozélia de Medeiros, representante do desembargador André Clemente, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para fazer suas considerações e ponderações sobre todas as falas que tivemos aqui.

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Muito obrigada, deputada Paula Belmonte.

Acho que saio daqui hoje com a missão de levar um retorno ao desembargador. Eu tenho certeza de que ele ficará muito satisfeito em saber que a decisão que ele iniciou, encabeçou e levou ao plenário surtiu um efeito muito grande. Sabemos que é um começo, como abordei nas minhas falas iniciais, mas são essenciais esse movimento e a participação de todas as instituições envolvidas nas questões da criança e do adolescente para que possamos avançar na questão. Com certeza, o desembargador ficará muito satisfeito e fará questão de contribuir ainda mais para os avanços que ainda teremos de conquistar.

Eu gostaria de agradecer a vossa excelência, deputada Paula Belmonte, e parabenizá-la por essa iniciativa, que é extremamente importante para toda a nossa sociedade, especialmente para nossas crianças e adolescentes. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de poder fazer parte dessa mesa com todos os pares.

Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

JOZÉLIA DE MEDEIROS – Exatamente. Que haja efeito lá na ponta. Que isso realmente seja só o início para que, de fato, tenhamos concretizações.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata, Jozélia.

O Tribunal de Contas é um órgão extremamente importante para o Poder Legislativo, é um órgão auxiliar. Que vocês continuem fazendo essa fiscalização. Nós estaremos juntos na responsabilidade dessa determinação. A determinação é no papel. Precisamos colocá-la em prática e vamos acompanhar para que isso aconteça.

Concedo a palavra para o senhor presidente da Federação das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal e Entorno, Mário Vasconcelos.

MÁRIO VASCONCELOS FILHO – Em primeiro lugar, quero parabenizar vossa excelência, deputada Paula Belmonte, por essa iniciativa. Isso faz parte do seu trabalho como deputada, mas eu parabenizo vossa excelência especificamente por essa audiência.

Estamos saindo daqui e vamos levar para as organizações de que estamos próximos essa boa notícia dessa resolução. Que realmente consigamos unir nossas forças para que isso não fique apenas no papel, que seja implementado de verdade. Que possamos arregaçar as mangas, trabalhar com afinco e fazer com que realmente o dinheiro que chega ao fundo seja utilizado na ponta pelas instituições que trabalham com nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigado. Boa noite a todos.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu agradeço a sua presença. Conto com o senhor para que alcancemos esse resultado, esse grupo de trabalho, que também é uma prioridade da nossa frente parlamentar. Muito grata.

Concedo a palavra para o senhor presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, Eduardo Chaves da Silva.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Muito obrigado, deputada Paula Belmonte, pela disponibilidade, pela iniciativa e pela abertura ao diálogo. É importante, em uma democracia, conversarmos, nos entendermos e pensarmos no bem maior, que são as nossas crianças. Vou comentar rapidamente alguns pontos sobre os quais as pessoas falaram.

No que diz respeito à comissão que vai avaliar o impacto e a qualidade do gasto, acho que esta é uma iniciativa excelente. As conselheiras que estão presentes sabem que eu falo, desde o primeiro dia em que cheguei ao CDCA, que precisamos avaliar o impacto dos projetos antes de avaliar a quantidade deles. A qualidade tem que vir antes da quantidade. Mas eu ainda não formei consenso

sobre isso, deputada. Eu não sou voz majoritária quando falo que é preciso avaliar a qualidade dos projetos. Então, falo publicamente aqui algo que eu falo para as conselheiras em todas as reuniões plenárias que presidi no CDCA. Sempre disse que precisamos ver a qualidade, que não adianta executar um recurso se não sabemos se o que foi gasto mudou a vida daquela família, se garantiu o desenvolvimento daquela criança. Precisamos saber disso, é urgente. Isso não é algo que possa ser feito posteriormente.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Deixe-me perguntar: vocês têm um sistema para fazer isso? Foi falado que vocês não têm um meio de avaliação. Vocês têm um sistema para fazer essa estruturação?

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Sim, a comissão especial que formamos tem a missão de propor como faremos essa avaliação. Hoje há a avaliação dos gestores. Eles conferem uma espécie de *checklist*: “Falou que ia comprar um tatame, falou que ia comprar tantas camisetas e tantas bolas. Comprou? Comprou.” Certo, mas essa bola, essas camisetas e esse material serviram para quê? Qual foi o impacto disso? Nós não conseguimos mensurar isso ainda. Então, vai ser de muito valor essa iniciativa proposta hoje.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Minha pergunta é porque este é um dado subjetivo, mas ele também tem que ser objetivo. Vocês têm um sistema de computador para fazer essa avaliação?

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Não temos.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – É importante saber isso, para que façamos um projeto a esse respeito, para que tenhamos os dados.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Tudo é feito pelo SEI ainda, mas a senhora tem razão, é importante.

Mário, você falou sobre 19 mil CNPJs. Você foi muito otimista, falou que são pelo menos metade. Pasmem: infelizmente, apenas 200 e poucas instituições estão inscritas no conselho. E, para acessar o recurso do fundo, é preciso ter ao menos 1 ano de registro e 2 anos de CNPJ. Isso é o básico. Depois, é preciso que tenham *expertise* em elaboração e monitoramento de projetos. O Guilherme está chegando agora e está vendo os projetos que nós avaliamos no Conselho de Administração do fundo. Muitas vezes, a OSC tem o registro, tem o tempo, mas a construção e a elaboração de um projeto é outra *expertise*, a qual elas não têm. Vejam, dessas 200, boa parte não tem *expertise* para fazer o projeto. Haveria muitas outras organizações que poderiam captar recursos do fundo, mas que ainda não estão.

Para captar o recurso, a OSC vai ter que ter esse tempo, essa *expertise* em elaboração de projeto. Um edital precisa ser construído. Depois, ela vai passar por uma comissão de seleção, pela fase de habilitação, pela assinatura do termo de fomento e, enfim, pela execução. A burocracia é excessiva! Há 12 servidores que estão na secretaria executiva. Há mais servidores na gestão de fundo, servidores da subsecretaria de Administração Geral, servidores do Jurídico. Mas nós estamos lidando com uma burocracia tão grande que, se triplicarmos os servidores, isso não vai resolver o problema. Se o governo fizer um esforço e falar para a comunidade que vai tirar recursos de uma área e colocá-lo para as crianças, mesmo assim não vamos resolver o problema, porque a burocracia é tão grande que quem entra lá fica imerso nela. É importante revermos isso.

Deputada, eu e a dona Daise temos uma proposta ousada de que, se a primeira infância representa 1/3 da categoria crianças e adolescentes, ela tem que ter 1/3 do orçamento.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Então, ela vai ter? Ela tem 1/4, por lei.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – É. Isso já é um avanço muito grande. Nós vamos, no CDCA, nos comprometer a buscar esses 8% a mais para fazer justiça etária.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Concordo.

EDUARDO CHAVES DA SILVA – Como eu dizia, os projetos que chegam passam por essa burocracia, passam por esses desafios com os quais estamos lidando. Nós temos feito o esforço de aumentar cada vez mais o diálogo com as secretarias. Uma colega falou hoje que o dinheiro do FDCA não chega às escolas públicas e, principalmente, não chega às crianças atípicas. Faço um convite. Nós temos conversado muito com a secretária Hέλvia e dito que qualquer secretaria pode mandar projeto

para o CDCA. A doutora Marcela nos deu autonomia para realizarmos esse diálogo com todas as secretarias. As secretarias têm abertas as portas da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes para apresentar ideias e apresentar projetos. Nós fazemos um projeto governamental e o mandamos para o conselho. Esses projetos não estão chegando para nós. Então, vamos fazer uma mobilização das secretarias para que nos mandem projetos. Do que a pasta da educação está precisando, e o que o fundo pode fazer para esse fortalecimento institucional? O fundo não pode financiar, gente, infelizmente, muitas das coisas que vocês falaram; legalmente, o fundo não pode fazer algo que deva ser primazia do Estado, que é gasto contínuo, mas o fundo pode trabalhar na perspectiva de fortalecimento institucional de todas as secretarias. Estamos abertos para isso.

Coloco mais uma vez o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal à disposição. Convido todas vocês também para participarem do Comitê Gestor Intersecretorial da Primeira Infância, que fez esse plano, que é um plano feito coletivamente. Foram 1.541 crianças, deputada, que foram ouvidas. A experiência do DF serviu para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Contamos com todas vocês.

Ficamos à disposição. Colocamos a Secretaria de Justiça e Cidadania à disposição, assim como a Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, o CDCA e o nosso Comitê Gestor.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e contem comigo.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Obrigada, Eduardo. Conte comigo e eu conto com você, para que façamos esse grupo de trabalho nessa questão da legislação. Vamos superar isso, se Deus o quiser.

Concedo a palavra para o senhor promotor de Justiça, Renato Bianchini.

RENATO BIANCHINI – Boa noite a todas as pessoas; boa noite, deputada. Em nome do Ministério Público e da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, eu quero agradecer a oportunidade de participar dessa tarde tão instrutiva para nós.

Estamos sempre aprendendo. Estamos sempre revendo conceitos, revendo práticas. Eu acho que saímos bem fortalecidos com essa ideia de que precisamos evoluir.

Para ser bem sintético, o que eu devo dizer é reforçar o compromisso da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude em cumprir a sua função, a sua missão, de ser fiscalizadora da política pública, de ser fiscal do gestor público, mas sempre com o compromisso de ser parceiro, sempre com o compromisso de corresponsabilidade.

Essa é a maneira histórica como a Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude atua já há muitos anos e essa é a maneira que entendemos ser mais produtiva. Podem contar conosco sempre, pois estamos à disposição para trabalhar em conjunto e contribuir com o que for possível para ajudá-los.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu lhe agradeço, e vamos fazer algumas demandas para vermos como podemos melhorar essa questão desse fluxo, porque eu vejo que precisamos ser parceiros, principalmente nessa pauta da criança e do adolescente. Não há como não sermos parceiros.

RENATO BIANCHINI – O Poder Legislativo local tem muito a colaborar, como já foi dito, visto que há necessidade de reforma de algumas normas, há a possibilidade de instituição de políticas públicas que ainda não estão bem implementadas e há a possibilidade de destinação de recursos. O Poder Legislativo tem uma capacidade, uma possibilidade de influenciar demais.

Estaremos juntos na semana que vem para falar da primeira infância, que também é uma paixão pessoal minha. Eu acho que nessa área especificamente temos muito a evoluir ainda.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Com certeza, e, se Deus o quiser, vamos evoluir nisso.

Na semana que vem – aproveito a oportunidade que o senhor trouxe –, haverá a conclusão do mês da comemoração e da conscientização da primeira infância. Eu acho que vou começar a usar a palavra, porque as pessoas precisam se conscientizar da importância dessa primeira infância, e haverá, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma semana institucionalizada pela casa. Independentemente de eu estar presente ou não, a Câmara Legislativa sempre vai falar todo mês de agosto a respeito da primeira infância; os parlamentares falam o ano inteiro sobre esse assunto, mas especificamente este ano esse tema vai ser muito importante.

Eu espero que o CDCA incorpore isso, porque o Brasil inteiro está falando disso. Nós

participamos de algumas solenidades juntos e vimos essa situação. Quero registrar que houve um decreto do governo federal falando sobre a política da primeira infância. É o segundo ano desde que foi sancionada essa lei nacionalmente, e já estamos começando a ver a repercussão disso e com certeza vamos colher frutos.

Concedo a palavra ao senhor secretário-executivo da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, Jaime Santana.

JAIME SANTANA – Obrigado, deputada.

Aproveitando o gancho da primeira infância, é importante falar que um desses editais que está no forno para ser publicado é um edital voltado à primeira infância. É um valor de R\$8 milhões? São R\$8 milhões, Eduardo? (Pausa.) Obrigado. É um edital governamental voltado para a primeira infância.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Esse dos 90 ou dos 36?

JAIME SANTANA – Dos 36. Dos 36.

Aproveito também para fazer um esclarecimento.

Na minha primeira manifestação, falei em 12 servidores. Muito gentilmente, o Eduardo esclareceu que esses servidores estão na secretaria executiva do fundo. Mas o número é muito maior que esse quando levamos em consideração os gestores de cada parceria. Há pelo menos um servidor-gestor na fiscalização de cada contrato. Há também um fluxo processual para pagamento que precisa passar pela Ungef, que tem, pelo menos, 9 servidores. A Suag tem alguma leva de servidores.

Então, existem outros servidores. Quando eu falei 12, referi-me exclusivamente à produção de cada processo dentro da secretaria executiva.

Faço essa singela correção.

Guilherme, não estamos em lados opostos da mesa. Quem me conhece sabe que trabalho de portas abertas na secretaria. O gabinete está à disposição para conversar com qualquer entidade da sociedade civil. A dona Daise tem o meu telefone.

Eduardo, você pode pegar o meu telefone. Ligue-me e vá à secretaria. Nós conversaremos e tentaremos destravar os processos da forma melhor e mais célere possível.

Deputada Paula Belmonte, faço o compromisso de averiguar as suas emendas na secretaria.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Nós mandamos R\$1 milhão para a secretaria, e esse valor não foi executado. Depois, podemos até saber outros valores. Isso é uma tristeza, porque se trata de dinheiro nosso! É dinheiro nosso, para nós mesmos, que não conseguimos executar. Isso é muito triste.

Concedo a palavra à senhora Alice Caetano.

ALICE CAETANO – Sou conselheira tutelar aposentada.

Doutor Jaime, o senhor falou que o edital está no forno. Eu sei que o edital está no forno. Com toda sinceridade, quando vamos desligar o forno e executar o edital? Eu não aguento mais ver o edital no forno! Não só eu, mas todos nós, as minhas crianças e os meus adolescentes.

Vou ser muito sincera. Desculpe-me, mas eu já sei desse edital há muito tempo! Eu queria saber quando ele vai sair do forno.

JAIME SANTANA – No mais tardar, na primeira quinzena de setembro.

ALICE CAETANO – Eu vou marcar na minha agenda! Vou lá!

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Eu vou marcar também!

Não queremos bolo queimado! Queremos bolo fresquinho!

ALICE CAETANO – Queremos bolo gostoso que possa ser servido para as nossas crianças!

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Macio, sem ser batumado!

ALICE CAETANO – Não quero bolo solado!

Obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Muito grata pela sua presença.

Estou muito grata. Estamos aqui desde 15 horas. Já são 19 horas e 18 minutos. Eu quero

agradecer ao meu gabinete, que fez esta audiência com muita responsabilidade; ao TCDF, ao Ministério Público, à sociedade civil e à Secretaria de Justiça.

Foi muito importante a presença dos senhores da Secretaria de Justiça. Esta discussão não teria sido tão produtiva se o senhor Jaime Santana não estivesse aqui. Quero registrar isso. Estamos cobrando, mas nos colocando à disposição para que estejamos sempre juntos em prol das crianças e dos adolescentes.

Agradeço ao Eduardo, que tem feito um trabalho muito legal. Fico muito feliz em ver um homem jovem com sensibilidade pela primeira infância. Eu já falei isso para o senhor e repito. É muito bonito ver isso.

Agradeço ao André Clemente.

Estamos juntos em prol das crianças e dos adolescentes do Distrito Federal e do Brasil.

Agradeço aos conselheiros tutelares, aos diretores, aos profissionais da educação, à sociedade civil, aos assistentes sociais e a todos os presentes, que fazem a diferença no Distrito Federal.

Agradeço às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACT-DF – Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal
Aginoc – Associação de Ginástica Rítmica da Octogonal e Cruzeiro
Ande – Associação Nacional de Equoterapia
Caic – Centro de Atenção Integral à Infância e ao Adolescente
CDCA-DF – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CIL – Centro Interescolar de Línguas
Cisdeca – Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMPP – Centro de Orientação Médico Psicopedagógica
Confoco – Conselho Nacional de Fomento e Colaboração
Consea – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EQNM – Entrequadra Norte M
Faosc – Federação das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal e Entorno
FDCA-DF – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
GT – Grupo de Trabalho
GTIT – Gratificação de Titulação
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Instituto AMPB – Instituto Arthur Moreno Paro Belmonte
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MP – Ministério Público
OSC – Organização da Sociedade Civil
Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
Promais – Projeto Mutirão Assistencial e Inclusão Social
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
Sejus – Secretaria de Justiça e Cidadania
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF
Suag – Subsecretaria de Administração Geral
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal
TEA – Transtorno do Espectro Autista
Ungef – Unidade de Gestão de Fundos

Ata Circunstanciada da 18ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

INÍCIO ÀS 18H52

TÉRMINO ÀS 19H39

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão extraordinária.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado Roosevelt a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O projeto foi aprovado em primeiro turno. Foram apresentadas 2 emendas de plenário.

Designo o deputado Rogério Morro da Cruz como relator pela CDESCTMAT.

Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDESCTMAT ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

No âmbito desta comissão, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas nºs 8 e 9.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito a leitura das emendas.

(Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, antes de o deputado Rogério Morro da Cruz fazer a leitura das emendas, eu gostaria de fazer uma solicitação.

Com base no art. 208 do Regimento Interno, que trata da redação final, o § 1º diz que o deputado distrital pode, antes do término da votação em segundo turno ou turno único, requerer que a redação final, após sua elaboração e publicação, seja submetida à deliberação do plenário, para que ela seja publicada e só em seguida deliberada no plenário da Câmara Legislativa novamente. Peço a vossa excelência que proceda à deliberação sobre essa questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Submeto ao plenário o requerimento de autoria do deputado Fábio Félix.

Diz o § 2º que, na hipótese do § 1º, inciso I, o requerimento deve ser submetido ao plenário

antes do envio da proposição ao órgão responsável pela elaboração da redação final.

Obrigado, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Peço a vossa excelência que submeta o requerimento ao plenário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito, deputado. Defiro a questão de ordem de vossa excelência.

Submeto ao plenário o requerimento do deputado Fábio Félix.

Em votação o requerimento.

Solicito aos deputados favoráveis ao requerimento do deputado Fábio Félix que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 22 deputados presentes. Houve 15 manifestações contrárias.

Foi rejeitado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, solicito que votemos essas emendas, porque os relatórios das comissões também serão passados. Além de serem lidas as emendas apresentadas, peço que a votação do parecer seja nominal no primeiro e segundo turnos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro a questão de ordem de vossa excelência.

Discussão e votação da Emenda nº 8, aditiva, de autoria do bloco PSOL-PSB e outro, ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionadas às atividades previstas no art. 144, § 1º, da Lei Orgânica do DF".

Acrescenta-se ao projeto o seguinte artigo:

"Art. – A operação autorizada por esta lei deverá ser ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco de Brasília S.A."

Discussão e votação da Emenda nº 9, aditiva, de autoria do bloco PSOL-PSB e outro, ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionadas às atividades previstas no art. 144, § 1º, da Lei Orgânica do DF".

Acresça-se ao projeto o seguinte artigo:

"Art. – O conglomerado resultante da operação autorizada por esta lei tem caráter público e está sujeito à fiscalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal."

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF às Emendas nºs 8 e 9 ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF".

Senhor presidente, o parecer é pela rejeição das emendas apresentadas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Designo o deputado Robério Negreiros como relator pela CCJ.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ às Emendas nºs 8 e 9 ao Projeto de Lei nº 1.882/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o BRB – Banco de Brasília a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, empresas com atividades próprias ou complementares às do setor financeiro, inclusive no ramo de tecnologia da informação (TI) e empresas com objetos sociais relacionados às atividades previstas no artigo 144, § 1º da Lei Orgânica do DF”.

No âmbito da CCJ, somos pela inadmissibilidade das Emendas nºs 8 e 9, apresentadas em segundo turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, muito obrigado pelo prazo para fazermos a discussão nesta casa. Na verdade, é até um pouco surpreendente discutirmos um projeto do qual não temos conhecimento.

Já falei que esta discussão é um tanto fictícia – ela é uma ficção. Nós estamos votando, basicamente, se o BRB pode ou não comprar o Banco Master. Mas ninguém aqui é capaz de dizer se isso é bom ou ruim para a cidade. Eu desafio um parlamentar favorável ao projeto que venha nos explicar e nos trazer os dados sobre o quanto isso é bom para o Distrito Federal. Quantos empregos serão gerados? Quanto do lucro e dos dividendos do BRB vai financiar mais políticas públicas na cidade? Eu lanço esse desafio, porque, na verdade, como parlamentares, nós representamos a população do Distrito Federal. Eu faço esse desafio genuíno, porque eu quero ouvir os argumentos.

Eu quero saber o quão bom isso vai ser para o Distrito Federal. Mas ninguém teve coragem de apresentar algum argumento minimamente positivo. Como não há documento comprobatório, como nós estamos votando esta matéria às escuras, como nós não sabemos, de fato, aquilo que está tramitando nesta casa, basicamente, estamos fazendo uma autorização genérica para que haja a contratação dessa operação financeira.

Isso é muito ruim para a cidade. Eu acredito que a população do Distrito Federal pense o Legislativo como um espaço de participação popular e transparência das informações, para termos o mínimo de condição objetiva de deliberar sobre algum tema. Cada deputado recebeu um voto. Aqui há voto de esquerda, de direita, de centro; há voto de opinião na direita e na esquerda. Mas o silêncio sobre temas como este não é positivo, porque ele abre a possibilidade de esta casa se desfazer como casa legislativa, como casa de opinião – como casa que deve se posicionar sobre temas fundamentais para esta cidade. Eu lembro o quanto os parlamentares lutaram para deliberar sobre a questão da CEB. Nós lutamos muito.

Apesar de termos sido ouvidos ou de haver uma decisão judicial para que a venda passe por esta casa, não é possível que a CLDF se comporte como um cartório e não faça a devida discussão de uma matéria sem qualquer tipo de informação.

Eu estou com alguns dados, os quais acho importantes. A consultoria da casa, em algumas recomendações objetivas, sugeriu que houvesse alguns documentos para deliberarmos sobre. Alguns deles são: o plano de negócios formal e atualizado do BRB, o estudo completo de viabilidade econômica e financeira, os relatórios e conclusões detalhadas do processo de *due diligence*, a minuta do acordo de acionistas, a íntegra do acórdão do TJDF – e nós não os temos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, são 19 horas. Vossa excelência estava preocupado com os eventos; então, acho que nós temos que suspender esta sessão, pois há 2 eventos importantes. Hoje é aniversário de Planaltina e há a previsão de uma sessão solene nesta casa. Portanto, estou preocupado com a preocupação de vossa excelência. Vamos suspender esta sessão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Fábio Félix, essa sessão que será realizada nesta casa é exatamente para homenagear os prefeitos comunitários do Plano Piloto –

Asa Norte e Asa Sul. Vou submeter sua sugestão à votação. (Risos.)

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, isso aqui está lembrando os programas de auditório da televisão brasileira dos anos 1990, que chamavam as pessoas para decidir sobre questões, deputado Max Maciel, sem saber o que estava acontecendo, se trocariam R\$1 milhão por um abacaxi. As pessoas diziam: “Sim; não; troco; não troco”. É exatamente o que está acontecendo aqui. Nós estamos trocando R\$2 bilhões por um abacaxi enorme, sem sabermos o que está acontecendo.

Algumas informações nós trouxemos para o debate. O balanço do Banco Master, do Daniel Vorcaro – não preciso citar nomes, mas menciono para que possam pesquisar depois –, mostra que o Banco Master tem R\$16 bilhões em passivos que vencem até dezembro deste ano. Esse é o tamanho do abacaxi em que estamos nos metendo, segundo balanço do Banco Master. Há outros dados que ninguém soube explicar; talvez, a base do governo venha respondê-los.

O Banco Master funciona de forma diferente dos grandes bancos deste país. Ele concentra 83% de suas carteiras nas mãos dos 50 maiores devedores. Para efeito de comparação: o Banco Inter, que também é digital, tem apenas 6,7% de suas carteiras concentradas nos 50 maiores devedores; o Banco Santander, 19%; o Bradesco, 10%; o Master, 83%. É esse o banco que ninguém quer comprar, porque há provas de que ele não presta. Há provas de que é um banco ruim, um banco que não serve a nenhum interesse – parece que apenas ao do BRB.

Aos bancários que estão assistindo a nós, o BRB está dizendo o seguinte para justificar o negócio: “Não. Nós vamos ampliar nossa rede com a rede do Banco Master.” Porém, o Banco Master não tem agência. O Banco Master tem Cobans, os correspondentes bancários.

Sabe o que isso significa para os bancários? Demissão. Os Cobans são os responsáveis pelas grandes demissões de bancários no Brasil. É isso que o BRB está celebrando com a aquisição do Master: ampliar a rede para terceirizar; ampliar a rede para, mais uma vez, retirar empregos dos bancários.

Essa compra é um desastre. Nós estamos voltando aos programas de auditório, trocando, presidente, R\$2 bilhões por um abacaxi.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, requeiro destaque, para votação em separado, das emendas depois da votação dos pareceres.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro o requerimento.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam os pareceres que votem “sim” e aos que os rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 14 votos favoráveis, 7 votos contrários e 3 ausências.

Foram aprovados.

Sobre a solicitação de destaque feita pelo deputado Fábio Félix, verifico que não é admitido o destaque de emenda que tenha recebido parecer pela inadmissibilidade, exceto na hipótese em que a proposição seja votada em plenário durante o prazo recursal e o destaque seja apresentado com o mesmo quórum do recurso. Assim, como as 2 emendas foram rejeitadas, não é possível realizar o destaque.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, esta casa tem a praxe de, quando a análise pelas comissões for feita em plenário, destacar as emendas inadmitidas, porque não houve o trâmite nas comissões. Sempre foi conduzido assim: quando o destaque é feito antes da votação dos pareceres, ele é votado. Até porque, como o trâmite pelas comissões não foi respeitado, a forma inadmitida foi feita em plenário. Então, o destaque deve ser votado. Ele sempre foi votado. Essa é a praxe da casa e ela está sendo mudada agora, neste momento, neste contexto. Como não estamos cumprindo o sentido de votação nas comissões e a forma inadmitida foi feita em plenário, o costume é fazer o destaque. Vossa excelência sempre submeteu as emendas a destaque. Vossa excelência pode, neste momento, mudar a praxe. O Marcelo provavelmente se esqueceu disso, mas a praxe é a votação em plenário.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, na última sessão em que realizamos votação, apresentei um projeto, amplamente debatido, sobre a segurança privada nos hospitais, diante de tantos crimes que vêm acontecendo. Peço que o projeto seja colocado em pauta para que façamos a votação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossa excelência. Tão logo os 2 projetos sejam votados, faremos a inclusão.

Deputado Fábio Félix, precisamos seguir o que diz o regimento. Peço desculpas a vossa excelência, mas, neste caso específico, mantenho o meu entendimento.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.882/2025, em segundo turno.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, vou apresentar mais dados sobre o famigerado Banco Master, que estamos autorizando o BRB a comprar.

Primeiro, os argumentos do PowerPoint dizem que a compra faz parte da aquisição do Will Bank, um banco digital associado ao Banco Master, como se isso fosse um grande negócio para o BRB. O problema – que não dizem – é que os balanços do Will Bank mostram que isso não é um benefício para o BRB. O Will Bank não tem dado tanto lucro assim, como estão vendendo: “Vamos aumentar nossa rede de participação nos bancos digitais”. Essas são as informações a que temos acesso, presidente e que estão publicizadas. Infelizmente, como o BRB e o Governo do Distrito Federal não trouxeram as informações que subsidiam o negócio, temos acesso apenas ao que está publicizado, e o Will Bank não é um grande negócio, deputada Jaqueline Silva, o que pode causar muito problema para o BRB.

O segundo ponto é o aumento de ativos ponderados pelo risco. Vou apresentar informações das consultorias públicas. O Banco Master aumentou seus ativos, em 2023 e 2024, em 74%. Porém, os ativos ponderados pelo risco cresceram 162% no mesmo período. Parece que o Banco Master começou a fazer muitos negócios arriscados nesses últimos 2 anos, inclusive sob suspeitas de ilegalidade, se deu mal e está atrás de alguém para salvá-lo. Quem ele descobriu e encontrou que pode salvá-lo? O BRB.

É aquela velha história do conto popular, presidente: todo dia sai de casa um esperto e um otário. Parece que o esperto, nesse caso, é o Banco Master, que saiu de casa e encontrou um otário para fechar um negócio que é muito ruim para o Distrito Federal.

Eu quero, presidente, mais uma vez, pedir aos nobres colegas desta casa que revejam o voto dado no primeiro turno, pelo bem do Distrito Federal, pelo bem do BRB, que é um patrimônio desta cidade. Cabe a cada um e cada uma o compromisso constitucional de defender esse importante patrimônio para a cidade.

Mais uma vez, presidente, o meu voto é contrário a esse absurdo desse negócio.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu queria contar uma historinha. Estamos praticamente encerrando a votação. Essa história é boa para ilustrar o que é o Banco Master.

Era uma vez um terreno na cidade de Santa Cruz Cabralia, na Bahia. Esse terreno foi vendido

por R\$900 mil. Em seguida, esse terreno vendido por R\$900 mil, deputado João Cardoso, foi avaliado pelo perito do Banco Master por R\$100 milhões, para ser dado como garantia num empréstimo de R\$365 milhões. Essa é a lógica de avaliação de um dos terrenos onde atuou a perícia diligente do Banco Master. A minha dúvida é: os ativos do Banco Master são avaliados por esse perito? É esse perito do terreno comprado por R\$900 mil, na cidade de Santa Cruz Cabrália, que, conforme nos informou a *Revista Piauí*, em seguida, o Banco Master avaliou em R\$100 milhões para dar como garantia num empréstimo de R\$365 milhões? Essa é a avaliação de todos os ativos do Banco Master?

Por que tanto desespero do mercado financeiro com relação a esse banco? Por que tanta crítica na imprensa dizendo que seus ativos são podres e que o capital do banco é fictício, que não existe de fato? Por que tanta crítica e tanta dúvida? Por que tanta celeridade, por parte do BRB, para que isso seja votado na Câmara Legislativa? Por que a falta de transparência? Por que nem os deputados da base têm direito a ver os documentos que comprovam as garantias e a sustentabilidade desta operação? Por quê? Por quê? Por quê? Esse é o debate.

Por que estamos votando uma matéria que não temos capacidade técnica de votar hoje, já que nos falta informação? Por que tanta crítica de setores que compreendem e entendem o mercado financeiro, no país, sobre essa operação? Por que a classe política – governador, senadores, políticos importantes – e lobistas estão tão envolvidos nessa compra? Será esta uma das operações mais terríveis recentes da história do Distrito Federal para salvar um banco falido? Será? É o que muitos estão dizendo. Nós não sabemos, mas com firmeza a história vai mostrar que nós não compactuamos com este processo hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir.) – Presidente, a que horas abrimos esta sessão, o senhor sabe? Às 16 horas e 30 minutos. Agora, são 19 horas e 22 minutos. É este o tempo que a Câmara Legislativa apresentou à população para analisar a venda do Banco Master e sua compra pelo BRB. Nenhum deputado que se diz da base teve coragem de vir aqui defender isso. Nenhum deputado! Eles não falaram absolutamente nada!

A Câmara Legislativa recebeu este projeto na quinta-feira passada. Passaram a quinta-feira, a sexta-feira, o sábado, o domingo, a segunda-feira e, na terça-feira, em algumas horas, nós estamos mudando o destino do BRB. Pode ser até para o bem, isso pode até melhorar e expandir o banco, como se prometeu hoje, mas ninguém tem dado nenhum! Ninguém tem nenhuma informação dessa operação! E a Câmara Legislativa, com 24 parlamentares, decidiu isso em menos de 3 horas. É uma vergonha! Eu me sinto constrangida com essa situação!

Brasília, pessoas do bem, servidores, famílias, nós estamos aqui mostrando a realidade: o governo decidiu, sem nenhuma argumentação plausível. Não há nenhum deputado aqui que possa defender isso, está todo mundo quietinho. Nós decidimos que, daqui a alguns minutos, o BRB poderá fazer uma operação de R\$2 bilhões. Olhem a responsabilidade disso!

Presidente, eu o respeito e quero dizer ao senhor que o admiro. Sei que o senhor deve estar constrangido com uma situação como essa. Realmente, é de constranger que, em 2 horas e meia, a Câmara Legislativa, sem documento nenhum, decida o destino do BRB. É lamentável isso. Daqui a alguns minutos, haverá a conclusão da votação em segundo turno desse projeto, carregando a responsabilidade de, sem documentos, sem nenhuma análise, o BRB fazer essa compra de R\$2 bilhões, que pode deixar os servidores e a população do Distrito Federal no prejuízo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, até em consideração à consultoria legislativa, onde há profissionais tão brilhantes, eu queria ler o parecer da Patricia Duboc e do Alexandre Lopes.

Isso foi muito falado neste plenário, mas eu queria fazer o registro desse trabalho. Todo mundo trabalhou no tempo que nós tínhamos, porque recebemos o projeto na quinta-feira. Infelizmente, nós não conseguimos ler alguns dados que foram encaminhados para o grupo de deputados às 16 horas e 30 minutos, porque ou nós líamos ou nós debatíamos, inclusive tentando tirar o projeto de pauta.

Depois de várias descrições do conteúdo, dos documentos que não foram apresentados, no item nº 3 falam “da conclusão e recomendação à atuação parlamentar”. Dizem que essa autorização permite a aquisição pelo BRB de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master S.A.

No que tange à análise da proposta quanto à adequação orçamentária e financeira, ao objeto da presente consulta deve-se registrar os seguintes aspectos que nos levam a concluir pela inadmissibilidade da proposição: a ausência de dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária de 2025; a ausência de declaração de ordenador de despesas que a proposta tenha adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária Anual; a ausência de estudos que comprovem a viabilidade técnica, econômica e financeira das partes, conforme exigência expressa do art. 42 da LDO para os projetos que solicitem autorização; a ausência de documentos exigidos no § 7º do art. 1º da Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais.

Diante do exposto, diante dos argumentos, conclui-se pela inadequação da proposta do ponto de vista orçamentário e financeiro. Eles terminam dizendo que a ausência desses requisitos supracitados pode gerar novos questionamentos judiciais quanto à constitucionalidade e legalidade da lei aprovada em inobservância das normas financeiras públicas. Recomenda-se, portanto, a suspensão de qualquer ato de deliberação da matéria pelos parlamentares.

Eu queria deixar registrado que, infelizmente, nós terminamos esta tarde, início da noite... Que bom que o plenário está cheio! Muitas vezes, não conseguimos votar projeto nosso, de iniciativa desta casa, por falta de quórum. Agora, estamos com quórum até as 19 horas e 30 minutos. Parabéns à mobilização do governo.

Infelizmente, nós podemos dizer que saímos convictos e, pelo menos, com a cabeça tranquila, de que nós votamos “não” a algo que nós não temos conhecimento. Saímos de cabeça tranquila.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 14 votos favoráveis, 7 votos contrários e 3 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Presidente, para as pessoas que estão assistindo a esta sessão pela TV Câmara Distrital temos de falar algumas coisas. Nesse sentido vai a minha declaração de voto.

Para tramitar e ser aprovado nesta casa, este projeto precisava de maioria simples. Com 13 deputados em plenário e 7 votos a favor, o projeto estaria aprovado. O governo tinha e tem base para isso, porque 14 deputados votaram a favor do projeto.

Entretanto, nós encaminhamos a negociação com o governo – está presente o Gustavo Rocha, com quem tratamos diretamente – e conseguimos tirar o que havia de pior no projeto. Se o projeto fosse aprovado do jeito que foi encaminhado a esta casa, nunca mais o governo precisaria de autorização desta casa, com relação ao BRB. O BRB poderia fazer, deputado Wellington Luiz, o que quisesse e não necessitaria mais de autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque a casa já teria autorizado tudo.

Com emenda parlamentar de nossa autoria, conseguimos barrar isso. Quero agradecer ao deputado Wellington Luiz, que ajudou na aprovação da emenda.

Portanto, isso não era uma gordurinha. Isso era o que havia de fundamental no projeto, e nós tiramos. É isso que tem de ser dito para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Sem dúvida nenhuma, essa emenda aprimorou bastante o projeto. Ficamos extremamente felizes com a oportunidade.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2025, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que “Aprova a indicação do doutor Márcio Wanderley de Azevedo para o cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal”.

Foi aprovado o parecer favorável da CCJ sobre a indicação do doutor Márcio Wanderley de Azevedo para o cargo de procurador-geral do Distrito Federal.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2025, em turno único. (Pausa.)

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para declaração de voto.) – Presidente, hoje, estive na Comissão de Constituição e Justiça. Com muita honra, voto para que o doutor Márcio Wanderley passe a ser procurador-geral do Distrito Federal. Parabéns, meu procurador-geral! O senhor sabe que tenho muito carinho por vossa excelência. Um abraço! Deus o abençoe.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto. Faço minhas as suas palavras também.

Manifesto a minha alegria e desejo ao doutor Márcio Wanderley toda a sorte. Parabéns! Tenho certeza de que essa será uma gestão profícua, com muitos resultados positivos para o Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, eu também gostaria de parabenizar o nosso grande agora procurador-geral, Márcio Wanderley. Agradeço também à doutora Ludmilla, que prestou um excelente serviço na Procuradoria. Digo ao doutor Márcio que aquele órgão possui servidores concursados e que a casa precisa de mais servidores. Tenho certeza de que o senhor, doutor Márcio, dará uma atenção especial aos servidores de carreira da Procuradoria-Geral. Parabéns!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 20 votos favoráveis e 4 ausências.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2025 foi aprovado.

Retificação: retorno o Projeto de Lei nº 1.576/2025 ao plenário, tendo em vista que, após a sua aprovação, a Comissão de Segurança não se manifestou sobre o projeto.

Na ausência do relator, designo o deputado Hermeto como relator pela Comissão de Segurança e solicito que apresente o parecer.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CS ao Projeto de Lei nº 1.576/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Dispõe sobre o emprego de serviços especializados de vigilância na rede pública de saúde do Distrito Federal com o objetivo de proteger a incolumidade física e moral dos profissionais de saúde”.

Presidente, na Comissão de Segurança, somos pela aprovação desse magnífico projeto do deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 20 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Ratifico a votação do Projeto de Lei nº 1.576/2025, em primeiro turno, com 16 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções; e, em segundo turno, com 17 votos favoráveis e 2 contrários.

Mais uma vez, parablenizo todos os deputados e lhes agradeço. Parablenizo o presidente do Banco de Brasília, Paulo Henrique. Parablenís a você e a toda a sua equipe. Parablenís ao Leo. Da mesma forma, agradeço ao nosso secretário-chefe da Casa Civil.

Transmito aqui os agradecimentos do governador Ibaneis Rocha a todos os deputados. Ele me ligou há pouco para agradecer e reafirmou o compromisso de continuar trabalhando pelo Distrito Federal. Muito obrigado, governador.

Agradeço a presença das senhoras e dos senhores parlamentares, dos assessores, das assessoras e da imprensa. Muito obrigado e até amanhã, se Deus o quiser.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Síglas com ocorrência neste evento:

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
Coban – Correspondente Bancário
CS – Comissão de Segurança
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



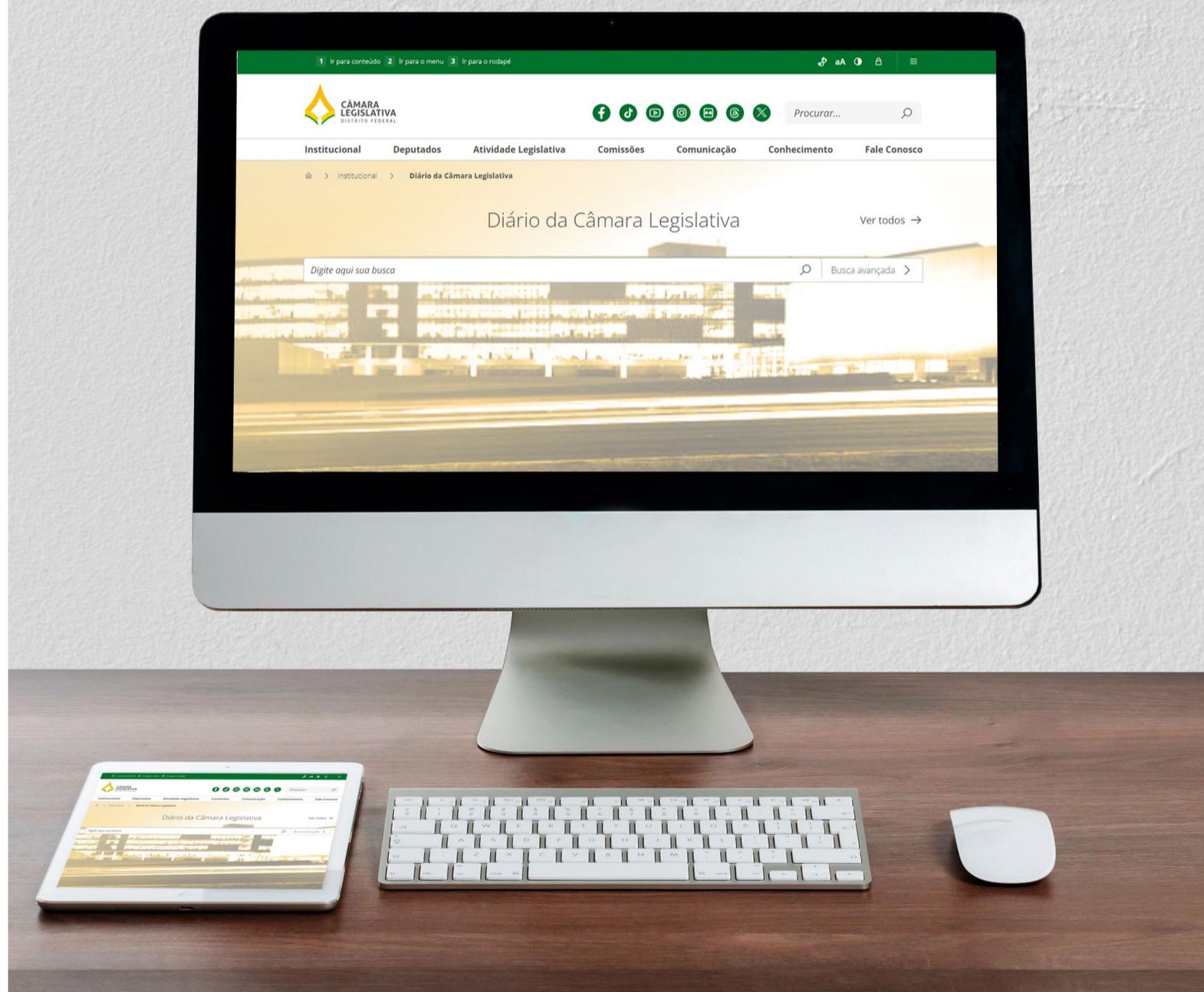
Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 22/08/2025, às 14:11, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2287959** Código CRC: **2801EFEB**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Transparência ao seu alcance: Conheça a **NOVA PÁGINA DO DCL** **Mais funcional, intuitiva e cidadã.**



Acesse a página do Diário da Câmara Legislativa:
www.cl.df.gov.br/dcl



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL